

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAIO ZANIN**

**A EVIDÊNCIA HISTÓRICA NA PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA DE
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA EM *VISÃO DO PARAÍSO***

**Porto Alegre
2017**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Caio Zanin

**A EVIDÊNCIA HISTÓRICA NA PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA DE
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA EM *VISÃO DO PARAÍSO***

Dissertação apresentada como
requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em História pelo
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Temístocles Cezar

PORTO ALEGRE

2017

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir duas questões independentes, porém correlatas. Primeiro, o conceito de evidência da história e suas significações desde as primeiras formas de análise do passado na Antiguidade, passando pela emergência das formas modernas de se ver a história até as questões contemporâneas que colocaram a noção de prova, a relação entre história e ficção e o problema da verdade na história. Em segundo lugar, a partir desse quadro teórico da evidência história, pretende-se investigar a prática historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda, principalmente em *Visão do Paraíso*, sua tese de doutorado de 1958, quando o autor mesclou as atividades de historiador e de crítico literário. A ideia central, portanto, é analisar *Visão do Paraíso* sob o referencial teórico da evidência histórica e perscrutar quais são seus princípios geradores da evidência, trazendo a problemática da história entre a ciência e a ficção.

ABSTRACT

This paper aims to discuss two independent but correlated questions. Firstly, the concept of historical evidence and its significations since the first ways of analyzing the past in the Antiquity, studying, then, the emergence of the modern ways of seeing history and, finally, addressing the contemporary questions about the notion of proof, the relation between history and fiction and the problem of the historical truth. In second place, having the historical evidence theory in mind, the text tends to investigate the historian's practice in Sérgio Buarque de Holanda, mainly in *Visão do Paraíso*, his doctoral thesis of 1958, which shows his work between the historian and the literary critic. Therefore, the core idea is to analyze *Visão do Paraíso* under the theoretical references of the evidence of history and seek which are its generating principles of evidence, debating the problem of history between science and fiction.

Liberation is the nervous system devoid of mental-conceptual activity. The mind in its conditioned state, that is to say, when limited to word and ego games, is continuously, in thought-formation activity. The nervous system in a state of quiescence, alert, awake, but not active is comparable to what Buddhists call the highest state of dhyana (deep meditation) when still united to a human body. The conscious recognition of the Clear Light induces an ecstatic condition of consciousness such as saints and mystics of the West have called Illumination.

The Psychedelic Experience, 1964.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço ao professor Temístocles, pela orientação de caráter livre, sereno e tranquilo, prezando mais pela amizade do que pela relação mestre e aluno. Agradeço também aos colegas de curso, aos professores das disciplinas que frequentei, principalmente ao professor Fábio Kuhn, que abriu possibilidades para que eu apresentasse um pouco da temática da dissertação no trabalho final de sua disciplina e, depois, como examinador da banca de qualificação, pelas críticas construtivas e incentivadoras. Seguindo essa lógica, gostaria de agradecer à professora Mara Rodrigues, também examinadora da banca de qualificação, pelas dicas bibliográficas. Finalmente, ao CNPq, pela infalibilidade do depósito mensal da bolsa de estudos concedida e à equipe do PPGH, sempre solícita e atenta. Ao GT de Teoria e Historiografia da ANPUH-RS, também é importante agradecer, pois este sempre se mostrou como um espaço aberto aos que desejam ver a história pelo ponto de vista teórico e historiográfico, por meio da leitura, da apresentação e do debate de textos e pesquisas em andamento.

Um agradecimento especial aos amigos, pela paciência, e aos familiares, sobretudo aos meus pais, Ricardo Pandolfo e Nilza Inês Zanin, pelo amor e suporte incondicional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: A evidência da história ou a história da evidência	
1.1 As operações historiográficas do mundo antigo.....	19
1.2 A tradição dos antiquários.....	32
1.3 O início da crítica histórica no período moderno.....	36
1.4 As notas de rodapé e a <i>enargeia</i>	42
1.5 Esboço do historiador moderno.....	52
CAPÍTULO 2: A formação intelectual do pai de Chico Buarque	
2.1 A história como oferenda.....	62
2.2 A crítica literária em Sérgio Buarque de Holanda.....	63
2.3 A importância de ser modernista.....	64
2.4 Entre o crítico e o historiador, mais uma vez.....	70
2.5 As primeiras evidências da história em Sérgio Buarque de Holanda.	86
2.6 Entre a história e a antropologia: uma discussão bibliográfica.....	93
CAPÍTULO 3: A evidência em <i>Visão do Paraíso</i>	
3.1 Os princípios geradores de evidência em <i>Visão do Paraíso</i>	103

3.2 A t3pica e o mito, primeiro princ3pio gerador de evid4ncia.....	109
3.3 A hist3ria comparativa, segundo princ3pio gerador de evid4ncia.....	116
3.4 Os sentidos da coloniza3o e a hist3ria econ3mica, terceiro princ3pio gerador de evid4ncia.....	126
CONCLUS3O.....	138
BIBLIOGRAFIA.....	146

Introdução

A presente investigação tem como objetivo discutir duas questões independentes, porém correlatas. Primeiro, o conceito de evidência da história e suas significações desde as primeiras formas de análise do passado na Antiguidade, passando pela emergência das formas modernas de se ver a história até as questões contemporâneas que colocaram a noção de prova, a relação entre história e ficção e o problema da verdade na história em voga. Em segundo lugar, a partir desse quadro teórico da evidência histórica, pretende-se investigar a prática historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda, principalmente em *Visão do Paraíso*, sua tese de doutorado de 1958, em que o autor mesclou as atividades de historiador, de crítico literário e saberes de outras disciplinas para desenvolver sua tese. A ideia central, portanto, é analisar *Visão do Paraíso* sob o referencial teórico da evidência histórica e perscrutar quais são seus princípios geradores da evidência, ou seja, quais instrumentos validam e autorizam sua pesquisa e seu texto.

O tema da evidência na história é pouco tratado de forma direta na teoria da história em seus desenvolvimentos recentes. Entretanto, a pesquisa sobre a evidência na história pode servir para que os historiadores compreendam e visualizem melhor quais princípios norteiam o historiador quando ele seleciona aquilo que ele vê para desenvolver seu trabalho. O que determina sua visão? Analisar parte da obra historiográfica de Sérgio Buarque como estudo de caso, ainda mais em um momento que ele passa por um rito de oficialização de sua prática, é relevante no estabelecimento de uma crítica teórica da historiografia brasileira, tendo em vista os desenvolvimentos da historiografia ocidental em um sentido amplo.

Outros elementos contextuais e mais específicos do campo do saber histórico ajudaram a moldar as preocupações teóricas recentes dos historiadores. O chamado “retorno à narrativa”¹ dos escritos históricos dominou grande parte dos debates teóricos a partir da década de 1970, principalmente com a ideia do giro linguístico (*linguistic turn*). Nesse sentido, a obra de Hayden White, a partir de *Meta-história* de 1973², foi fundamental para estremecer as certezas do saber histórico construído até então. De

¹ Para uma boa reflexão introdutória sobre tal debate cf. “Disputas a respeito da narrativa” IN: HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 173-184.

² WHITE, Hayden. *Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992 (1973).

forma mais definitiva, o debate realizado na década de 1990 na Universidade da Califórnia de Los Angeles (UCLA) sobre os limites da representação histórica³, tendo a *Shoah* como acontecimento basilar, colocou de vez a história frente a frente com outros gêneros que também se utilizam da narrativa para a demonstração dos resultados de seu trabalho.

Essa coleção de fatores trouxe questionamentos sobre as diferenças entre as narrativas históricas e as narrativas literárias, ou seja, entre história e literatura, expandindo conseqüentemente para outros temas como a ficção, o mito e a mentira. Ademais, a indistinção entre narrativas literárias e narrativas históricas colocou questões de método ao historiador, partindo da busca pela documentação, passando pela forma de avaliar os arquivos até a forma de exposição das conclusões em uma narrativa, considerada nos seus mais amplos aspectos – do histórico (o lugar e o contexto do historiador) ao linguístico (a forma, o conteúdo, suas convenções). Desejo deter-me aqui num ponto crucial da prática ou operação historiográfica, nos termos de Michel de Certeau⁴, que fora abalado pelo contexto histórico descrito acima. Refiro-me à análise dos vestígios históricos, em sentido amplo, pelo historiador. O material que o historiador vê quando está em sua pesquisa. Aquilo que o historiador vê, ou seja, a evidência da história.

Os termos desse campo são múltiplos em quantidade e em sentido: as fontes, as provas, os documentos, os arquivos, as evidências, a visão, o olhar, o olho, e por aí vai. Particularmente, e para contextualizar melhor a questão, eu cheguei a essa pesquisa sobre a evidência na história por meio da obra de Carlo Ginzburg, principalmente dos ensaios de 1991 em diante, quando o historiador italiano desenvolve teorizações sobre a prova histórica tanto em seu caráter documental quanto em sua força argumentativa⁵.

No entanto, foi um livro essencial de François Hartog que possibilitou a ampliação do ponto de vista teórico sobre a evidência. Trata-se do livro *Evidência da História: o que os historiadores veem*. É curioso notar que o livro na verdade é uma coletânea de textos que Hartog desenvolveu de 1989 a 2005, ano da publicação francesa, mas talvez seja o prefácio a parte mais esclarecedora do texto em relação às

³ O debate foi publicado no ano seguinte. Cf. FRIEDLANDER, Saul (org.). *Probing the limits of representation. Nazism and the final solution*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1992.

⁴ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

⁵ Abordei esse tema em meu trabalho de conclusão de curso cf. ZANIN, Caio. *O Guardião da História: a noção de prova na historiografia de Carlo Ginzburg de 1991 a 2006*. UFRGS, 2009. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/21339>.

possibilidades de sentido e às significações da evidência histórica. Segundo Hartog, a palavra evidência pode ter três sentidos. O primeiro é a evidência como visão em si. A história pode ser vista como uma evidência em si, ela é evidente. Mas quais as implicações de tal afirmação? Quais são as escolhas do historiador e por que elas são feitas? Mais ainda, do que ou de quem dependem tais escolhas? O segundo sentido da evidência está mais ligado à retórica e à filosofia e remete à etimologia da palavra: o latim de Cícero traduziu a palavra grega *enargeia* como *evidentia*. Para os filósofos, a *enargeia* está ligada ao “necessariamente verdadeiro”, ela deve garantir que o objeto esteja sendo reproduzido fielmente como ele é. Na oratória, a evidência não está tão associada à visão direta, sendo produzida pelo *logos*. Ela cria uma “ilusão de presença”. A “potência da imagem” confere à audição as propriedades da visão do que teria ocorrido. O último sentido da palavra é o presente na língua inglesa, *evidence*, entendido como “sinal, marca, prova, testemunho”⁶. Este sentido tem sido bastante utilizado pela história e tem natureza judicial e da área da medicina, remetendo às origens da história de acordo com Arnaldo Momigliano. Daqui surgem as analogias entre o juiz e o historiador e as referências à história como palco da justiça ou grande tribunal. Voltaremos com mais detalhes a esses temas em um dos capítulos da dissertação. Agora apresento o tema de minha pesquisa: a obra do historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, sob a referência da teoria da evidência histórica. Nesse ponto cabem alguns dados biográficos sobre Sérgio Buarque de Holanda.

Sérgio Buarque de Holanda nasceu dia 11 de julho de 1902 em São Paulo e, em 1921, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde participou do movimento modernista como representante da revista *Klaxxon*. Em 1925, bacharelou-se em Direito pela Universidade do Brasil. Em 1926 e 1927, ligou-se ao jornalismo, dirigindo e escrevendo para alguns jornais e revistas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, além de trabalhar para a Agência *United Press*. Em 1929, foi à Alemanha, onde assistiu a seminários e entrou em contato com a obra de Max Weber. Já de volta ao Brasil, em 1936, dois acontecimentos importantes marcaram a trajetória de Sérgio Buarque: integrou os quadros da Universidade do Distrito Federal (UDF) como professor-assistente de Henri Hauser na disciplina de História Moderna e Contemporânea, além de lecionar literatura comparada como assistente do professor Trouchon; lançou o livro *Raízes do Brasil*, sua obra mais conhecida. Em 1939, com o fechamento da UDF,

⁶ HARTOG, François. *Evidência da História*, p. 12.

passou a dirigir a seção de publicações do Instituto Nacional do Livro, a convite de Augusto Meyer.

No decênio de 1940, viajou para os Estados Unidos, onde visitou diversas universidades e realizou três conferências na Sorbonne, em Paris (no ano de 1949). Em 1945, publicou o livro *Monções*, um texto sobre a expansão da colonização portuguesa ao oeste da América Portuguesa entre os séculos XVII e XVIII. Em 1946, mudou-se para São Paulo, pois aceitou substituir Afonso Taunay na direção do Museu Paulista. A década de 1940 também marcou os rumos políticos de Sérgio Buarque, porquanto colaborou na fundação da Esquerda Democrática e filiou-se ao Partido Socialista em 1947. Em 1948, assumiu a vaga de professor na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde lecionou a disciplina de História Econômica do Brasil, substituindo Robert Simonsen. Já na década seguinte, em 1952, mudou-se com a família para a Itália, onde lecionou na disciplina de Estudos Brasileiros na Universidade de Roma até 1955.

Sobre sua vida familiar: casou-se, em 1936, com Maria Amélia de Carvalho, mãe de seus sete filhos.⁷ Em 1957, já no Brasil novamente, publica o livro *Caminhos e Fronteiras*, que também trata da expansão colonizadora ao oeste da América Portuguesa. Por tal obra, recebeu o prêmio Edgard Cavalheiro do Instituto Nacional do Livro. O ano de 1958 é marcante para a trajetória intelectual de Sérgio Buarque, já que assume, por meio de concurso público, a cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Atingiu tal objetivo com a defesa da tese de doutorado *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil*. Em 1962, foi eleito primeiro diretor do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) em cuja fundação teve um papel fundamental. De 1963 a 1967, viajou para universidades do Chile e dos Estados Unidos como professor-visitante; também efetuou missões culturais na Costa Rica e no Peru pela UNESCO. Em 1969, aposentou-se de sua cátedra na USP, em solidariedade aos seus colegas expulsos pelo AI-5 (1968) da ditadura civil-militar brasileira.

Na década de 1970, Sérgio Buarque recebeu prêmios literários como Juca Pato e o Jabuti. Em 1972, publicou *Do Império à República*, volume que integrava o projeto da *História Geral da Civilização Brasileira*, do qual era coordenador desde 1960. Em 1975, publicou *Vale do Paraíba - Velhas Fazendas*, e, quatro anos depois, a coletânea *Tentativas de Mitologia*. Em 1980, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores

⁷ Detalhes sobre a vida familiar de Sérgio Buarque de Holanda estão disponíveis no documentário *Raízes do Brasil – Uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda*.

(PT) e foi o terceiro credenciado no partido. Sérgio Buarque de Holanda faleceu em São Paulo no dia 24 de abril de 1982. No entanto, mesmo após sua morte, algumas obras suas foram publicadas: *O Extremo Oeste* (1986); o estudo sobre literatura colonial brasileira que Sérgio Buarque deixou incompleto e Antônio Cândido organizou e publicou com o título de *Capítulos de Literatura Colonial* (1991). Também foram publicadas coletâneas de textos de jornais e revistas: *O Espírito e a Letra* (1996) e *Para Uma Nova História* (2004). Mais recentemente, em 2010, Fernando Novais organizou o texto de *Capítulos de história do Império*, a partir de mais manuscritos inacabados que Sérgio deixou.

Meu estudo concentrar-se-á na obra *Visão do Paraíso: os motivos edênicos na colonização do Brasil* e meu problema de pesquisa é como Sérgio Buarque de Holanda opera a evidência histórica em tal livro e como essa operação define sua forma de escrever história e suas características como historiador, principalmente seus instrumentos de análise e a função que ele designa à história. Dessa forma, é necessário estabelecer alguns dados sobre o contexto específico da escrita de *Visão do Paraíso*. Tal contexto indicará o conteúdo de minhas premissas metodológicas.

A obra *Visão do Paraíso* foi desenvolvida por Sérgio Buarque de Holanda na década de 1950 a fim de preencher os requisitos para o ingresso no concurso público da cátedra de História da Civilização Brasileira da FFLCH da USP. Tal livro, porém, originalmente, era para ser a introdução de um estudo que Sérgio Buarque estava preparando sobre o Barroco na literatura brasileira.⁸ Na realidade, Sérgio Buarque estava envolvido na criação de uma história da literatura brasileira desde o início da década de 1940, quando a Editora José Olympio havia encomendado tal estudo por parte do autor. Ele tinha a tarefa de descrever a literatura colonial brasileira, que integraria a coleção *História da Literatura Brasileira*, organizada por Álvaro Lins. Tal encomenda nunca seria entregue e as pesquisas só vieram a público por meio de textos de análise literária publicados em revistas e jornais e quando a esposa de Sérgio Buarque reuniu postumamente as pesquisas incompletas do autor e deixou a organização desse material a cargo de Antônio Cândido, o que viabilizou a publicação de *Capítulos de Literatura Colonial* em 1991.

No final da década de 1940, Sérgio Buarque se encarregou de organizar, a pedido do Instituto Nacional do Livro, uma antologia de textos dos poetas coloniais

⁸ NICODEMO, Thiago Lima. *Urduidura do Vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 89.

brasileiros. O estudo de Sérgio Buarque teve o título de *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial* publicada em dois volumes, um no ano de 1952 e outro no ano seguinte. No final de 1952, Sérgio Buarque partiu com sua família para a Itália.⁹ Sérgio Buarque ainda estava encarregado de escrever sobre a literatura colonial para a coleção da José Olympio, organizada por Álvaro Lins. Ainda vivendo na Itália, o historiador aprofundou-se nas pesquisas sobre o assunto e enviou vários textos que foram publicados em jornais e revistas brasileiros. Entretanto, por motivos desconhecidos, ele nunca finalizou seu projeto, que, conseqüentemente, nunca foi publicado na coleção da José Olympio. Talvez essa ausência esteja relacionada não com a falta do autor, mas sim com problemas na própria coleção.¹⁰ Na terceira edição de *Raízes do Brasil*, publicada pela José Olympio em 1956, a quarta capa indicava um novo projeto de Sérgio Buarque, ainda “em preparo”, sobre a literatura colonial brasileira. Esse projeto era intitulado *A Era do Barroco no Brasil*. Tal livro fora anunciado em algumas publicações seguintes do autor como *Caminhos e Fronteiras* de 1957.¹¹

A ligação de Sérgio Buarque com a USP, a partir de 1956, mudou os planos bibliográficos do autor. Ele fora convidado para substituir Alfredo Ellis Jr. como professor titular da cátedra de História da Civilização Brasileira. Inobstante, apesar de já ser um intelectual renomado no Brasil, não seguiu o curso normal da carreira acadêmica, pois nunca havia defendido uma tese de doutorado ou sequer uma dissertação de mestrado, requisitos fundamentais para assumir a titularidade da cátedra na USP. A elaboração de *Visão do Paraíso* visou preencher tais demandas e transformou-se em sua tese de doutorado, defendida na USP em 1958. Dois meses antes, no mesmo ano de 1958, Sérgio Buarque ainda teve de preparar uma dissertação de mestrado, apresentada na Escola de Sociologia e Política, onde já havia lecionado em anos anteriores.¹²

A especificidade do contexto de criação da obra *Visão do Paraíso* mostra que Sérgio Buarque de Holanda se serviu de elementos analíticos já trabalhados em suas obras e pesquisas anteriores para desenvolver sua tese de doutorado. E esses elementos provêm de uma fusão de duas formas de análise que o autor vinha desenvolvendo ao longo de suas pesquisas: a análise literária e a análise histórica. *Visão do Paraíso*

⁹ *Ibid.*, p. 74-5.

¹⁰ *Ibid.*, p. 85.

¹¹ *Ibid.*, p. 86.

¹² *Ibid.*, p. 162.

representa a comunhão dessas duas atividades. O autor também dialogava com outras disciplinas como a filosofia, a história da arte, a sociologia, a antropologia. Porém, é a análise histórica e a crítica literária que prevalecem no livro que Sérgio Buarque considerava sua obra magna¹³, *Visão do Paraíso*, objeto central de minha pesquisa. “Munido de ferramentas da crítica literária, experimentadas ao longo de mais de uma década, Sérgio Buarque de Holanda foca sua análise nas mudanças e na concretude histórica por trás do uso contínuo desses temas”.¹⁴ A consciência dessa fusão será o prisma geral sob o qual tentarei resolver o problema que defini.

Além dessa introdução, a dissertação está dividida em três capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo, apresentarei a questão da evidência em uma perspectiva histórica, desde o surgimento da pesquisa histórica, da relação do historiador com aquilo que ele vê, até os desenvolvimentos do início do século XX, período que forma e condiciona as ferramentas e as influências da prática historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda. A ideia aqui é distinguir, partindo da Grécia Antiga, as diversas operações historiográficas definidas pelos historiadores que se preocuparam em escrever e pensar sobre o registro do passado.

A expressão operação historiográfica remete ao clássico texto de Michel de Certeau, “A operação historiográfica”, em que o autor clama pela construção de um pensamento teórico na história para evitar um “dogmatismo dos valores eternos”. Certeau busca compreender a pesquisa histórica como prática humana que se define pela “combinação de um *lugar* social, de práticas *científicas* e de uma *escrita*”.¹⁵ A acepção que utilizo da expressão carrega os aspectos descritos por Certeau, mas também confere outros sentidos. A operação historiográfica é quando o historiador, por meio de sua escrita, mobiliza palavras, conferindo-lhes significações e instrumentalizando-as como técnicas do historiador. Assim, a experiência historiográfica do mundo helenístico nos apresenta, por exemplo, o *historein* e o *semainein* de Heródoto ou a *sumploke* e a *sunopsis* de Políbio; já no período moderno temos o desenvolvimento das notas de rodapé e das citações. As operações historiográficas, dotadas desse sentido, também podem ser denominadas princípios geradores de evidência, ou seja, formas de o historiador tornar inteligível ao seu público o trabalho que enfrentou durante a fase de

¹³ Esta informação está no documentário *Raízes do Brasil*.

¹⁴ NICODEMO, Thiago Lima. *Urduidura do Vivido*, p. 102.

¹⁵ CERTEAU, Michel de. “A Operação historiográfica”. IN: *A Escrita da História*, p. 66. Uma primeira versão reduzida do texto apareceu em 1974 na coletânea *Faire de l’histoire* organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora.

formulação da temática, do problema e de sua sucessiva pesquisa, em que incidem as balizas do lugar social do historiador e de sua prática científica. Os princípios geradores de evidência conferem autoridade e veracidade ao texto do historiador e eles vão formando e sendo moldados por conceitos mais gerais como o de *enargeia*, que trabalha dentro da noção de evidência histórica, ou até o de retórica, que engloba e determina mais ainda a prática historiográfica e mantém uma relação particular com a história da historiografia. As diversas modificações, transmutações e adaptações das operações historiográficas ou dos princípios geradores de evidência marcam o desenvolvimento da evidência histórica ao longo da formação constante da prática historiográfica.

O segundo capítulo explora, na obra de Sérgio Buarque, a fusão entre a atividade de crítico literário e a suas pesquisas como historiador. Por isso, o capítulo segue essas duas linhas mestras. A atividade de Sérgio Buarque como crítico literário desde sua aproximação com o modernismo da década de 1920 até sua entrada na USP, com maior enfoque nas décadas de 1940 e 1950, quando produziu os textos que foram postumamente compilados em *Capítulos de Literatura Colonial*, e quando se desenvolveram os primórdios de sua prática historiográfica propriamente dita. Esse é o segundo fio condutor desse capítulo, sintetizado nas obras *Monções*, *Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso*. A fonte privilegiada nesse capítulo é a tese de doutorado de Thiago Lima Nicodemo, *Alegoria Moderna: crítica literária e história da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, publicada em 2014. Assim, muitas considerações desse capítulo vão na esteira das pesquisas de Nicodemo, já que o autor analisa profundamente a relação entre a crítica literária e a história em Sérgio Buarque, debatendo interpretações canônicas de Antonio Candido e Arnoni Prado, além de analisar pioneiramente os desdobramentos do texto de *Capítulos de Literatura Colonial* e sua relação com *Visão do Paraíso*.¹⁶

Na parte sobre a prática historiográfica, caracterizaremos o estatuto das primeiras obras historiográficas de Sérgio Buarque a partir do texto de *Monções*, que

¹⁶ NICODEMO, Thiago Lima. *Alegoria Moderna: crítica literária e história da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: FAP-UNIFESP, 2014. p. 25. “De modo geral, a pretensão deste livro é mostrar como a experiência de crítico literário foi fundamental para a definição do estilo e método do historiador maduro. Seu momento mais prolífico como crítico e historiador da literatura não casualmente coincide com a fase de elaboração de algumas das suas obras mais conhecidas, como *Monções*, de 1945, *Caminhos e Fronteiras*, de 1957 (mas elaborada com textos escritos principalmente na segunda metade dos anos de 1940) e da já mencionada *Visão do Paraíso*. Nessa medida, este texto ainda conserva seu tom de tese em história social, e particularmente na área de teoria da história, dando forte ênfase à análise do emprego de categorias originadas da teoria literária, como a de *mimesis* ou a de *tópica*, na reconstituição da consciência histórica dos sujeitos.”

inaugura o projeto do historiador sobre a expansão dos bandeirantes pelas fronteiras desconhecidas da América Portuguesa. Tal projeto inacabado é composto por *Caminhos e Fronteiras, O Extremo Oeste*, de 1986, e pelos capítulos reescritos de *Monções*, publicados em 1990, com a terceira edição do livro. Tal projeto inacabado foi resultado de textos reescritos, urgência dos editores, aumento da documentação pesquisada. A constante reformulação de suas ideias deve ser considerada uma característica fundamental da prática historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda. Nas palavras de Laura de Mello e Souza:

Quero, agora, chamar a atenção para essa tendência do autor em evitar, ou temer, a obra acabada e de conjunto, deixando-se enredar por uma espécie de vertigem do fragmento e do retalho.

Fragmento e retalho talvez elucidem a prática do historiador, mas não bastam substantivos capazes de transmitir, no caso, a essência do que neles está contido, porque remetem a escritos de feitura mais modesta, destinados a aproveitar restos e fazer render sobras. Os pedaços inacabados que se encontraram após a morte de Sérgio Buarque de Holanda são, na maior parte das vezes, magníficos, e se têm vida própria e podem ser lidos em separado parecem compostos por seu autor como partes de uma obra de tipo sinfônico, movimentos articulados em um plano geral.¹⁷

No capítulo final serão apresentados os princípios geradores de evidência que Sérgio Buarque apresenta em *Visão do Paraíso*. O primeiro princípio é a tópica, ferramenta apreendida da crítica da literatura que permite ao historiador tornar inteligíveis os mitos edênicos que permeiam os relatos dos primeiros viajantes da América Portuguesa. Eles têm sua gênese no “mito americano” caracterizado por Sérgio nos textos que deram origem aos *Capítulos de Literatura Colonial*. A tópica foi teorizada por Ernst Robert Curtius em *Literatura Europeia e Idade Média Latina* (1948), inspiração principal de Sérgio no assunto, mas ela se origina ainda na Antiguidade com o desenvolvimento dos estudos retóricos.

O segundo princípio gerador de evidência é a análise de que Sérgio Buarque realiza por meio da história comparativa entre a América Espanhola e a América Portuguesa para classificar a peculiaridade da colonização portuguesa. Veremos que,

¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de Expansão Paulista*, organização Laura de Mello e Souza, André Sekkel Cerqueira, 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. A citação está na p. 8-9 do volume *Capítulo de Expansão Paulista*, no prefácio de Laura de Mello e Souza.

quando Sérgio Buarque utiliza o recurso da comparação, ele está remetendo a uma forma antiga de contar história, que define um a partir da descrição do outro. Porém, a prática historiográfica moderna também consagrou esse recurso, sobretudo a partir de Marc Bloch, cuja obra era bem conhecida pelo historiador paulista.

O último princípio gerador de evidência é a relação de Sérgio Buarque com a ideia de “sentido da colonização”, preconizada por Caio Prado Jr em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*.¹⁸ O objetivo é expor como Sérgio Buarque alarga a ideia de sentido de colonização, fornecendo, além do caráter econômico da expressão, outras significações condizentes à sua pesquisa histórica em relação ao sentido do passado colonial brasileiro.¹⁹ Entretanto, o historiador paulista não diminui o caráter econômico da colonização portuguesa na América, inclusive endossando algumas teses de Caio Prado Jr. e inserindo outros aspectos da história econômica na própria estrutura de *Visão do Paraíso*.

Finalmente, na conclusão do texto, abordaremos a questão da evidência histórica no início do século XXI, destacando a reativação do debate teórico sobre a história com ênfase na crítica da linguagem histórica. Em meados do século XX, após a emergência da Escola dos *Annales*²⁰, as discussões entre Lévi-Strauss e Fernand Braudel giravam em torno da noção de tempo histórico, deixando de lado, ao menos de forma direta, considerações sobre os aspectos técnicos e linguísticos da narrativa histórica²¹. Entretanto, os desenvolvimentos historiográficos do final do século XX colocaram tais aspectos técnicos e linguísticos no centro do debate sobre a teoria da história. São muitos os autores que desenvolveram e desenvolvem uma obra nesse sentido: Carlo Ginzburg, Hayden White, François Hartog, Anthony Grafton, Reinhart Koselleck, Michel Foucault, Michel de Certeau, Paul Veyne e Paul Ricoeur. Esses são os exemplos mais marcantes dessa retomada, que envolve diversas formas de pensamento, muitas

¹⁸ “Sentido da Colonização” IN: Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 13-32.

¹⁹ Para uma discussão do assunto cf. “Sentidos da Colonização” IN: NICODEMO, Thiago Lima, *Urdidura do Vivido*, p. 161-206.

²⁰ Para uma introdução e panorama geral sobre os *Annales*, cf. BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997 (1990).

²¹ Para um bom resumo das querelas entre Braudel e Lévi-Strauss ver REIS, José Carlos. “História da História (1950/1960) História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss” IN: *História da Historiografia*, n. 1, agosto, 2008. Há também, no século XX, o fenômeno do marxismo, principalmente nos termos do materialismo histórico advogado pelos chamados marxistas britânicos, que também fomentou diversos debates influentes na teoria da história. Por questões de espaço, deixarei de lado a abordagem desses temas, mas um bom exemplo do debate está na questão entre Edward P. Thompson e Louis Althusser, mormente na resposta de Thompson ao marxismo estruturalista de Althusser. Cf. THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 230p.

vezes divergentes, mas que no geral consideram a mesma questão da tomada de consciência pela crítica da linguagem histórica. Logo, refletirei sobre a importância da obra de Sérgio Buarque no âmbito da crítica da linguagem histórica, considerando sua obra como pioneira no Brasil, sobretudo em aspectos metodológicos e no diálogo com disciplinas e modos de pesquisa estrangeiros que são considerados de vanguarda.

Apesar de *Visão do Paraíso* ser pouco estudado e comentado em relação à obra clássica *Raízes do Brasil*, há uma variedade considerável de textos que abordam diretamente a tese de Sérgio Buarque.²² Muitas dessas obras trabalham a questão da prática historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda. Nenhuma delas, porém, relaciona o texto de *Visão do Paraíso* com a perspectiva da evidência histórica. É nessa intersecção que minha pesquisa apresenta traços de novidade.

²² Inicialmente, temos dois artigos, um de Luiz da Costa Lima e outro de Rafael de Souza, dois posfácios, um de Ronaldo Vainfas e outro de Laura de Mello e Souza, na edição comemorativa de *Visão do Paraíso*. Depois, há os textos de Thiago Lima Nicodemo, sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado, largamente citados nesse trabalho, além de um artigo publicado na *Historia da Historiografia*, intitulado *Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Na coletânea *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, organizada por Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio, há uma seção com artigos que se dedicam à *Visão do Paraíso*. No âmbito acadêmico, encontrei duas dissertações de mestrado: uma da PUCRJ, *Natureza e Artifício: Sérgio Buarque de Holanda e a formae mentis portuguesa e espanhola na conquista e colonização do Novo Mundo*, de Luiza Laranjeira da Silva Mello, apresentada em 2005; a outra é de José Adil Blanco de Lima, *Entre a Crítica e a História: a construção de Visão do Paraíso de Sérgio Buarque de Holanda*, apresentada em 2013 na Universidade Federal de Juiz de Fora. Tais textos serão contemplados principalmente no terceiro capítulo, quando *Visão do Paraíso* transforma-se no centro das atenções.

Capítulo 1 – A evidência da história ou a história da evidência

1.1 As operações historiográficas do mundo antigo

O título desse capítulo não é um mero jogo de palavras. Ele resume o meu objetivo nesse capítulo: expor a história da evidência desde os primórdios da ideia de história até os desenvolvimentos teóricos do início do século XX. Ainda, o título remete diretamente ao primeiro sentido da evidência histórica de acordo com François Hartog, ou seja, o de que a história é uma evidência em si, uma visão em si. “Ela é relatada, escrita, feita”.²³ E agora cabe perguntar-nos sobre a história da evidência. Será ela evidente? Para os historiadores, o mais correto seria afirmar que ela tem se tornado cada vez mais evidente, mais relatada, mais escrita e feita, mesmo que a reflexão esteja circunscrita a uns poucos arautos... O importante é ressaltar que a historiografia vem intensificando seus debates teóricos, principalmente no século XX, e a história da evidência tem se colocado nesses termos, pois engloba âmbitos essenciais da pesquisa histórica, mormente em relação às suas formas de legitimidade referencial e argumentativa.

François Hartog comenta sobre a evidência da história antes da própria evidência e para tanto elenca três exemplos de reflexão sobre o passado: da Mesopotâmia, da Índia e de Israel.²⁴ Um ponto determinante é que nenhuma dessas sociedades criou o historiador como figura “subjetiva”. Somente na sociedade grega, Heródoto será o sujeito escritor da história, marcando sua narrativa com o seu nome próprio. Hartog indica que, no mesmo período de Heródoto, a egolatria, a exaltação do ego era crescente

²³ HARTOG, François. *Evidência da História*, p. 11.

²⁴ Do primeiro exemplo Hartog sublinha as relações entre adivinhação e história. Para o historiador francês, há duas características importantes dessa função do saber divinatório: primeiro, a prática oracular aludia ao conhecimento dos juízes e dos tribunais, um tema que será recorrente na historiografia até os dias de hoje; segundo, a adivinhação, antes de decidir o futuro deveria investigar o passado. “A adivinhação é, em primeiro lugar, uma ciência do passado”. Mais importante ainda, “os dois procedimentos, o divinatório e o historiográfico, parecem depender do mesmo espaço intelectual”. O segundo e o terceiro exemplo têm algumas características em comum, principalmente quanto ao papel predominante da memória como reguladora dos acontecimentos passados, por meio dos textos sagrados do Veda e da Torá. Dessa forma, os dois textos sagrados desses povos têm a função de criar uma memória fixa naqueles que o estudam. Por isso, o Veda rememora as situações vividas com o intuito de assentar uma memória coletiva. O texto bíblico, igualmente ao Veda, deve ser memorizado e atua como uma forma de lembrar os feitos de Deus e de seu povo. Porém, ao contrário do que acontece com o Veda, o texto bíblico deve ser lembrado de maneira contextualizada: deve-se saber o que aconteceu (a revelação divina) e como aconteceu. Logo, a narrativa bíblica funciona como uma “história-memória”.

entre médicos, filósofos e artistas em geral.²⁵ Entremos propriamente no mundo greco-romano e na sua experiência definitiva em relação à investigação histórica. É fundamental explorar o pensamento histórico greco-romano, pois por ele formar-se-ão as engrenagens do sistema de pensamento que chegará até Sérgio Buarque de Holanda no século XX. Obviamente, Sérgio Buarque trabalhará sob um molde bem diferente do antigo, mas a permanência de debates e problemas colocados ainda nesse período é indiscutível.

É com Heródoto e suas *Histórias* que temos o primeiro exemplo de investigação histórica propriamente dita. Diante das formas de escrita presentes na vontade de saber que tomou conta dos gregos no século V a.C, o historiador dialogou principalmente com a epopeia de Homero.²⁶ O desejo de Heródoto com sua investigação é não deixar que os feitos (*erga*) memoráveis dos homens caiam no esquecimento. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que estabelece uma continuidade com as funções de lembrança da epopeia, Heródoto estabelece uma ruptura, pois coloca os feitos dos homens como sujeitos à ação do tempo humano, que além de apagar as ações humanas, é o fator que mostra como a mudança acontece nas cidades.²⁷ Não há mais deuses designando a ação humana; há o historiador e seus instrumentos para averiguar o passado.²⁸ É nessa operação que a história começa de fato a se tornar uma evidência no primeiro sentido proposto por Hartog: a história como visão em si. Do ponto de vista metodológico, vale lembrar que o historiador, nesse momento, é um viajante e tira suas conclusões a partir do que vê em suas andanças e dos *logoi* de outras pessoas, pelos quais estabelece seu julgamento. Assim, Heródoto estabelece sua *historie*:

Palavra emblemática, *historie* (forma jônica de *historia*), aos poucos, vai impor-se (Tucídides, por sua vez, adotará a maior precaução para evitar seu uso). Palavra abstrata, formada a partir do verbo *historein* – investigar, em, primeiro lugar, no sentido de inquérito judicial -, *historia* é um termo

²⁵ *Ibid.*, p. 34 e 46. Não é a toa que Michel Foucault, na sua *História da Sexualidade*, após modificar seu foco de pesquisa para as formas de desejo e de subjetivação do ser humano, vê a necessidade de recuar sua pesquisa à Antiguidade Grega. Cf. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

²⁶ HARTOG, François. *Evidência da História*, p. 47-51.

²⁷ *Ibid.*, p. 57-58.

²⁸ *Ibid.*, p. 33. “Enquanto o aedo recebia seu saber da Musa, a qual, tendo o privilégio de estar sempre presente, via tudo, o historiador não terá outra escolha além de recorrer à *história*: espécie de substituto destinado a fornecer-lhe, dentro de certos limites, uma “visão” análoga àquela, daí em diante inacessível, prodigalizada pela Musa. Essa primeira “operação” historiográfica encontra e fortalece a primazia concedida pelos gregos ao sentido da visão como instrumento de conhecimento”.

derivado de *histor* (raiz * *wid*), que, por sua vez, está associado ao *idein*, ver, e a *oida*, saber.²⁹

Hartog distingue, basicamente, duas operações historiográficas³⁰ efetuadas por Heródoto: o *historein* e o *semainein*. O *historein* coloca o processo de investigação como definidor daquilo que Heródoto considerará como digno de memorizado por sua *historie*. Nesse sentido, Hartog estabelece uma continuidade e ao mesmo tempo uma ruptura com a função do aedo, já que, mesmo sem a autoridade da Musa, a *historie* não deixa de ser uma analogia da visão onisciente da Musa. A segunda operação historiográfica de Heródoto, o *semainein*, evoca o saber oracular do adivinho, modificando levemente a forma de seu uso pela introdução do “eu”. O verbo *semainein* indica o que “designa, revela, significa” aquilo que outros não veem ou não viram. O historiador, munido de uma ferramenta do saber adivinho, é quem, por meio de sua visão, da evidência que a história lhe apresenta, passa a revelar o passado e dar um sentido aos feitos para assim não deixá-los no esquecimento.

Assim investidos, *historein* e *semainein* funcionam como dois verbos-encruzilhada onde encontram guarida e se entrecruzam saberes antigos e saberes novos; eis o que é testemunhado, de maneira brilhante, pela obra de Heródoto. Eles são os dois operadores para “ver claro” mais longe, além do visível, no espaço e no tempo, dois gestos que conferem estilo à prática do primeiro historiador e lançam a evidência da história.³¹

Tucídides realizará outras operações na escrita da história grega, criando novas formas de escrever a história a partir de novos termos e instrumentos que modificaram a relação do historiador com o tempo, com a filosofia e com a política. A obra de Tucídides e suas interpretações posteriores estabelecem a discussão de diversos pontos controversos da prática historiográfica como a inserção de discursos fictícios na

²⁹ *Ibid.*, p. 61.

³⁰ Hartog não cita diretamente Michel de Certeau a cada vez que fala em operações historiográficas, mas a referência é clara devido à admitida influência de Certeau na obra de Hartog. Ver o epílogo de *Evidência da História* dedicado a Michel de Certeau. Para uma referência ainda mais direta, que também contém mais informações sobre as investigações de Heródoto e suas rupturas e continuidades em relação à epopeia, cf. HARTOG, François “Herodotus and the Historiographical Operation” IN: *Diacritics*, Vol. 22, No. 2 (Summer, 1992), pp. 83-93, published by Johns Hopkins University Press. <http://www.jstor.org/stable/465282>. Cf. também a tese de doutorado, HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 2º Ed. (1980).

³¹ HARTOG, François. *Evidência da História*, p. 62.

narrativa; a distinção entre o geral e o particular sob o guarda-chuva aristotélico³²; o estatuto da história como arte ou ciência.³³

“Se Heródoto é o pai da história, Tucídides pretende ser e foi reconhecido como o pai da história ‘verdadeira’”.³⁴ Pode-se afirmar que a primeira operação historiográfica estabelecida por Tucídides foi relacionar o discurso da história com o discurso da verdade. O historiador deve escrever o que é verdadeiro, uma preocupação que não havia em Heródoto. Com essa nova exigência, algumas questões terminológicas e de método surgem no trabalho do historiador. Porém, tal relação entre a escrita da história e sua verdade não ocorre sem problemas. Luiz Costa Lima os demonstra a partir da refutação das teses de Ernst Badian, publicadas em 1990, que postulam Tucídides como um deturpador de suas próprias fontes, pois ele as “confunde intencionalmente” para provar seu ponto de vista. Costa Lima aponta para a falta de argumentação de Badian³⁵, mas extrai alguns pontos relevantes: a obra de Tucídides, seja por carência de informações ou pela falta de finalização da obra, sempre terá passagens obscuras e insuficientes; apesar da “inevitável parcialidade” do historiador, há uma “zona indeterminada” entre esse expediente e o uso indevido das fontes; diante da seletividade, por simpatia ou por memória, das testemunhas oculares ouvidas por Tucídides, ele usa sua autoridade decisória, o que Murari Pires chamaria de “retórica da objetividade”; a parcialidade do historiador entra em conflito com a suposta transparência do “puro fato”, ou seja, coloca-se a questão da subjetividade contra a objetividade.³⁶

Tucídides condena a atividade dos logógrafos (categoria na qual ele inclui Heródoto), “ou seja, pessoas que transcrevem os *logoi*, que dão forma (*sunethesan*) às narrativas que circulam boca a boca. Por que são condenáveis? Fundamentalmente, porque seu discurso obedece a uma economia do prazer [...]”.³⁷ Dessa forma, Tucídides evita o uso da palavra *historie*, utilizando-se do termo *suggraphie*. “*Ho suggrapheus*, aquele que consigna algo por escrito”.³⁸

O historiador tem, até então, dois instrumentos para compor seu conhecimento: a vista (*opsis*) e o ouvido (*akoe*). Para Tucídides, apenas o primeiro instrumento pode

³² *Ibid.*, p. 88-89.

³³ *Ibid.*, p. 85.

³⁴ *Ibid.*, p. 84.

³⁵ LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 89.

³⁶ *Ibid.*, p. 90-91.

³⁷ HARTOG, François. *Evidência da História*, p. 78-79.

³⁸ *Ibid.*, p. 79.

estabelecer o que é mais claro e distinto (*saphos eidenai*). O ouvido nunca é confiável. Assim, Tucídides posiciona o fundamento do “saber histórico na autópsia (o fato de ver por si mesmo)”. “Saber historicamente é ter um conhecimento claro e distinto, é também *to saphes skopein*, ‘ver claro’, ‘descobrir em sua clareza’ ou, ainda, *saphos heurein*, ‘encontrar claramente’, ‘tornar evidente’.”³⁹

No entanto, não há uma correlação direta entre ver e saber para Tucídides. É só por meio de uma investigação, no sentido judicial do termo, e de um discurso verdadeiro, que o historiador vai construir uma narrativa que seja adequada aos fatos e ao real. Hartog coloca a ideia da *akribeia* (acribia). “*Akribes* se refere, por exemplo, a armadura que se adapta bem ao corpo, que ‘cola’ no corpo.”⁴⁰ Essa armadura, contudo, não pode ser vista como um mero esquema factual ao qual o historiador deve adaptar sua descrição, a narrativa deve apenas mostrar a evidência das coisas. Tucídides opera, pela primeira vez, na prática historiográfica, uma mudança na questão da subjetividade do historiador, pois agora ele pode ser aquele que apenas mostra a evidência recolhida. O historiador pode, a partir da pretensão de Tucídides, ser objetivo.

Chega-se a uma questão de suma importância na história das operações historiográficas: como o historiador evidencia a evidência disponível? Isto é, de que forma o historiador narra ou descreve o olhar, a visão, ou melhor, a autópsia que se apresenta? A resposta de Tucídides é que a história verdadeira só se faz no presente, pois no presente é onde o historiador ou outras pessoas podem exercer a autópsia propriamente dita. Dessa forma, Tucídides opera uma diferenciação na análise dos tempos históricos ao afirmar a história como “instrumento de inteligibilidade do próprio presente” e por isso ela deve ser uma “inscrição” para ficar registrada e levar ao futuro o entendimento do presente registrado.⁴¹

Ainda nesse âmbito dos tempos históricos, Tucídides vai trabalhar de maneira inovadora na arte de desvendar o passado, demonstrando como se pode reconstruí-lo de forma mínima e convincente. Primeiramente, Tucídides vai se opor terminologicamente aos logógrafos, evitando termos como o “diz-se”, o *legetai* de Heródoto é substituído pelo *phainetai*, “ ‘é manifesto que’, ‘torna-se visível que’ ”⁴². Mas essa visibilidade só é possível a partir da avaliação clara dos “indícios” (*semeion, tekmerion*), que Tucídides encontra por meio de comparações que apontam a eminência do presente em relação à

³⁹ *Ibid.*, p. 80. Também sobre a autópsia, ver p. 64.

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ *Ibid.*, p. 63.

⁴² *Ibid.*, p. 81.

monotonia do passado. O conhecimento do passado é imperfeito por si só e o historiador só pode chegar à visão mais clara do passado por meio de um rigor no trato dos indícios que o levará a uma “convicção” (*pistis*).⁴³

A obra de Tucídides teve uma influência decisiva no saber histórico que se desenvolveu posteriormente até os dias de hoje. A sua pretensão de verdade o colocou, em algumas interpretações, ao lado da história positivista e científica do século XIX. A relação de Tucídides com a verdade, segundo Hartog, coloca uma questão importante, que surge em diversos momentos da história da historiografia ocidental e se coloca na complexa relação entre história e ficção.

Refiro-me à questão das arengas ou da inserção de discursos fictícios na narrativa historiográfica de Tucídides, o que o coloca diante do problema de querer estabelecer a história “verdadeira” no presente. No início de seu livro, Tucídides comenta sobre o seu método:

Quanto aos discursos pronunciados por diversas personalidades quando estavam prestes a desencadear a guerra ou quando já estavam engajadas nela, foi difícil recordar com precisão rigorosa os que eu mesmo ouvi ou os que me foram transmitidos por várias fontes. Tais discursos, portanto, são reproduzidos com as palavras, que, no meu entendimento, os diferentes oradores deveriam ter usado, considerando os respectivos assuntos e os sentimentos mais pertinentes à ocasião em que foram pronunciados, embora ao mesmo tempo eu tenha aderido tão estritamente quanto possível ao sentido geral do que havia sido dito.⁴⁴

As interpretações sobre o assunto são variadas. Para o abbé Mably, no século XVIII essa era uma forma de deixar a narrativa mais agradável e instrutiva, pois “a arenga é a ficção sem a qual as lições da história não seriam escutadas por seus destinatários; essa parte de falsidade que faz, em suma, a verdade da história.”⁴⁵ Um século depois de Mably, sob os auspícios da história científica, Alfred Croiset, em 1886, também justificará o método de Tucídides, pois indica que a inserção de discursos fictícios na forma não afeta consideravelmente a verdade do fundo. No entanto, é

⁴³ *Ibid.*, p. 81-82. Aqui estará um dos cerne da discussão contemporânea sobre a evidência, principalmente a partir da obra de Ginzburg e sua reinterpretação da *Retórica* de Aristóteles bem como de termos como *pistis*. Apresentarei melhor tal discussão no final deste capítulo.

⁴⁴ TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997. Tradução de Mário da Gama Khury, Livro I, parágrafo 22. Também citado por LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*, p. 79.

⁴⁵ HARTOG, François. *Evidência da História*, p. 86.

sempre preferível que a verdade seja atingida no fundo e na forma, e, por isso, a experiência historiográfica moderna tem a tendência de abolir o expediente das arengas de sua narrativa.⁴⁶ Em uma argumentação mais analítica e não tão histórica, mas sem deixar de ser historiográfica, Costa Lima pretende elucidar três pontos sobre a questão: a autenticidade dos discursos; a razão de sua composição; o critério para alinhar as divergências dos registros.⁴⁷

De acordo com a ideia da acribia, Tucídides trabalhava sob dois critérios: “o que pensava ser apropriado” (*ta deonta*) e “o que foi realmente dito” (*alethos lekthenta*). No entanto, as faculdades subjetivas do historiador, quando confrontadas com as características objetivas do registro, não permitem que os dois critérios se encaixem perfeitamente. De fato, Costa Lima compreende que “seja por motivos materiais – ausência de meios de transcrição, escassez de documentos comprobatórios dos discursos recriados – seja por incorreções, a acribia tucidiana não é tão confiável [...]”⁴⁸

Costa Lima conclui, a partir da ideia dos “regimes de historicidade” de Hartog, que Tucídides escreve sua história a partir de lugares, tempos e espaços definidos, e cada lugar obriga o historiador a carregar suas parcialidades. O funcionamento dos “regimes de historicidade”, segundo Costa Lima, portanto, incentiva a ideia de que “o conhecimento historiográfico, ao contrário do que se afirma do conhecimento das ciências ‘exatas’, não se confunde com uma linha que se esclarece progressivamente [...]”⁴⁹ O historiador deve reconhecer sua “inevitável parcialidade”, que, Costa Lima, caracteriza como proveniente “da própria posição espaço-temporal ocupada pelo historiador”.⁵⁰

Para reforçar essa ideia da parcialidade do historiador, no caso de Tucídides e seus métodos, Costa Lima argumenta que, por meio dos discursos fictícios, ele privilegia seus interesses quando trata de diversos personagens como Clêon, Brasidas, Alcibíades ou Péricles.⁵¹ Dessa forma, apesar de não negar os discursos como artifícios literários semelhantes às estruturas narrativas da tragédia, Costa Lima reforça que a prática do *decorum* na obra tucidiana opera uma “seletividade arbitrária” que corrobora com a ideia da “inevitável parcialidade” do historiador. Então, Costa Lima

⁴⁶ *Ibid.*, p. 86-87.

⁴⁷ LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*, p. 79.

⁴⁸ *Ibid.* p. 82.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 83.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 89.

⁵¹ *Ibid.*, p. 87.

coloca uma questão muito importante para o estudo da evidência da história no que diz respeito ao discurso histórico como um discurso de verdade. Costa Lima, coloca:

Não é que o historiador houvesse introduzido um fragmento dramático em sua acribia, senão que esta *não pode se confundir com o perfil moderno da escrita da história*. A historiografia antiga tem seus parâmetros próprios, sem por isso se confundir com os gêneros literários. A reconstituição pretendida pelo *hístōr* não o impedia de omissões e seleções, que se tornam nocivas para a escrita da história quando são expressão do interesse do próprio historiador. Embora a proximidade de formas literárias fosse maior na Antiguidade, até mesmo porque a escrita da história não era reconhecida como uma área própria, o decisivo é considerar que ela surge com a premissa de registro da verdade. A questão surge quando se confunde a aporia da verdade com um certo conteúdo concedido à verdade, e se confunde a forma discursiva de que ela quer se diferenciar como sinônimo de fantasia ou mentira.⁵²

Precisamos de mais elementos para discutir propriamente essa longa citação de Costa Lima. O que temos de guardar é que a construção da verdade histórica não pode ser vista de maneira simples, mas sim de forma problemática, justamente por ser uma aporia a partir de um trabalho que tenta reconstruir o passado sempre de forma indireta e munido de diversas ferramentas analíticas, metodológicas e interpretativas advindas de outras disciplinas correlatas. Se na Antiguidade o historiador via-se frente a frente com saberes como a adivinhação, a medicina, a retórica, a tragédia e a filosofia, o historiador moderno deve dialogar com disciplinas como a sociologia, a antropologia, a crítica literária, entre outros. Sem esquecer, obviamente, a herança do conhecimento histórico deixada pelos antigos, e reelaboradas pelos modernos, que permanecem, às vezes, escondidas, escamoteadas, deixadas de lado em proveito de outras chaves analíticas que se impõem como mais relevantes de acordo com os movimentos historiográficos vigentes.

Em resumo, vimos que o surgimento da pesquisa histórica na Grécia estabeleceu reflexões fundamentais que perpassam a história da historiografia ocidental, mormente a questão fulcral da história entre a verdade e a ficção. A obra de Heródoto e Tucídides e o ambiente cultural da Grécia Antiga permitem analisar as condições de possibilidade do surgimento da evidência histórica. O *histōrein* de Heródoto revela um

⁵² *Ibid.*, p. 88.

momento inicial de quando o *homo sapiens* começa a perceber o passado de forma crítica (por menor que ela seja) e transforma a visão que se tem do passado em história, ou seja, transforma a evidência do mundo e sua complexidade em evidência histórica, no sentido mais amplo da palavra. Obviamente, as relações que estabeleci buscam demonstrar que tal emergência não foi fruto de uma iluminação ou ideia extraordinária de Heródoto, mas sim de um emaranhado de ligações com outros saberes como a adivinhação, a medicina, a epopeia. Tucídides deixará esse quadro ainda mais complexo quando colocar a história como um discurso de verdade, ao mesmo tempo em que intensificará as relações do historiador com a política, a filosofia, a tragédia, a retórica.

A experiência historiográfica romana não resolverá os problemas deixados pela historiografia grega. Ao contrário, colocará mais elementos para reflexão teórica sobre a evidência da história. A história torna-se cada vez mais evidente e está cada vez mais em evidência. Porém, isso não quer dizer que ela seja evidenciada mais facilmente. Como o primeiro historiador grego de Roma, temos a figura de Políbio, em um contexto em que a história é “um gênero no qual a narrativa tende a prevalecer em relação à investigação, com suas convenções, suas regras de escrita e sua ambição de ser útil”.⁵³ Dessa forma, desenha-se a forte predominância da retórica no saber histórico e a ideia da utilidade da história como mestra da vida. No âmbito de sua operação historiográfica, o discurso de Políbio carregava dois novos princípios geradores de evidência que irão dialogar com a prática historiográfica moderna até as reflexões do século XX.

O primeiro deles é a noção de *sumploke*, que significa, basicamente, “a ação de entrelaçar a cadeia e a trama” ou, na visão estoica, “o encadeamento necessário dos acontecimentos, tanto naturais quanto humanos” e, também, “a forma do destino ou da providência”. A *sumploke* permite que Políbio conecte os acontecimentos históricos em uma só trama, unificada pela ação de Roma. O termo que Políbio usa no singular, *historia*, designa tanto a narrativa quanto o acontecimento histórico. Nesse sentido, Políbio antecipa algumas proposições de Hegel ou Droysen sobre a história, que nos remetem claramente ao estudo dos termos alemães *historie/geschichte* realizado por Reinhart Koselleck.⁵⁴

A segunda noção que Políbio nos apresenta, também derivada da filosofia, é a *sunopsis*, ou seja, a capacidade de ver os acontecimentos históricos em conjunto.

⁵³ HARTOG, François. *Evidência da História*, p. 95.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 106. Cf. também KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madrid: Editorial Trotta, S.A, 2004 (1975).

A *sunopsis*, enfim, é o resultado: aquilo que o historiador faz ver ao leitor, a evidência, ao produzir uma narrativa sinóptica. Ao introduzir o conceito de *sunopsis*, Políbio recorre a esses diferentes sentidos e registros em bloco com a expectativa de tirar proveito de todos os cenários possíveis.⁵⁵

A narrativa sinóptica coloca Políbio diante de um problema de método. Como demonstrar a sincronia e simultaneidade dos fatos se só se pode narrar um acontecimento de cada vez? Assim, Políbio desenvolve um método de narrativa que descreve os acontecimentos ano a ano e sempre na respectiva ordem espacial: Itália, Espanha, África, Grécia, Ásia e Egito. O que há não é a *sunopsis* em si, mas a criação de um efeito de *sunopsis*.

Entretanto, a *sumploké* e a *sunopsis* não providenciam um aval suficiente à atividade historiográfica de Políbio. Em última instância, o que confere veracidade e autoridade ao texto do historiador de Roma é a ideia da Fortuna, a guia de todos os acontecimentos humanos para um objetivo único. Para Hartog, Políbio deixa um problema para a historiografia moderna, já que ele transfere o *muthos* para a tarefa do historiador e com isso coloca o problema do fazer poético, da representação e da *mimesis* ao historiador, que não pode atuar apenas como o “mostrador” (*menutes*) dos fatos. No caso de Políbio, quem realiza a *poiesis* é a Fortuna, sendo o historiador apenas aquele que relata os fatos que se mostram.⁵⁶

Luciano de Samósata (125 a.C – 192 d.C), em seu texto *Como escrever a história*, faz algumas recomendações aos historiadores. Baseando-se no princípio de que a investigação histórica tem como objetivo a acribia ou algo como a busca da verdade, Luciano declara que o historiador deve evitar os elogios da oratória encomiástica bem como se esquivar da escrita ornamentada, tida como característica da poesia. Assim, Luciano compara a mente do historiador a um espelho claro e brilhante que deve expor aquilo que viu de forma fiel.⁵⁷ Com o benefício da visão retrospectiva, sabemos que no século XIX a metáfora do historiador agindo como um espelho das fontes que pesquisa ofuscou diversos aspectos latentes da investigação histórica que o desenvolvimento historiográfico do século seguinte tratou de ativar.

Em uma perspectiva mais elaborada, no mundo antigo de Roma, temos Cícero com o *De Oratore* em 55 a.C. A obra de Cícero reivindica que a retórica seja uma arte

⁵⁵ HARTOG, François. *Evidência da História*, p. 107.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 110-112.

⁵⁷ LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*, p. 97.

(*techne*) auxiliar a todas as outras. A *oratio gravis et ornata* não deveria ser auxiliar em um sentido secundário, mas sim de forma idiossincrática, como uma ferramenta imprescindível para que se apresente o objeto da melhor forma possível, ou seja, de forma artística. Mas, na visão de Cícero, os ornamentos só seriam úteis e eficientes se embasados em um “conhecimento completo e exato das coisas”. O problema se coloca, no âmbito da história, tendo como prisma a diferença de estatuto da própria história no período grego e no romano. Em Roma, o historiador já gozava de uma autoridade mais sólida e enraizada em uma linhagem consolidada de reflexão sobre a investigação histórica. Logo, a “maquilagem retórica” torna-se um instrumento para que historiadores seguissem o princípio da “apresentação da *veritas*”.⁵⁸

Se no campo da história já era complicado definir o papel da retórica, na poesia a situação se complicava, pois “a ausência na poesia de um princípio equivalente ao de que dispunham os historiadores dificultava o tratamento da retórica entre as duas formas discursivas.”⁵⁹. Coloca-se que, para Cícero, a poesia aproxima-se mais da retórica justamente por essa falta de um princípio limitador e até com mais possibilidades do que o orador. Ao problematizar a questão, Costa Lima recorre ao contexto de recepção da obra de história na Antiguidade, colocando, de acordo com o pensamento de M.J.Wheeldon, a suposição de que o *res gestae* não incluía o *res fictae* e o *res fabulosae*. A história poderia ser bem definida a partir do princípio de busca da verdade, da autoridade estabelecida do historiador e da construção de um lugar que se propõe como imparcial. Os princípios de autoridade poéticos, por sua vez, perdem sua força desde o século V a.C., quando a crença religiosa é questionada.⁶⁰

No entanto, não nos enganemos, pois as muralhas de autoridade que o historiador construiu para si são tão resistentes quanto as folhas de papel em que são impressas suas palavras. Nesse sentido, a era cristã apresenta uma “subsunção quase absoluta que história e gêneros poéticos sofrerão” em relação à retórica, na obra de Quintiliano, que apesar de diferenciar minimamente poesia e história, põe como necessário que o historiador saiba evitar a “monotonia do relato” por meio de “palavras menos usuais” e “figuras mais ousadas”.⁶¹

Dessa forma, segundo Costa Lima, a ideia antiga de que a história se propunha somente a contar os fatos de forma ornamentada, ou não (para Luciano), não é

⁵⁸ HARTOG, François. *Evidência da História*, p. 99.

⁵⁹ LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*, p. 96-97.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 99.

⁶¹ *Ibid.*, p. 103.

suficiente para um tratamento complexo da questão entre a *res factae* e a *res fictae*. O princípio da investigação histórica de buscar a verdade apenas definindo os fatos é muito ingênuo, tendo em vista o desenvolvimento das reflexões históricas, principalmente após a crítica ao positivismo na história durante o século XX. A necessidade de avançar na questão é sublinhada por Costa Lima:

Desde seus primeiros praticantes, uma maneira de afastar o obstáculo consistiu em converter o princípio em aporia. Mas a única aporia indevassável é a da crença, que não se concilia com a própria revisão continuada requerida pela escrita da história. Já a aporia da história há de considerar que seu conteúdo, a verdade, é sempre incerto. A sempre incerta verdade é a meta do historiador. Incerta, ela tem uma face devassável, a leitura que se faça do que houve; e uma face indevassável, a escura verdade que não se esgota na nomeação de fatos.⁶²

O estudo da evidência na história, quando analisada de forma polissêmica, persegue o fio dessa aporia da história. Ao abordar as diversas concepções de história e seu entrelaçamento com outras disciplinas, pode-se analisar aquilo a que o historiador se fia para construir seus temas a partir de certa visão dos tempos históricos, apoiado em um conjunto de evidências que são analisados por meio de métodos variados, próprios da investigação histórica ou não.

Sujeito à ação do tempo e do espaço, o historiador deve reescrever incessantemente a verdade incerta do passado, incluindo os novos fatores e os pontos de vista conflitantes que emergem recorrentemente. Sérgio Buarque de Holanda é representativo nessa proposição, porquanto ele reconhecia a necessidade de reavaliar continuamente sua obra, reescrevê-la e repensá-la de acordo com uma nova circunstância contingencial – análise de uma nova documentação, resposta a uma crítica recebida ou até a própria necessidade de rearranjar a estrutura do texto. A obra *Visão do Paraíso* ilustra de forma especial esse ponto de vista, pois teve um contexto específico de criação, motivado por uma exigência acadêmica de obter uma tese de doutoramento para assumir a cátedra da USP. O historiador teve de rearranjar seus projetos e suas pesquisas para preencher as demandas de seu tempo e seu espaço. Por ora, voltemos ao mundo antigo e tracemos uma última característica fundamental da experiência historiográfica romana.

⁶² *Ibid.*, p. 104.

Refiro me ao *topos* da *historia magistra vitae*. Ele assinalava que:

[...] a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos. Assim, ao longo de cerca de 2 mil anos, a história teve papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros.⁶³

A expressão fora cunhada por Cícero em *De Oratore* e teve uma longa história que se diluiu de diversas formas durante o domínio ocidental do cristianismo, perdurando de forma significativa até o século XVIII. Segundo Koselleck, é ainda necessário que se faça uma história mais detalhada e compreensiva da expressão, porém algumas características são identificáveis. Primeiramente, a multiplicidade de significados da expressão, que assim poderia servir a objetivos antagônicos, mas que necessariamente entendia a história como uma “fonte de exemplos para a vida”. Os *exempla*, diretamente do âmbito retórico, nos levam a Tucídides e Políbio e suas reflexões sobre a utilidade da história para a política e para as gerações futuras. Em segundo lugar, e ainda na esteira de Tucídides, a *historia magistra vitae* valida a ideia das constâncias na natureza humana, pois se a história pode servir de exemplo é porque as condições históricas se reproduzem da mesma maneira, transformando o acontecimento passado em lição.⁶⁴

O cristianismo apreendeu a expressão sob a dicotomia entre história religiosa e história pagã. Uma série de pensadores – Isidoro de Sevilha, Beda, Melanchton – refletiu sob esse prisma e conferiu legitimidade para pensar a história pagã também como fonte de exemplos. Depois de tomar força novamente no período renascentista, notadamente na obra de Maquiavel, por exemplo, a *historia magistra vitae* será esvaziada de seu conteúdo no século XVIII, após muito influenciar a reflexão da história no período moderno. Entretanto, ainda não é o momento de abordar tal episódio, pois há uma tradição de conhecimento formada na Antiguidade que será crucial no desenvolvimento da prática historiográfica e, conseqüentemente, para a evidência da história, principalmente em seu terceiro sentido, isto é, da evidência como documento, prova, vestígio.

⁶³ KOSELLECK, Reinhart. “Historia Magistra Vitae”. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 42.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 42-43.

1.2 A tradição dos antiquários

Segundo Arnaldo Momigliano, o antiquário é “o tipo de homem que se interessa por fatos históricos sem estar interessado na história”.⁶⁵ O antiquário olha para um artefato qualquer para extrair detalhadamente toda carga de passado que ele pode revelar. Do artefato, no entanto, ele só retém o fato, deixando de lado as razões que o precederam e suas possíveis implicações futuras. Num ensaio sobre Montaigne⁶⁶, Ginzburg clarifica um pouco mais a ideia do olhar antiquário. No ponto 8 de seu ensaio, ele explica como Montaigne constataria a inautenticidade de uns versos de Virgílio ao atentar para a forma das letras do manuscrito. Montaigne não era um modelo de antiquário, porém sua “ilimitada curiosidade por tudo o que era concreto, específico, singular”⁶⁷ aproximava-o inexoravelmente do modo de conhecer das práticas antiquárias.

Voltando às considerações de Momigliano, vê-se a configuração de tal olhar antiquário já no período helenístico. Entretanto, ele era expresso por noções vagas como *doctus*, *eruditus*, *literatus* que designavam formas de conhecer o passado que não estavam ligadas a historiografia.⁶⁸ A tese de Momigliano é de que “o nascimento da pesquisa erudita coincidiu com a criação do pensamento político por Tucídides... nos últimos trinta anos do século V a.C.”.⁶⁹ A etnologia e a genealogia que, de alguma forma, integravam a historiografia de Heródoto foram relegadas exclusivamente ao campo de estudos da pesquisa erudita, pois, com Tucídides, somente os eventos políticos poderiam ser objeto da escrita da história. A partir dessa restrição ao conhecimento histórico, a erudição permanece separada daqueles que tinham como tarefa escrever a história, ao ponto de Políbio poder afirmar que ela não era uma qualidade essencial, tampouco desejável, em um historiador.⁷⁰ A historiografia, agora

⁶⁵ MOMIGLIANO, Arnaldo. “The Rise of Antiquarian Research”. In: *The classical foundations of modern historiography*. Los Angeles: University of Califórnia Press, 1990, p. 54: “[...]the type of man who is interested in historical facts without being interested in history”. Todas as citações que utilize desse livro de Momigliano são de minha autoria.

⁶⁶ GINZBURG, Carlo. “Montaigne, os canibais e as grutas”. In: *O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 53-78.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 76.

⁶⁸ MOMIGLIANO, Arnaldo. “The Rise of Antiquarian Research”. In: *The classical foundations of modern historiography*, p. 60.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 62: “[...] my thesis that the rise of erudite research coincided with the creation of political thought by Thucydides [...] in the last thirty years of the fifteenth century B.C.”

⁷⁰ *Ibid.*, p. 59.

eminentemente narração de eventos políticos e militares, colocava-se bem longe da erudição e do pouco gosto desta pela retórica.

As cinco principais linhas da erudição helenística eram: a) edição e comentários de textos literários; b) coleção de tradições antigas sobre cidades, rituais, santuários, deuses; c) cópias de inscrições e descrição sistemática de monumentos; d) compilação de biografias; e) definição de cronologias.⁷¹ Dentre essas cinco, a descrição sistemática era a capacidade mais prezadas pelos eruditos, fator que, ao menos na Antiguidade Grega, deixou-os bem próximos à filosofia. Esse flerte tomou forma já na filosofia dos sofistas, chegando ao extremo na filosofia aristotélica, em que a empiricidade inerente à erudição tornou-se instrumento de conclusões filosóficas. Embora a sistematicidade tenha sido privilegiada pelos eruditos, já que ela pode ser vista como uma decorrência natural do caráter de suas pesquisas, a cronologia não a foi oposta como, por exemplo, nos debates entre antropologia e história no século XX. Inclusive, os primeiros estudos antiquários – a *archaiologia*⁷² - contribuíram imensamente para a clarificação da cronologia do período grego por meio do estabelecimento da lista de vencedores dos jogos olímpicos.⁷³

Nos dois últimos séculos antes de Cristo e nos dois primeiros séculos depois dele, não houve muita inovação ou criatividade tanto na história quanto na erudição, e, durante a Idade Média nada de muito significativo ocorreu nesses dois âmbitos. Isso não quer dizer que os dois campos desapareceram seja em suas particularidades seja em seus emaranhados. A historiografia eclesiástica de Eusébio de Cesareia, que floresceu no século IV, usou amplamente a prática antiquária erudita para analisar inscrições e documentos a fim de justificar suas afirmações e, politicamente, exonerar os dissidentes internos e os perseguidores externos.⁷⁴

Segundo Anthony Grafton, a história eclesiástica remonta a origens bastante indefinidas que datam de séculos anteriores ao nascimento de Cristo e aparecem de forma mais regular a partir dos séculos III e II a.C, principalmente nos textos judeus, egípcios e mesopotâmicos durante o período helenístico. O objetivo, desses historiadores eclesiásticos – termo contestado por Grafton, já que restringe a abrangência de tais histórias – era demonstrar, por meio de “argumentos técnicos e

⁷¹ *Ibid.*, p. 67.

⁷² *Ibid.*, p. 60.

⁷³ *Ibid.*, p. 62.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 69; cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. “Ecclesiastical Historiography”. In: *The classical foundations of modern historiography*; cf. GRAFTON, Anthony. *What was history?* Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 110-12.

documentação de apoio” (*technical arguments and supporting documents*), a validade de uma doutrina ou instituição religiosa e sua datação no tempo. Por exemplo, provar que a Torá era mais antiga que a épica de Homero. Dessa forma, os documentos tinham duas funções: “eles fundamentavam as teses propostas pelo autor e davam ao leitor uma sensação vívida e distinta do que significava ser um fiel judeu ou cristão em um mundo distante e mais complicado”.⁷⁵ Surge, pois, uma forma de história contraposta aos desígnios da história política de prosa clássica fortemente ligada à oratória. A necessidade de compilar e documentar tornou-se imensa e os historiadores eclesiásticos tiveram de se munir dos arsenais das vastas bibliotecas cristãs e convocar a ajuda de um exército de secretários que atuavam consideravelmente no trabalho de compilação e escrita.⁷⁶

Entretanto, o uso de vasta documentação não é garantia de objetividade, já que há de se recorrer a escribas, ajudantes e copistas que muitas vezes distorciam os documentos e preenchiam as lacunas dos textos de acordo com suas próprias palavras. Desde o século V a.C, intelectuais gregos preocuparam-se em discutir problemas técnicos em seus escritos históricos. Essa característica antiquária permaneceu nos tempos de Roma, quando tais intelectuais dedicaram-se ao estabelecimento de datas precisas para os acontecimentos e dedicavam-se a outros temas além da história política como as práticas religiosas, os rituais públicos, os costumes e a vida privada.⁷⁷ Heródoto e Tucídides não colocavam os documentos como o núcleo de sua investigação e, por isso, há muitos erros e inconsistências no uso da documentação em suas obras.⁷⁸ Mas a tradição antiquária sempre se preocupou em demonstrar sua bibliografia e citar precisamente documentos e inscrições, mesmo que isso não fosse seguido à risca em todos os casos.⁷⁹

Portanto, a história eclesiástica foi uma vertente que preservou a tradição antiquária e o uso sistemático da documentação para fundamentar suas teses. No período moderno, muitos estudiosos basear-se-ão nessa corrente para dissertar sobre o conhecimento histórico e suas condições de investigação, mormente no que diz respeito à evidência da história no âmbito da documentação e do vestígio. Entre a metade do

⁷⁵ GRAFTON, Anthony. *The Footnote: a curious history*. Cambridge: Harvard University Press, 1994, p. 156, “they supported the theses put forward by the author and they gave the reader a distinct, vivid sense of what it had meant to be a faithful Jew or a Christian in a distant and more difficult world.”

⁷⁶ *Ibid.*, p. 157.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 174.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 175.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 179.

século VII e o século XIV, a prática antiquária manteve-se praticamente inativa.⁸⁰ Contudo, a chamada Renascença trouxe de volta a prática antiquária, que objetivava o conhecimento da cultura antiga clássica e, ao mesmo tempo, podia definir as primeiras identidades nacionais, remetendo a descendência aos tempos áureos dos antigos.⁸¹

A tradição antiquária, portanto, flertou com a historiografia grega, sobretudo na obra de Tucídides na chamada parte arqueológica de seu estudo. No entanto, lembremos que Tucídides pregava que a história deveria ser feita no presente tendo em vista a sua aplicação no futuro. Ao mesmo tempo, os praticantes das técnicas antiquárias por si só não desenvolveram visões filosóficas sobre o passado e não o viam como uma evidência, uma visão em si. A pergunta de Hartog no início de *Evidência da História* – a história é assim tão evidente como pensamos? – faz mais sentido nesse momento da pesquisa. O primeiro significado da evidência, o da história como visão, deve ser entendido mais como uma incógnita, uma questão ou problema do que como uma afirmação ou um dado em si. Se a história é uma visão, que visão é essa? Ou melhor, que visões o historiador, ou aquele que interroga a visão da história, produz e, por sua vez, quais visões o produzem, ou seja, quais as condições que balizam a atividade do historiador, desde o reconhecimento do espaço que atua à formulação de seu método até o estilo final de sua escrita?

Se pudéssemos vislumbrar a história da evidência da história como uma projeção cartográfica, um mapa da historiografia, veríamos a emergência de diversos agentes – contextuais, estruturais, individuais – dando vida às coisas, significando e ressignificando, excluindo e incluindo os diversos instrumentos disponíveis ao alcance daqueles que desejam se embrenhar na hercúlea tarefa que é reconstruir o passado. Do mundo antigo ao mundo medieval, a prática historiográfica modificou-se no tempo, relacionando-se com algumas instâncias da capacidade intelectual humana como a adivinhação, a poesia, a retórica, a política, a religião e a própria cultura material em que estava inserida. Esse desenvolvimento não pode ser visto como linear e progressivo (apesar de ter pontos de linearidade e progressão), mas justamente como um mapa de onde o passado surge de diversas maneiras, em locais e tempos diferentes, que nem

⁸⁰ MOMIGLIANO, Arnaldo. “Ecclesiastical Historiography”. In: *The classical foundations of modern historiography*, p. 70. “The cultivation of systematic antiquarian research was in abeyance from the middle of the seventh century to the fourteenth century”.

⁸¹ MOMIGLIANO, Arnaldo. “The Rise of Antiquarian Research”. In: *The classical foundations of modern historiography*, p. 71.

sempre dialogam entre si, construindo-se em níveis e camadas distintas, por vezes esquecidos, por vezes reativados, de acordo com circunstâncias determinadas.

Pelo que vimos até então, prevaleceu, na historiografia ocidental do mundo antigo, o desenvolvimento do primeiro sentido da evidência na história. A visão da história focava-se em uma história política, útil e pragmática, de forte ligação com a retórica e pouco relacionada à pesquisa antiquária e à possibilidade crítica esboçada por estes. No período moderno, a situação se inverte, e o método documental dos antiquários atua como uma força incontrolável que serve para moldar a prática historiográfica de forma fundamental e basilar. Vale a pena, nesse sentido, mostrar alguns contatos entre a escrita da história e o antiquarianismo, do século XIV ao XIX. Porém, a historiografia moderna não se resumiu à evolução do método crítico documental. Logo, devem-se apontar alguns desenvolvimentos conceituais, etimológicos, políticos e institucionais da prática historiográfica moderna.

1.3 Os inícios da crítica histórica no período moderno

Ainda no século XIV, Petrarca e Poggio alimentaram o retorno das primeiras pesquisas antiquárias ao examinarem, detalhadamente, inscrições, monumentos e documentos com uma grande dose de olhar erudito.⁸² “Os antiquários, com sua paixão pela informação exata sobre objetos materiais e inscrições, clamaram por novos níveis de precisão no trabalho de pesquisa e nos detalhes da apresentação”.⁸³ As técnicas antiquárias foram, aos poucos, infiltrando-se no modo de escrever a história dos séculos XV e XVI, por meio de análises e traduções de obras dos historiadores antigos. O século XIV, no campo da historiografia, foi marcado pela discussão sobre a natureza e o valor da história, tendo como principais tópicos a tradição retórica de Cícero, as assertivas do ensaio de Luciano de Samósata sobre a história, e a velha oposição aristotélica entre poesia e história. A polêmica sobre a utilidade da composição de discursos (*speeches*) e sua inserção nos escritos históricos colocou dúvidas quanto à capacidade da retórica de abranger os objetivos da historiografia, delegando à questão dos discursos uma qualidade ambígua. Ao mesmo tempo em que integrar discursos fictícios feria o princípio do historiador de contar a verdade; esse mesmo instrumento

⁸² *Ibid.*, p.70; cf. GRAFTON, Anthony. *What was history?*, p. 83-4.

⁸³ *Ibid.*, p. 84: “The antiquarians, with their passion for exact information about material objects and inscriptions, called for new levels of precision in both the work of research and details of reporting”.

servia, na visão de Lorenzo Valla, para reforçar o poder de convencimento da escrita da história, já que os discursos, se bem modelados de acordo com as regras da retórica, seriam capazes de transportar o leitor à própria cena do acontecimento, colocando-a em frente aos seus olhos.⁸⁴

É importante assinalar que foi o mesmo Valla, de acordo com Ginzburg, quem efetuou uma fratura na forma de investigação da história ao constatar, em 1440, a falsidade da Doação de Constantino, por meio da retomada da noção de prova contida nas considerações de Quintiliano sobre a retórica, cujas bases, ao menos indiretas, estavam na *Retórica* de Aristóteles.⁸⁵ Primeiramente, enfatiza-se que o *Discurso sobre a falsa e enganadora doação de Constantino* de Valla, dividido em duas partes, carrega argumentos diferentes em cada uma delas. Na primeira parte, Valla pretende demonstrar seu ponto por meio da construção de diálogos imaginários. É somente na segunda parte de seu texto que Valla se concentra nos anacronismos e inconsistências da doação de Constantino. A estrutura e a forma do texto de Valla servem para demonstrar que a crítica documental e a composição de discursos fictícios ou outras ferramentas retóricas não aparecem necessariamente separadas, não são excludentes, ou pelo menos não eram, e podem coexistir em um mesmo texto ou autor. Essa coexistência vai marcar e ultrapassar os séculos XVI e XVII no âmbito da escrita da história ocidental na Europa.

Outra informação importante trazida por Ginzburg diz respeito ao papel da linguagem no texto de Valla. Para ele, a possibilidade encontrar os anacronismos textuais na doação de Constantino estava ligada à difusão e ao estabelecimento de um latim sem helenismos e barbarismos, O latim normativo como pregavam os primeiros humanistas do Renascimento. Valla trabalhava, portanto, dentro da emergência de uma nova concepção de linguagem nos primórdios do nascimento da Europa moderna como berço da civilização ocidental. Com forte influência da *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesareia, a obra de Valla foi um capítulo fundamental da história da infusão dos

⁸⁴ Para toda esta discussão cf. GRAFTON, Anthony. “Part II: the historian’s speeches: rhetorical decorum as a hermeneutical tool”. In: *What was history?*, p. 34-48.

⁸⁵ GINZBURG, Carlo. “Lorenzo Valla e a doação de Constantino”. In: *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 64-79. A questão da noção de prova na obra de Ginzburg tem um peso fundamental para o estudo da evidência da história, pois o historiador italiano interpreta os caminhos dessa linhagem intelectual de maneira muito peculiar, o que é admitido pelo próprio autor quando afirma uma “obrigação moral e intelectual de arriscar a nossa própria interpretação” da obra de Valla. A “nossa própria interpretação” seria a do próprio Ginzburg, no caso. Entretanto, afirmar que os instrumentos retóricos usados por Quintiliano se alinham com a noção de prova no sentido de *evidence* da língua inglesa, com a força semântica da palavra, ou seja, de algo que demonstra realmente o que aconteceu, é bastante problemático. Há problemas etimológicos na tradução bastante própria que Ginzburg utiliza para o termo “prova”, a qual não é exposta de maneira precisa.

métodos antiquários na prática historiográfica moderna, pois ajudou a firmar a crítica documental no trabalho do historiador.⁸⁶

A escrita da história na Europa do século XVI foi marcada, como demonstram as úteis pesquisas de Anthony Grafton, pelas *artes historicae*:

O gênero da *artes historicae* emergiu de raízes profundas no pensamento antigo e do século XV, moldaram-se de maneira clara na metade do século XVI, e assumiram uma forma canônica de 1576 a 1579, quando o jurista Johannes Wolf publicou sua influente antologia, a *Artis historicae penus*.⁸⁷

A imprensa, no século XVI, difundia-se velozmente pelas cidades europeias e o nível de comunicação e de quantidade de informação disponível aumentava consideravelmente. E já em 1455, na sua aula inaugural na Universidade de Roma, Lorenzo Valla pôde usar o termo “Europa”, talvez de forma inédita, “numa acepção cultural e não meramente geográfica”.⁸⁸ Por último, os contatos com o Novo Mundo e os inúmeros relatos de viajantes proporcionavam o reconhecimento de diferentes modos de viver. A *ars historica* é filha desse tempo e receberá as marcas deixadas por ele. Vejamos, antes de atestar tais marcas, os fatores mais diretos que influenciaram a emergência da *ars historica*. Em 1548, o filósofo-antiquário italiano e comentador de textos, Francesco Robortello, publica o primeiro tratado formal e sistemático sobre a história, a *De historica facultate disputatio*, em que realçava a necessidade das técnicas antiquárias para o trabalho do historiador, não esquecendo a imprescindibilidade da retórica para a eloquência do escritor da história. Grafton cita uma passagem em que Robortello mostra como Tucídides serviu-se da análise de uma inscrição, um dos instrumentos mais usados pelos antiquários ou pela pesquisa erudita no caso da Grécia Antiga, para provar que Hípias fora um tirano em Atenas.⁸⁹

Os fatores expostos acima, tanto os conjunturais quanto os mais diretos, implicaram decorrências que, ao se complementarem ou se relacionarem de alguma

⁸⁶ Sobre a questão da linguagem em Valla cf. “Lorenzo Valla e a Doação de Constantino”, IN: *Relações de Força*, p. 77-79. Sobre a questão da influência da história eclesiástica em Valla, cf., além de Ginzburg, GRAFTON, Anthony. *The Footnote*, p. 157.

⁸⁷ GRAFTON, Anthony. *What was history?*, p. 21: “The genre of the *artes historicae* grew from deep roots in ancient and fifteenth-century thought, took a clear shape in the middle of the sixteenth century, and assumed canonical form in the years from 1576 to 1579, when the jurist Johannes Wolf published his influential anthology, the *Artis historicae penus*”. As citações da obra de Grafton também são traduções minhas.

⁸⁸ GINZBURG, Carlo. “Lorenzo Valla e a doação de Constantino” In: *Relações de Força*, p. 78.

⁸⁹ Sobre Robortello, cf. GRAFTON, Anthony. *What was history?*, p. 23-4; cf. também GINZBURG, Carlo. “Descrição e citação”. In: *O Fio e os Rastros*, p. 25.

forma, determinaram as características das *artes historicae*. Qual instrumento seria melhor do que a sistematicidade dos antiquários para tentar dar conta do alto fluxo de informações que circulavam e chegavam à Europa? Essas descrições e estudos sobre a cultura e as idiosincrasias de outros povos possibilitavam a abrangência de populações não europeias na escrita dos artistas da história. Aqui também a curiosidade do olhar antiquário pode servir como a mais apta ferramenta. O esforço de formalização da investigação sobre o passado refletiu-se, por exemplo, na divisão do que o francês Jean Bodin efetuou na história, repartindo-a em *historia humana*, *historia divina* e *historia naturalis*.⁹⁰ Nesse mesmo caminho, François Bauduin e Francesco Patrizi clamavam pela *historia integra*, “uma disciplina que procura fundir a precisão antiquária, no uso da citação e da evidência, com a narrativa formal”⁹¹, e, por isso, precisavam usar amplamente as mais diversas fontes que eram disponibilizadas pela revolução cultural europeia. A relação das *artes historicae* com as práticas antiquárias forneceu à reflexão sobre a escrita da história no século XVI pelo menos três qualidades ligadas entre si: a leitura das fontes deveria ser crítica e a *ars historica* uma disciplina majoritariamente hermenêutica⁹²; a análise das fontes, além de crítica, deve ser pautada pela sistematicidade; a curiosidade antiquária alargou o escopo do historiador, que se via rodeado por um maior número de registros sobre o seu passado e o de populações diferentes da sua.

As transformações do início do período moderno na Europa modificaram também o sentido do passado. Isso apareceu, por exemplo, na *ars histórica* de Bauduin, para quem a história deveria ter dois olhos: o olho do tempo, indicador de uma cronologia; e o olho do espaço, que supõe uma geografia.⁹³ Com esta assertiva, Bauduin propõe que o objeto de estudo seja colocado em seu próprio tempo e espaço para captar sua noção nas circunstâncias em que ele fora concebido, isto é, em seu contexto. E Grafton adverte:

[...] a convertibilidade do tempo e do espaço – comumente pensada como uma descoberta ou invenção do Iluminismo escocês – estava ligada ao

⁹⁰ GRAFTON, Anthony. *What was history?*, p. 28.

⁹¹ *Ibid.*, p. 134. “a discipline that manages to fuse antiquarian precision in the use and citation of evidence with formal narrative”. Sobre a *historia integra* cf. p. 29, 133-34, 200.

⁹² *Ibid.*, p. 32.

⁹³ *Ibid.*, p. 92.

crescimento do conhecimento antiquário e à nova escrita de viajantes do início do período moderno.⁹⁴

Apesar da série de novas proposições que as *artes historicae* colocaram ao trabalho do historiador, ou do artista da história, elas declinaram e perderam muito de sua fama por motivos tanto internos quanto externos.⁹⁵ Os artistas da história ainda estavam totalmente imersos no *topos* da *historia magistra vitae*⁹⁶ e acreditavam que a história deveria ter uma função pragmática, fornecendo ensinamentos políticos do mais alto valor. O desenvolvimento das linhas confessionais protestantes e seus envolvimento políticos também intensificaram a função do *topos* nas *artes historicae* e praticamente nenhum artista da história permaneceu imune às acusações de partidarismo.⁹⁷ De forma mais contundente, a relação dos artistas da história com as práticas antiquárias foi bastante abalada pela história concebida como *magistra vitae*, porquanto os caminhos e detalhes avaliados pela leitura crítica das fontes eram pouco úteis ao pragmatismo.⁹⁸ Por último, o domínio da *historia magistra vitae* manteve a *ars historica* confinada nos limites da tradição retórica de Cícero, fator que privilegiava a inserção dos ornamentos retóricos em detrimento da reprodução fiel aos documentos empregada pelas técnicas antiquárias.⁹⁹

Durante o século XVII e XVIII, os debates pirronianos (*débauches pyrrhoniennes*) assentaram-se nos espaços de discussão em que a história também figurava. Os métodos históricos, segundo Ginzburg e Momigliano, ajudaram a fortalecer as certezas da história. Calcados na concretude de objetos como moedas, medalhas, inscrições, os especialistas em Antigüidade espantaram o espírito cético dos *libertins érudits* (libertinos eruditos) – como Gabriel Naudé e La Mothe Le Vayer – que viam a história como uma atividade sem importância, portadora de uma visão infalivelmente partidária. O pirronismo histórico dos libertinos eruditos era alimentado pelas traduções latinas dos textos de Sexto Empírico (feitas por Henri Estienne ainda no século

⁹⁴ *Ibid.*, p. 121: “[...] the convertibility of time and space – often thought of as a discovery or invention of the Scottish Enlightenment – was bound up with the rise of antiquarian scholarship and the new travel writing of the early modern period”.

⁹⁵ *Ibid.*, cf. Chapter 4, “Death of a genre”, p.189-254.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 240.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 231.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 245.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 230-235.

anterior), “fonte principal sobre o ceticismo antigo”.¹⁰⁰ O debate sobre o pirronismo histórico, pode-se dizer, foi um episódio importante da *Querelle des Anciens et des Modernes* (Querela entre Antigos e Modernos), como ficou conhecida na França, ou *The Battle of the Books* (A Batalha dos Livros), para os ingleses, que continuou repercutindo durante o século XVIII. Tal acontecimento se caracterizou por uma disputa pela forma de interpretação (conhecimento) do passado em que os partidários dos antigos “defenderiam a superioridade dos valores antigos, compreendidos em termos estéticos, filosóficos e literários, e consagrados num panteon de autores clássicos”; e, em contrapartida, os modernos defenderiam os valores de seu próprio tempo como superiores para avaliação do passado.¹⁰¹

A partir do século XVIII, os filósofos iluministas desempenharam uma função decisiva nessa contenda. Tendo como instrumento a filosofia da história, eles minaram a imagem do conhecimento erudito antiquário¹⁰², influenciando decisivamente a visão do passado e, também, o conceito de história. Voltaire, por exemplo, rechaçou o uso de notas de rodapé e, de certa forma, desprezou o gosto demasiado detalhista dos antiquários.¹⁰³ Mas os esforços dos enciclopedistas não impediram que Edward Gibbon, em 1776, fundisse a história filosófica e as práticas antiquárias em sua obra, formando, consoante Momigliano e Ginzburg, a prática historiográfica no sentido moderno.

O nome e a obra de Gibbon nos levam a uma característica central da historiografia moderna, ou seja, a nota de rodapé e sua relação com a autoridade, a verdade e o método do historiador. O fio que conduz a história das notas de rodapé é sinuoso e carrega contradições às quais vale a pena dedicar um pouco de tempo.

1.4 As notas de rodapé e a enargeia

É por meio de algumas considerações sobre a relação das notas de rodapé com a *enargeia* e, conseqüentemente, com o princípio do historiador de buscar a verdade

¹⁰⁰ Cf. GINZBURG, Carlo. “Paris, 1647: um diálogo sobre ficção e história”. In: *O fio e os rastros*, p. 85. Para mais informações sobre os “debates pirronianos” cf., desse mesmo ensaio de Ginzburg, p. 86-7; também de GINZBURG, Carlo. “Descrição e Citação”. In: *O fio e os rastros*, p. 24-5; cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. “The rise of antiquarian research”, p. 55-57.

¹⁰¹ Cf. GUIMARÃES, Manoel Salgado, “Reinventando a tradição: sobre o Antiquariado e a Escrita da História” IN: *Humanas: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Vol. 23, no.1/2. Porto Alegre: IFCH, 2000, p. 117.

¹⁰² *Ibid.*

¹⁰³ MOMIGLIANO, Arnaldo. “The Rise of Antiquarian Research”. In: *The classical foundations of modern historiography*, p. 75-77.

histórica que iluminaremos algumas características cruciais da prática historiográfica moderna. O sentido que os historiadores modernos conferiram à crítica documental e a sua apresentação no texto a partir das notas de rodapé é a grande operação historiográfica do período moderno. A obra de Sérgio Buarque terá esse artifício como um princípio gerador de evidência fundamental, sobretudo à medida que o autor vai se alinhando mais à pesquisa histórica e as suas características.

Segundo Ginzburg, os gregos usavam a palavra *enargeia* (vividez) para designar a vivacidade cuja narração histórica deveria ter para expressar uma espécie de ilusão da realidade, necessária aos discursos propostos como válidos. Mais tarde, os romanos tentam apreender o significado do termo *enargeia* com a expressão latina *evidentia in narratione*.¹⁰⁴ Ademais, Quintiliano também ligava a *enargeia*, que Cícero traduzia por “iluminação”, à capacidade de tal artifício criar uma impressão ou uma emoção viva do real na mente e na imaginação do público atingido.¹⁰⁵ Ainda para os latinos, a *enargeia* está ligada à retórica pela *demonstratio* que, “designava o gesto do orador que indicava um objeto invisível, tornando-o quase palpável [...] para quem o escutava, graças ao poder um tanto mágico de suas palavras”.¹⁰⁶

Entretanto, a *enargeia* também tinha suas características poéticas, lembrando que em Homero, o adjetivo *enarges* era utilizado para caracterizar a aparição de um Deus “em plena luz”.¹⁰⁷ No mesmo século de Quintiliano, Longinus afirmava que um orador que conseguisse pela capacidade imaginativa colocar a situação como se estivesse diante dos olhos de seus ouvintes, convenceria a audiência da “realidade e verdade” (*reality and truth*) de suas palavras.¹⁰⁸ Assim, a *enargeia* e os chamados “retratos verbais” (*verbal portraits*) eram artifícios poéticos e retóricos do mundo antigo que exerciam quatro funções: aguçar as emoções e as paixões; criar prazer estético; cativar a atenção e o interesse; contribuir com a crença naquilo que estava sendo dito.¹⁰⁹

No período moderno, a *enargeia* recebeu uma carga epistemológica muito forte, principalmente a partir da filosofia de Descartes. Em sua jornada na busca de uma verdade indubitável, o estudioso francês caracteriza o seu *Cogito, ergo sum* (Penso, logo existo) com as qualidades da distinção e da clareza. Descartes considerava verdade tudo aquilo que ele conseguia perceber de forma muito clara e distinta. Essa era sua

¹⁰⁴ GINZBURG, Carlo. “Descrição e citação”. In: *O Fio e os Rastros*, p. 18-20.

¹⁰⁵ BORMANN, Dennis R., “Enargeia: a concept for all seasons” (1977), p. 155-156.

¹⁰⁶ GINZBURG, Carlo. “Descrição e citação”. In: *O fio e os rastros*, p. 21.

¹⁰⁷ HARTOG, François. *Evidência da História*, p. 12.

¹⁰⁸ BORMANN, Denis R. “Enargeia: a concept for all seasons”, p. 156.

¹⁰⁹ *Ibid.*

regra geral. E também sua arma contra os ataques cépticos que o assombravam. Obviamente, a crítica de que não era somente porque Descartes percebia seu objeto de forma clara que isso garantiria a verdade de suas proposições, apareceu em seguida. Durante o século XVII e XVIII, o debate sobre lógica girou em torno das noções de clareza, distinção e vivacidade, todos eles utilizados como sinônimo de *enargeia*. No entanto, apesar das críticas a Descartes, o termo francês *l'evidence* era considerado um fator essencial da construção da verdade e de um conhecimento claro, bastante inserido na distinção entre conhecimentos claros e obscuros, uma das bases do conceito de Iluminismo.¹¹⁰

No mesmo período, a filosofia inglesa de Hume utilizava um critério de verdade nos mesmos moldes de Descartes, mas desenvolvendo uma escala de variação de intensidade da *enargeia* de acordo com as impressões e as sensações humanas. A sensação mais forte, clara e viva seria a mais verdadeira. Para Hume, esse era também o critério de distinção entre a realidade e a ficção, isto é, um sentimento manifestado em nossa mente, em nossos pensamentos.¹¹¹

Na perspectiva do historiador moderno, temos, primeiramente, a posição de Carlo Ginzburg quanto à relação do historiador com as evidências. Para o historiador italiano, a busca das evidências, dos vestígios foi, até 1750, uma prática somente de eruditos e antiquários.¹¹² Dessa forma, ocorre a vinculação da *enargeia*, que oferece um efeito de verdade, com os documentos. A narração do historiador é o que proporciona uma descrição. Assim:

Podemos imaginar uma seqüência desse gênero: narração histórica – descrição – vividez – verdade. A diferença entre o nosso conceito de história e o dos antigos se resumiria da seguinte forma: para gregos e romanos a verdade histórica se fundava na *evidentia* (o equivalente latino da *enargeia* proposta por Quintiliano); para nós, nos documentos (em inglês, *evidence*).¹¹³

Essa seqüência da citação de Ginzburg deve ser problematizada, não pode ser tomada como uma relação direta e mecânica. Há um tipo definido de narração histórica a que historiador deve-se ater para chegar a uma descrição ideal? E a descrição, que

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 157. Na Alemanha essa distinção também se fez presente, mormente na obra de Leibniz.

¹¹¹ *Ibid.*

¹¹² GINZBURG, Carlo. “Checking the evidence: the judge and the historian”. In: <http://www.criticalphilosophy.ugent.be/news/Historical/Ginzburg.pdf>, p. 80.

¹¹³ *Ibid.*, p. 24.

forma deve ela ter e qual deve ser o seu conteúdo, quais instrumentos retóricos são os mais indicados para se conceber um texto que tenha vividez? E a verdade? Quais são seus critérios para o historiador? Os livros de história não atingem naturalmente seu propósito, já que há um longo trabalho mental e intelectual, além de variáveis externas atuantes, até se chegar a determinada conclusão que é sempre condicionada pelo tempo e está em constante processo de afirmação, construção, destruição, reconstrução...

A fim de destrinchar um pouco mais a citação de Ginzburg, vale a pena colocá-la na perspectiva de Hartog, que assume o sentido do inglês *evidence* como uma das possíveis significações da evidência na história, relacionada à prova, ao documento e ao vestígio. Nessa linha de raciocínio, se resumimos a verdade histórica do conceito moderno de história ao documento (*evidence*), teríamos de atentar para toda carga de ficcionalidade que há nos vestígios já que o segundo sentido da evidência, segundo Hartog, reconhece a *evidentia* do latim de Quintiliano como derivada do étimo grego *enargeia*. A *enargeia* recorre à potência da visão, assim como o historiador recorre a tal potência para questionar a história como evidente em si e, portanto, aquela “parcialidade inevitável” do historiador, sublinhada por Costa Lima, entra em cena e a questão da verdade histórica passa a ser problematizada, o que é diferente de negar sua existência. No âmbito da prática historiográfica moderna, um dos caminhos para elucidar a questão é realçar a relação entre as notas de rodapé e a *enargeia* e como tal relação atua nos princípios geradores da evidência para o historiador moderno.

O filólogo-antiquário Francesco Robortello, em meio às contradições de suas reflexões¹¹⁴, ressaltou o papel dos anais para o estabelecimento da cronologia primordial de uma história antiquária. “Os anais se configuram como uma espécie de gênero intermediário entre história e estudos da Antigüidade.”¹¹⁵ As considerações de Robortello sobre os anais seriam levadas em conta por Sperone Speroni em seu *Diálogo da História*, de mais ou menos 1588, em que os anais eram mais valorizados que a história, pois apresentavam os fatos de forma mais simples e aberta, sem todos os ornamentos que a tradição histórico-retórica de Cícero prezava tanto nos escritos históricos e que, de acordo com Speroni, interferiam na verdade das coisas.¹¹⁶ Simultaneamente, em 1588, é publicado o primeiro volume dos *Anais eclesiásticos* de Cesare Baronio. Antes de escrever seus anais, Baronio cogitara escrever uma *História*

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 25-29.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 30.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 31.

eclesiástica controversa, mas enfim decidiu executar a primeira opção, porquanto “queria evitar o costume pagão [...] de inserir longos discursos fictícios, entremeados de ornamentos retóricos.”¹¹⁷ Para demonstrar a verdade de suas afirmações Baronio indicava sinais topográficos nas margens de suas páginas que expunham sua lealdade aos “testemunhos competentíssimos” que havia consultado. Era o início das citações, das notas, artifícios que, para Ginzburg, podem ser interpretados como equivalentes da *enargeia* dos gregos. Elas comunicavam um efeito de verdade.¹¹⁸

A *enargeia* era ligada a uma cultura baseada na oralidade e na gestualidade; as citações na margem, as remissões ao texto e os colchetes, a uma cultura dominada pelos gráficos. A *enargeia* queria comunicar a ilusão da presença do passado; as citações sublinham que o passado nos é acessível apenas de modo indireto, mediado.¹¹⁹

As citações, no trabalho do historiador moderno, vêm com indicações de sua proveniência, normalmente em notas de rodapé. Se adicionarmos as informações expostas por Anthony Grafton, veremos que as notas de rodapé e as citações podem conferir vivacidade ao texto do historiador moderno, mas há outros aspectos relevantes que marcam a gênese do artifício.

Para Grafton, as notas de rodapé têm um patrimônio genético-intelectual (*intellectual gene pool*) formado por três vertentes. A primeira delas é justamente a tradição antiquária fundida com a história eclesiástica; a segunda vertente corresponde ao desenvolvimento da crítica histórica durante o período moderno, numa fusão da tradição antiquária com a fertilidade intelectual do Renascimento; por último, o método de conhecimento desenvolvido por Descartes e filtrado pelos escritos de Pierre Bayle. Há, também, indícios de um DNA um pouco estranho a tal genética das notas de rodapé, pois o pensamento iluminista francês também influenciou essa formação.

Quanto à segunda vertente, os humanistas italianos do Renascimento desenvolveram procedimentos variados de crítica textual, pesquisando os possíveis erros das narrativas antigas e produzindo suas próprias versões dos acontecimentos a partir das fontes existentes. A necessidade dos arquivos se apresentou e os historiadores do período tiveram que se curvar aos curadores de arquivos locais e privados para

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 36.

¹¹⁸ *Ibid.*, todo o ponto 11, p. 36-37.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 37.

edificarem suas narrativas. Tal atitude se espalhou pelas outras regiões da Europa nascente, mormente entre os franceses e ingleses, que utilizavam narrativas antigas para justificarem suas origens e futuras nacionalidades. Finalmente, os latinistas do renascimento também experimentaram episódios de crença excessiva nos documentos e de inclusão de notas de comentários ao final dos livros (*endnotes*).¹²⁰

Um caso notório é o do latinista e jurista Jacques-Auguste De Thou, que se propôs a escrever a história da Europa na segunda metade do século XVI com o auxílio de pesquisas e viagens, também com o objetivo político de provar que uma narrativa imparcial esclareceria a história política da Europa e traria paz aos conflitos religiosos crescentes. Dessa forma, De Thou debateu sua escrita com outros membros da República das Letras e pode aceitar as correções de detalhes e interpretações que lhe eram sugeridas por seus comentaristas. Tal deliberação acabou criando critérios de avaliação das informações mais verdadeiras, como a prevalência do testemunho em primeira mão (*first hand testimony*) ao qual De Thou recorreu para recusar algumas correções de seus interlocutores, por ter visualizado o documento com seus próprios olhos.¹²¹

O texto de Jacques de Thou não continha anotações ou notas que indicassem as fontes ou as origens de suas informações. Porém, a preocupação do estudioso francês em debater seu texto, considerar perspectivas diversas e críticas em geral, transformou-o em um nome de autoridade, exemplo de objetividade apesar das acusações de partidarismos religiosos expostos em sua obra.

Assim como o estudioso moderno que se dirige à limitada audiência de real importância por meio de um código linguístico que o grande público não consegue decifrar, de Thou forneceu à República das Letras um aparato crítico que provava sua confiabilidade, a *fides*, de seu texto sem anotações.¹²²

A falta de notas de rodapé ou outros tipos de indicações não significa que de Thou deixou de se inspirar em uma tradição da crítica histórica que já vinha se manifestando periodicamente. Ademais, a prática textual de sua época mantinha uma série de ressalvas à utilização de citações ou notas de qualquer tipo. Em primeiro lugar,

¹²⁰ GRAFTON, Anthony. *The Footnote*, p. 124-134.

¹²¹ *Ibid.*, p. 134-140.

¹²² *Ibid.*, p. 140. “Rather like the modern scholar who addresses the limited audience that really matters in a code that the larger public cannot break, de Thou provided the Republic of Letters with a critical apparatus that proved his reliability, the *fides*, of his unannotated text”.

o uso de notas de rodapé e de citações longas e precisas dos documentos utilizados era bastante rechaçado por estudiosos modernos já que tais artifícios indicavam, além de pedantismo, a possibilidade de plágio. A citação dos documentos de forma explícita amplia as possibilidades de crítica do texto, pois o rearranjo e a reavaliação das fontes são mais sugestivos a partir de então. No início do século XVII, o problema da citação, das notas nas margens dos livros, das notas no final do livro ou finalmente, das notas de rodapé já se colocava na elaboração das narrativas históricas. A fusão entre uma narrativa coerente e a prática crítica da tradição antiquária já mostrava os primeiros sinais e colocava uma incógnita sobre o estatuto de exposição das fontes e materiais consultados no corpo das obras.¹²³

A última cadeia do DNA da nota de rodapé é talvez a mais significativa, pois nos leva novamente a pensar nos termos da *enargeia* grega. O ponto crucial dessa cadeia está no final do século XVII, quando a obra de um francês calvinista fundamentou-se no artifício das notas de rodapé para escavar as profundezas onde a verdade se assenta. O *Dictionnaire Historique et Critique (Dicionário Histórico e Crítico)* de Pierre Bayle teve sua primeira edição em 1696 e foi reeditado e ampliado algumas vezes, já que seu livro participou ativamente na formação das reflexões históricas e filosófica do século XVIII, inclusive de pensadores iluministas como Voltaire.¹²⁴

As lições deixadas pelo *Dicionário* de Bayle soam um pouco contraditórias, porquanto a maneira que Bayle encarava o conhecimento histórico, perscrutando cada fato até a sua exaustão, colocava sérios questionamentos ao princípio do gênero histórico de estabelecer a verdade dos fatos. Porém, simultaneamente, Bayle utiliza uma dupla narrativa que explica os resultados da pesquisa e expõe os caminhos trilhados durante os estudos. Bayle exaltava a pesquisa que compilasse o máximo de fontes possíveis e as examinasse da forma mais completa, analisando o autor, sua intenção, seu texto e seu contexto. Dessa forma, ele se alinhava às práticas antiquárias de pesquisa dos documentos e fontes, tomando essas formas de investigação como preceitos fundamentais.¹²⁵

O pesquisador francês não estava sozinho na utilização das notas de rodapé, pois, no início do século XVIII, outros escritores também utilizavam o artifício da

¹²³ *Ibid.*, p. 142-147.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 190-196.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 196-200.

citação para provar seus pontos.¹²⁶ Mas para atentar à gênese da significação que Bayle conferiu ao uso da citação e das evidências deve-se compreender que desde o século XV a Europa vivia uma constante crítica dos preceitos religiosos, científicos, políticos e sociais. A teoria do conhecimento desenvolvida por Descartes operava uma cisão entre o que hoje conhecemos como ciências exatas e ciências humanas. O conhecimento histórico, nesse sentido, seria muito inferior à matemática, por exemplo, visto que só a formalidade dos argumentos matemáticos possuíam o rigor e a capacidade de generalização necessária para se chegar a conclusões sólidas.

Assim como Heródoto manteve alguns aspectos da obra de Homero, ao mesmo tempo em que rompeu com algumas características da epopeia, Pierre Bayle utilizou-se do próprio método de Descartes para demonstrar que o conhecimento histórico possuía mais materialidade que as fórmulas abstratas da matemática. Dessa forma, a citação e suas regras, qualidades, propriedades, formalidades estavam no centro do método de Bayle e funcionavam como um medidor das verdades e das falsidades históricas.¹²⁷ A citação e as notas de rodapé emergiram de um intenso debate e reflexão e acabaram por sintetizar filosofia e filologia, além de apresentar uma forte carga epistemológica.¹²⁸

Entretanto, essas novas companheiras do conhecimento histórico apresentavam problemas. Em primeiro lugar, a narrativa de forma dupla, com grande inserção de notas de rodapé, dificultava o próprio andamento da narrativa no ponto de vista do leitor. Ademais, o próprio Bayle, assim como os artistas da história aos quais já fiz referência, cometia erros de citações e interpretações em suas leituras, por motivos variados.

É necessário frisar que o artifício das notas de rodapé, a partir de seu momento de emergência, insere-se em um amplo feixe de relações que ultrapassam as barreiras do conhecimento histórico. A constante evolução da imprensa e das formas de edição e publicação do livro também colocou o estatuto das notas de rodapé e das citações em questão. Em que local seria melhor colocá-las do ponto de vista do leitor? Além, dessas questões mais particulares, deve-se atentar para o fato de que se debatia a construção de um sistema moderno de documentação¹²⁹, fundador das conclusões de praticamente todos os ramos da atividade científica moderna ocidental com o passar dos séculos.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 200-203.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 208-210.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 211.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 220.

As notas de rodapé como instrumento literário foram utilizadas não somente na escrita da história, mas também em âmbitos como o da física de Isaac Newton e a literatura do século XVIII, que em alguns casos se servia das notas de rodapé para reforçar a ideia de que os acontecimentos de suas obras teriam ocorrido de fato.¹³⁰ Na França, Inglaterra e Alemanha do século XVIII, as notas de rodapé tiveram um papel relevante nas universidades e nos centros acadêmicos que desenvolviam os debates sobre literatura e ciência e também nas querelas entre os antigos e modernos¹³¹, quando as notas de rodapé serviam aos partidários dos modernos para sustentar seus pontos. Em resumo:

As notas de rodapé, em suma, espalharam-se rapidamente pela historiografia do século XVIII em parte porque elas já estavam presentes na ficção. A cadeia alimentar literária já incluía anotadores proeminentes e aguçados assim como autores suaves e maleáveis, e o comentário já era visto como um gênero literário estabelecido e suscetível de esforço artístico e efeito cômico. Mas história não é só literatura – [...]. O surgimento da nota de rodapé na era de Gibbon e Möser deve estar relacionado aos desenvolvimentos internos da tradição histórica, mas também a um gosto por ela fora dessa tradição: com o surgimento, ou aceitação, ou reativação da perspectiva de que os historiadores não somente contam histórias, mas também citam evidências..¹³²

Gibbon foi quem melhor sintetizou, na opinião de historiadores como Arnaldo Momigliano, Carlo Ginzburg e Anthony Grafton, a prática historiográfica moderna a partir da utilização das notas de rodapé em sua obra-prima, *Declínio e Queda do Império Romano*. Edward Gibbon, por admirar e conhecer os filósofos iluministas ingleses e franceses como Voltaire – que rechaçava os detalhes da história e conseqüentemente, considerava as notas de rodapé como pedantes¹³³ - e ao mesmo tempo exaltar a erudição característica do conhecimento antiquário de críticos como

¹³⁰ *Ibid.*, p. 111.

¹³¹ *Ibid.*, p. 112-119.

¹³² *Ibid.*, p. 121. “Footnotes, in shortly, spread rapidly in eighteenth-century historiography in part because they were already in fiction. The literary food chain already included prominent, sharp-toothed annotators as well as soft, juicy authors, and commentary was already seen as an established literary genre susceptible of artistic effort and comic effect. But history is not only literature – [...]. The rise of the footnote in the age of Gibbon and Möser must have something to do with developments inside the historical tradition as well as with a fondness for them outside it: with the rise, or acceptance, or revival of the view that historians not only tell stories but cite evidence.”

¹³³ *Ibid.*, p. 94-95.

Maffei e Muratori ou Tillemont, conseguiu fundir os dois tipos de história diferentes de forma agradável, dentro do estilo moderno das belas-letas do século XVIII.

A obra de Gibbon e a exposição de seu método de investigação foram motivos de polêmicas e debates. David Hume aconselhou o editor de Gibbon e a realocar as notas de rodapé ou de final do livro de acordo com o conteúdo delas, a fim de apresentar as notas de forma mais eficiente para o leitor.¹³⁴ Em um escrito de Gibbon, *A Vindication of Some Passages in the Fifteenth and Sixteenth Chapters of the History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, ele se defendeu dos ataques ao seu livro e à suposta inconsistência de suas notas de rodapé, que, segundo os críticos, continha supressões de passagens indesejadas, imprecisões nas citações ou não citação da fonte. O que permanece é que tanto Gibbon quanto seus críticos concordavam que a argumentação de um livro de história deveria utilizar notas e que elas compunham o aparato crítico do historiador, que abria a possibilidade de verificar sua obra.¹³⁵ Estávamos cada vez mais perto da significação que Jean Le Clerc atribuía às notas de rodapé no início do século XVIII, isto é, como fornecedoras da racionalidade crítica do historiador moderno.¹³⁶ Dessa forma:

As notas de rodapé, em suma, eram utilizadas por historiadores do século XVIII que viviam e trabalhavam em mundos, sociedades e até mesmo bibliotecas muito diferentes. A necessidade de apresentar claramente a documentação se estabeleceu, paradoxalmente, na era dos *philosophes*, que desprezavam o pedantismo como uma forma de superstição secular.¹³⁷

As notas de rodapé, as citações, a forma pela qual o historiador insere os documentos e as fontes que pesquisa em sua narrativa, tem uma história tortuosa que se desenvolve junto à pesquisa histórica, mas também fora de seu âmbito. Do ponto de vista da evidência histórica, as notas de rodapé são as herdeiras da *enargeia* grega, da *evidentia in narratione* do latim e as seguindo podemos tentar reconstruir parte da visão do historiador na construção de seu trabalho. Além dessa função, as notas de rodapé determinam uma forma de conhecimento que privilegia a ideia de clareza e distinção no

¹³⁴ *Ibid.*, p. 102-103.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 99-101.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 216.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 107. "Footnotes, in short, were written by eighteenth-century historians who lived and worked in very different worlds, societies, and even libraries. The need for clearly presented historical documentation established itself, paradoxically, in the age of *philosophes*, who despised pedantry as a form of secular superstition."

conhecimento moderno, que passa necessariamente pela filosofia do conhecimento de Descartes, pelo *Dicionário* de Bayle e nos leva de volta à *enargeia* grega, como vimos.

A nota de rodapé é uma das características mais marcantes e diferenciadoras do historiador moderno. Ela exerce uma função dupla: a persuasiva, pois demonstram ao leitor o quanto o historiador pesquisou e se esforçou intelectualmente em sua investigação; a indicativa, pois expõe os caminhos percorridos pelo historiador, mesmo que elas não representem a totalidade da interpretação conferida por ele.¹³⁸ Os jogos do historiador moderno já podem começar. É justamente nesse espaço que se abrem as possibilidades do confronto crítico de leitura de uma determinada fonte. Pois há leituras e leituras. Althusser não leu Marx da mesma forma que Thompson o fez. Ademais, o advento da nota de rodapé marca uma diferença com o padrão antigo de se pensar e escrever a história. O historiador não está mais dentro da tradição retórica de Tucídides e Cícero que preconizavam a história política tradicional e o *topos* da *historia magistra vitae*. A moralidade dos acontecimentos políticos deu lugar a uma narrativa paralela que tem seus fios condutores nas notas de rodapé, mostrando as limitações do trabalho do historiador e provando que a narrativa principal é “produto historicamente contingente, dependente das formas de pesquisa, oportunidades e de condições de questões particulares que existiam quando o historiador iniciou seu trabalho”.¹³⁹

As notas de rodapé fazem parte do aparato crítico do historiador, o que separa a prática historiográfica moderna da tradição antiga. Mesmo tendo sua carga de antiguidade, já que anotar, comentar e copiar textos são práticas antigas, a nota de rodapé em sua forma moderna – que também não é unívoca – unificou a história e a filologia e pode ser elevada a um patamar de eminência dentro das sociedades acadêmicas e, até certo ponto, fora dela.¹⁴⁰

Quando avaliarmos a emergência da prática historiográfica em Sérgio Buarque de Holanda, a análise das notas de rodapé ajudar-nos-á a definir sua prática historiográfica, sobretudo nos textos mais históricos ou quando nos ativermos na própria evolução de uma obra específica conforme as diversas revisões e reescritas que Sérgio Buarque realizava em seus livros.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 22.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 23. “The footnotes form a secondary story, which moves with but differs sharply from the primary one. In documenting the thought and research that underpin the narrative above them, footnotes prove that it is a historically contingent product, dependent on the forms of research, opportunities, and states of particular questions that existed when the historian went to work.”

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 24.

Entretanto, não nos é permitido pensar que a ascensão das notas de rodapé e toda a capacidade crítica que ela gerou foram capazes de criar uma estrutura inquebrantável em torno das conclusões dos historiadores ou da verdade histórica. Assim como os artistas da história do século XVI deixavam as evidências da história de lado para sucumbir ao proselitismo que lhes convinham, o historiador moderno terá suas amarras. Elas também fazem parte da evidência na história no período moderno.

1.5 Esboço do historiador moderno

Por enfatizar bastante o estudo das notas de rodapé não pretendo sugerir que essa seja a operação historiográfica que abarque a totalidade ou apresente definitivamente as características da prática historiográfica moderna. Há outros expedientes que também abordam a linguagem da historiografia de maneira crítica: o estudo retórico dos textos; o estudo gramatical e de estruturas linguísticas; a relação entre história e representação; a relação da historiografia com outros tipos de discurso como as narrativas literárias. Por essa variedade de caminhos, adotar desvios é imperativo para contemplar novas paisagens. Nessa proposta, algumas considerações conceituais e contextuais sobre a noção de história na modernidade mostram-se condizentes com o que se pretende demonstrar.

De acordo com a filósofa alemã Hannah Arendt, a concepção moderna de história cunhada nos séculos XVI e XVII só teve seu impacto em fins do século XVIII quando Hegel deslocou a história para o centro de sua metafísica, estabelecendo que a verdade se revela no processo temporal exclusivo dos humanos. Atestava-se o declínio da religião cristã e o enfraquecimento de sua ideia fundamental da vida após a morte. Porém, a capacidade de se tornar imortal permaneceu em suspensão até o surgimento de um âmbito estritamente secular que abrigasse a imortalização duradoura. A concepção moderna da história nasce justamente nesse período intermediário entre a queda da cristandade e a ideia de imortalizar-se fora das categorias religiosas. A permanência perene dos humanos na terra é o conteúdo do moderno conceito de história, a vida, estabelecida em um processo global infinito tanto no passado quanto no futuro, é que

diferencia o ser humano do animal, do qual a espécie seria a categoria equivalente à história.¹⁴¹

Essa significação mais filosófica do conceito moderno de história acaba sendo endossada por questões trazidas pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. No texto *historia/Historia (Geschichte. Historie)*, ele analisa as mutações semânticas dos vocábulos *geschichte* (a história acontecida, efetiva) e *historie* (a narração da história) ocorridas durante a década de 1770 na França e na Alemanha. Inicialmente, o termo *geschichte* aglutinou todas as histórias individuais formando um substantivo coletivo singular, a história. Tal modificação partiu de uma reivindicação pelo conhecimento da realidade efetiva, pela vontade de captar a história por si e em si, além de implicar maior pretensão de verdade e a criação de um conceito para a fundamentação da ilustração histórica. A história (*geschichte*) é agora seu próprio sujeito e tem a história (*historie*) como sua condição e sua possibilidade. A fusão entre *geschichte* e *historie* acarreta uma reflexividade única para a história representada pelo primeiro termo.¹⁴²

Hannah Arendt indica a decisiva influência de outra fusão: a da política e da história na obra de Marx. A partir de então, a ação histórica, que essencialmente não tem nenhum fim, foi confundida com o “fazer história”, elemento puramente teórico nas reflexões de Vico e Hegel. A partir de então a consciência política passa a derivar-se da consciência histórica. A ênfase, na época moderna, desloca-se da filosofia política para a filosofia da história, que admite a existência de significado apenas na totalidade do processo histórico.

Após essa constatação, podemos entender porque Koselleck nos apresenta, por meio de quatro procedimentos, o desenvolvimento da filosofia da história, o que nos permite visualizar até que ponto se estabeleceu esse novo conceito de história como coletivo singular e quais reflexões fundamentaram tais mudanças.¹⁴³ O primeiro procedimento é a reflexão estética, que afirmava a poesia e a história cada vez mais dependentes da realidade efetiva para obterem um grau mais elevado de verdade. No segundo procedimento, “da moralização à história como processo”¹⁴⁴, da história é exigida uma conexão de sentido, que, de acordo com as reflexões histórico-filosóficas, é dada pela própria história. É ela quem fornece sua própria moral, agora temporalizada

¹⁴¹ Todas as informações sobre o conceito moderno de história de Hannah Arendt estão em: ARENDT, Hanna. “O conceito de História – antigo e moderno”. IN: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva, 2005.

¹⁴² KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*, p. 27-46.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 46-47.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 60. “de la moralización a la procesualización de la historia”.

em seu processo. Dessa moral os homens podem retirar seus juízos, e o desenvolvimento histórico proporcionará, então, em seu fim, uma justiça compensatória para os seres humanos. O terceiro procedimento corresponde à formação racional da hipótese e à razão da história, em que o conhecimento histórico só é possibilitado pela hipótese, junção de reflexões filosófico-transcendentais e pretensões científicas capazes de desvendar o desconhecido através do conhecido. As reflexões filosóficas iam de encontro à providência divina que conferia unidade à história. Com a rejeição dessa ideia, a unicidade da história passa a residir nela mesma.¹⁴⁵ O quarto e último procedimento são as decorrências dessa filosofia da história na época da Revolução Francesa, que, segundo Koselleck, é a experiência axiomática do conceito moderno de história. Conforme François Hartog, o conceito moderno de história de Koselleck, concebe cada acontecimento histórico como único e isso aprofunda “uma distância e uma tensão entre os campos das experiências dos indivíduos e seu horizonte de expectativa”. O acontecimento que ilustra tal afirmativa é Revolução Francesa, que opera uma aceleração do tempo e rompe a continuidade entre experiência e expectativa garantida pela *historia magistrae*. O presente agora deflagra uma crise que impede a iluminação do futuro. Para desvendar o presente, é preciso perscrutar o passado para prognosticar o futuro de maneira mais nítida.¹⁴⁶

Portanto, o conceito moderno de história é gradativamente impregnado da filosofia da história iluminista emergente no fim do século XVIII. Dessa maneira, a história – *Geschichte*, o substantivo coletivo singular – centralizada na filosofia da história, torna-se um conceito necessário para calcular a ação política, tornando-se, em última instância, um “conceito-guia” para os mais variados âmbitos da vida moderna. O *topos da historia magistrae vitae* se esvaziou, mas isso não quer dizer que ele ainda não funcione ou não opere camuflada ou abertamente, porquanto é da própria história como coletivo singular que sairão as lições e, mais que isso, um sentido para a ação política derivada de uma capacidade de se ter consciência histórica.

A obra de Chateaubriand ilustra a tensão entre os aspectos do conceito moderno e os preceitos da *historia magistrae*. Para Chateaubriand, o tempo está acelerado e um envelhecimento é percebido dentro de poucos anos. As coisas passam mais rapidamente diante dos olhos de Chateaubriand e o escritor vê dificuldade em acompanhar os

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 65-73.

¹⁴⁶ HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: autêntica, 2015, p. 103.

acontecimentos. Chateaubriand é o sinal dessa transição entre o regime antigo e o regime moderno de historicidade, ainda absorvendo os impactos da Revolução Francesa e os desígnios do tempo histórico como processo. “Mas ao contrário do historiador científico do século XIX que afirma o passado separado do presente, Chateaubriand não deixa de reconhecer o passado no presente, o morto que volta para assombrar o vivo”¹⁴⁷

No regime antigo o passado servia ao presente para explicar o futuro; no regime moderno do historiador cientista, o passado deve ser explicado pelos arquivos, pela crítica documental, e no futuro tudo se revelará, mas ele permanece uma incógnita. A menção aos historiadores científicos leva o texto para mais perto da obra Sérgio Buarque de Holanda. Não que ele fosse um historiador cientista ideal (se é que isso existe!), mas não que ele deixasse de ser. As classificações, na escrita da história, levam ao caminho mais fácil para as explicações. E a história deve ser vista como uma arte complexa. Aquele que souber que Getúlio Vargas se suicidou com um tiro no peito e taxá-lo como um suicida inconsequente, resolverá o problema bem mais facilmente do que aquele que indagar as razões de tal ato. Quanto tempo não terá que dispor esse indivíduo para a leitura dos diários presidenciais? Bom, ainda bem que desde Marc Bloch os historiadores se preocupam mais com a compreensão do que com o julgamento...

Sem mais devaneios. Voltando ao navio espacial dos terráqueos e à história de Sérgio Buarque de Holanda, o importante é apreender que são os preceitos da história científica e da maioria dos questionamentos históricos do século XIX que irão marcar a aproximação do autor com a prática histórica. As operações historiográficas desse período reforçarão as práticas metodológicas cunhadas desde o Renascimento e já construirão algumas bases do pensamento mais cético do século XX, principalmente na relação com o sentido da história e com o tempo. Sérgio Buarque trabalhará a partir dessa matriz francesa, alemã, europeia que chegará de diversas maneiras a atividade historiográfica das Américas.

Além de Chateaubriand, François Hartog revela uma tríade de autores franceses que ajudaram a firmar o imperativo da documentação e da erudição na prática historiográfica moderna por meio de cortes em outros ângulos do saber histórico. Augustin Thierry, por exemplo, acreditava que a narrativa histórica deveria colocar os fatos diante dos olhos do leitor, objetivo que seria alcançado quando o historiador

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 120.

estivesse no controle total da narração, característica que Thierry apreendeu das leituras do romancista Walter Scott, o que é mais um sinal das relações íntimas entre a história e o romance. Thierry ativa, mais uma vez, a *enargeia* dos historiadores antigos, mas dessa vez, estabelece-se a relação entre verdade e vida. O historiador deve dar vida ao que foi narrado, pois assim estaria mais próximo à verdade. A história de Thierry remete à descrição de Hannah Arendt sobre o conceito moderno de história, pois está muito mais relacionada à vida e, conseqüentemente, à morte, à imortalização na história.

Segundo autor da tríade de Hartog, Michelet é o maior exemplo moderno do uso da terminologia vital para caracterizar o ofício do historiador. O autor de *O Povo* vai marcar o que Hartog chama da “partilha entre o visível e o invisível, entre a vida e a morte”. Por isso, o historiador era conhecido por ser frequentador do cemitério Père-Lachaise em Paris, fundado em 1804 junto de decreto que regulamentava o “novo culto dos mortos”.¹⁴⁸ No século XX, Lucien Febvre e Fernand Braudel também demonstrarão interesse pela vida na história.¹⁴⁹ Para fechar a tríade, temos Fustel de Coulanges, historiador francês que “entre o visível e o invisível, ‘encontra os fatos’ e consegue ‘vê-los’ ou vê as coisas como elas são.” Ademais, Fustel Coulanges, dentro dos parâmetros estabelecidos por Koselleck, irá reivindicar a terminologia do realismo, contraposta à ilusão e às aparências.¹⁵⁰

Portanto, para dar vida à narração, cultuar os mortos ou encontrar os fatos do plano invisível, o historiador deverá mergulhar na profundidade dos arquivos, tornar sua análise exaustiva, ler o máximo possível de documentação, enfim, exortar a erudição. A partir de agora, o historiador é mais leitor e menos escritor. A visão está relacionada, de agora em diante, ao ato da leitura.¹⁵¹

A relação entre o historiador e seu objeto passou a ser discutida em termos do estatuto científico da história. A comparação com as ciências tornadas exatas na modernidade era inevitável e, pelo caráter indireto e mediado da investigação histórica do passado, colocava-se a questão dos limites da ciência histórica. Leopold Von Ranke era o historiador científico por excelência. Seu trabalho na Universidade de Berlim, durante o século XIX, efetuou um corte decisivo no saber histórico moderno e na relação com outros tipos de ciência. Para Anthony Grafton, Ranke soube criar uma aura de autoridade em torno de sua obra. E muito desse efeito foi por ele ter prezado pelo

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 153.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 164.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 159.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 161.

aprimoramento da crítica documental e pela exaltação da ideia do arquivo. A crítica documental propagada por Ranke tinha métodos que remontam à tradição antiquária como a análise sistemática das fontes. Mas sua prática também remetia aos princípios antigos da autópsia, já que os documentos que fossem testemunhos diretos e nos quais o historiador tivesse posto seus próprios seriam os mais relevantes para Ranke. Duas formas de mostrar os frutos de sua pesquisa apareceram na obra do autor: os apontamentos críticos sobre a obra de historiadores antigos e modernos e as notas de rodapé. Os apontamentos normalmente apareciam no apêndice de suas obras e constituíam a forma mais efetiva da crítica de Ranke. Por meio dessas anotações, o historiador alemão produzia crítica histórica pela comparação historiográfica e colocava em cheque o estatuto de alguns textos clássicos como “fontes verdadeiras (*true sources*)”.

Em compensação, o uso que Ranke fez das notas de rodapé foi severamente criticado. Estudos demonstram que ele citava nas notas apenas 10% do que utilizava em seus estudos. Ademais, o historiador cientista tinha a prática de confeccionar suas notas de rodapé após a narrativa ficar pronta, ato que acabava determinando suas escolhas. Outros problemas estavam no nível de precisão da nota, porque muitas delas não traziam a indicação das páginas consultadas. Ranke, finalmente, ainda estava receoso em usar notas de rodapé, já que prejudicam o fluxo da narrativa, sendo vistas como um “mal necessário”, pois de que modo, senão por esse, a crítica historiográfica seria feita e os princípios científicos de verificação e clareza garantidos? O historiador alemão, apesar de reivindicar o papel científico da história de acordo com as premissas que formulava, confrontava-se ainda com as necessidades retóricas da narrativa historiográfica e isso problematizava as questões de método.¹⁵²

Sérgio Buarque de Holanda refletirá sobre a obra de Ranke e suas implicações para o método histórico. Em 1974, já afastado de suas funções na USP, o historiador paulista publica na *Revista de História* o artigo *O Atual e o Inatual na obra de Leopold Von Ranke*, texto fundamental para entender as reflexões de Sérgio Buarque sobre a prática historiográfica. A máxima de Ranke, repetida incessantemente em qualquer roda de conversa sobre o escritor, qualifica o objetivo do historiador, que deve contar o fato “tal como efetivamente sucedeu” (*wie es eigentlich gewesen*), segundo a tradução de

¹⁵² Cf. GRAFTON, Anthony. *The Footnote*, os capítulos 2 e 3.

Sérgio Buarque em seu artigo. Depois de afirmar que resumir a obra de Ranke à essa afirmação é diminuí-la, o historiador paulista atesta:

É uma fórmula sem dúvida infeliz, porque sua redação pode dar margem a interpretações que não correspondem ao pensamento do autor e, em muitos casos, são radicalmente opostas a esse pensamento, tal como foi desenvolvido e realizado ao longo de toda sua obra.¹⁵³

Embora o tom do comentário, Sérgio Buarque realiza uma crítica coerente da obra de Ranke, apontando as diversas possibilidades de leitura que ela apresenta para entender a importância do historiador alemão para o desenvolvimento da historiografia do século XX, sobretudo no âmbito das reflexões sobre o ofício da história. Há, no texto de Sérgio Buarque, a leitura de que a máxima de Ranke reflete justamente o método de crítica documental e os parâmetros da história científica. Entretanto, Sérgio Buarque, aponta para a relação da máxima de Ranke com a filosofia, para esclarecer algumas relações entre história e tal disciplina.

O historiador paulista entende que a relação da história de Ranke com a filosofia é complexa, apresentando diferentes facetas conforme a circunstância. Uma primeira faceta é uma aparente contradição indicada por Sérgio Buarque no pensamento de Ranke. O historiador deve investigar o único, a história é a ciência do particular, enquanto a filosofia se ocupa das generalizações e grandes abstrações. É impossível não lembrar a divisão aristotélica do Capítulo IX da *Poética*, que separa a poesia como mais afeita ao geral, mais próxima à filosofia, enquanto a história toma conta do particular. Ranke praticamente retoma o preceito aristotélico para operar uma cisão entre filosofia e história. No entanto, Ranke acredita que somente a partir do particular, dos variados caminhos que a história, e não a filosofia, proporciona, formula-se os grandes “nexos de sentido”, como denomina Sérgio Buarque, que afirma e questiona:

Nesse passo, porém, seu raciocínio é pouco preciso. De fato, como ultrapassar o único, sem o que não se pode atinar com os grandes nexos de sentido a que aludiu, e evitar o genérico ou as abstrações por pertencerem ao caminho do filósofo, se ele nega enfaticamente a existência de um terceiro caminho?¹⁵⁴

¹⁵³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O atual e o inatual na obra de Leopold Von Ranke”. IN: *Revista de História*, 1974, p. 437.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 444.

Dessa questão deixada pela obra de Ranke, Sérgio Buarque vai analisar melhor como, dentro da infinidade do particular, a unicidade se apresentava na obra do historiador alemão e, a partir de então, traçará os limites da historiografia de Ranke. O maior exemplo é quando Sérgio Buarque indaga a ideia de Ranke sobre a origem comum dos povos românicos e germânicos, deixando de lado diversos outros povos europeus, asiáticos e americanos que não pertenciam à civilização. Outro limite bastante evidente é a perspectiva política adotada por Ranke, enfatizada pela temática menos dos feitos individuais do que das instituições políticas que ditavam o rumo da história. Mas a máxima de Ranke sobre o que efetivamente aconteceu, ainda tem outro desdobramento importante.

Contar o que efetivamente aconteceu era também uma fórmula que servia ao historiador para deixar os documentos falarem por si só, eliminando a subjetividade do autor e suas opiniões pessoais. A suposta neutralidade do historiador, já demolida, ao menos em tese, pelo desenvolvimento da reflexão historiográfica e filosófica do século XX, Sérgio Buarque retoma as considerações de Marc Bloch em *Apologia da História*. O historiador não pode estar alheio às suas paixões ainda que possa limitá-las. A imparcialidade possui, logo, camadas de parcialidade que se apresentam de forma inconsciente ou impensada para o historiador na hora do desenvolvimento de sua obra. Na visão de Marc Bloch, como sublinha Sérgio Buarque, há a imparcialidade do sábio e a do juiz e cada uma delas carrega sua carga de parcialidade em algum nível. Mas o argumento mais importante para Sérgio Buarque é o da palavra “compreensão”. É célebre o uso da palavra em Marc Bloch, quando o francês apresenta a dualidade do “julgar ou compreender?” no trabalho do historiador. Sérgio Buarque reproduz no artigo sobre Ranke, grande parte da primeira seção do capítulo IV de *Apologia da História*, e demonstra como o historiador que compreende não pode se livrar de suas paixões, já que:

[...] a ideia da compreensão, apresentada como um instrumento cognoscitivo, diverso dos que empregam as ciências da natureza, aparecera também entre filósofos e historiadores empenhados em descobrir o perigoso abre-te Sésamo adequado às peculiaridades reais ou supostas da ciência do homem.¹⁵⁵

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 443.

O pensamento de Sérgio Buarque alude, indiretamente, à “parcialidade inevitável” de Luiz Costa Lima e por isso estabelece uma relação de aporia com a verdade. A verdade dos documentos, nos mais variados formatos que eles podem aparecer, só é encontrada a partir da indagação feita por cada historiador. E nessa indagação há inúmeros níveis dos quais dificilmente o historiador terá consciência completa e, mesmo consciente de vários deles, de muitos ele não poderá fugir, pois faz parte de seu próprio arcabouço, contexto e herança histórica e social. O historiador deve refletir teórica e praticamente sobre seu trabalho de maneira contínua, a fim de elucidar os caminhos de inteligibilidade que levam a uma linguagem mais precisa, de maior nível de exatidão. A tarefa pode não ser tão árdua para quem sente o prazer da leitura e a curiosidade da investigação. Com certeza, ela requer mentes imaginativas e uma hiperdose de paciência.

Sérgio Buarque de Holanda aventurar-se-á nesses caminhos. Sua prática historiográfica sobre a história do Brasil em seus variados aspectos é muito maior do que a reflexão teórica em si sobre o seu ofício, que não é pouco fecunda, diga-se de passagem. O artigo do historiador sobre a obra de Ranke é um exemplo fértil dessa reflexão e demonstra como Sérgio estava imerso no pensamento histórico ocidental europeu – sobretudo francês e alemão – e estadunidense, inserindo os comentários sobre Ranke nos desenvolvimentos teóricos mais recentes para ele, da primeira metade do século XX, dissertando sobre as decorrências do historicismo alemão. Dessa forma, Sérgio Buarque dialogava com a historiografia moderna desde as notas de rodapé até as questões mais filosóficas sobre a finalidade do ofício histórico e sobre o entendimento da temporalidade na prática historiográfica.

Não é meu objetivo classificar Sérgio Buarque como um historiador moderno, embrulha-lo nessa embalagem. A afirmativa seria correta, mas talvez como a máxima de Ranke, seria infeliz ou pouco esclarecedora. A dívida da obra de Sérgio Buarque com Marc Bloch é inegável, mas, para utilizar a mesma metáfora, o saldo devedor do historiador paulista alastra-se por outros departamentos. Além do mais, já se afirmou com muita razão que os intelectuais de vanguarda do pensamento histórico do século XX “compartilham a experiência paradoxal de serem simultaneamente protagonistas da modernidade (como intelectuais e escritores de vanguarda) e seus críticos contundentes, pois foram capazes de prever em diferentes graus suas conseqüências destrutivas”.¹⁵⁶

¹⁵⁶ NICODEMO, Thiago Lima. *Urduidura do Vivido*, p. 36.

Nessa perspectiva, Sérgio Buarque, em sua posição de vanguarda na intelectualidade do Brasil, terá de conviver com essa “experiência paradoxal” de criar a modernidade e ao mesmo tempo ser sua fratura. *Visão do Paraíso* cumpre um papel seminal nessa experiência. Vamos à pré-história dessa tese ou, em outros termos, às suas condições de possibilidade. Se o leitor não se contentar também com essa expressão, peço um pouco de paciência e que se ponha de maneira confortável para assistir à atuação das forças no teatro da emergência de *Visão do Paraíso*.

Capítulo 2 – A formação intelectual do pai de Chico Buarque

2.1 A história como oferenda

É difícil estabelecer as razões pelas quais uma pessoa se interessa pela construção de um conhecimento que se designa pelo termo “história”. Ser historiador, mesmo sem se importar com a alcunha da classificação, colocar o pensamento em busca de uma temática e de um problema, depois sair atrás do material que será utilizado na pesquisa e, enfim, erigir uma narrativa baseada no material pesquisado e balizada pela formação intelectual cultivada, pelo contexto histórico vivido, pelas construções gramaticais instintivas, pelos objetivos políticos (pois eles sempre existem) almejados. O que leva o indivíduo a tal prática?

As respostas são sempre múltiplas e as definições que buscam uma essência ou uma lei geral dos acontecimentos estão longe das pretensões desse texto. No caso específico de Sérgio Buarque de Holanda, a sua própria história conduziu-o à prática historiográfica. Ou melhor: a experiência do indivíduo, em constante formação, durante o passar dos anos em que viveu, ofereceu o ofício do historiador a Sérgio Buarque como um possível caminho para que alcançasse seus objetivos intelectuais.

Neste capítulo nos concentraremos na história dessa oferenda. Primeiramente, relativizemos o título de historiador que demos a Sérgio Buarque, mesmo que ao final de sua vida tenha se dedicado a tal atividade de forma sistemática como catedrático da USP e pesquisador incansável. As definições, assim como as respostas, são sempre múltiplas e isso deve colaborar na compreensão da realidade. Sérgio Buarque foi, além de historiador, professor universitário, crítico literário, colaborador de jornais, adido cultural, intérprete do Brasil, pai de família, e de certo momento em diante “o pai do Chico”, como ele mesmo brincava e como até hoje talvez seja mais conhecido entre os brasileiros.¹⁵⁷ Uma das definições desviantes da de historiador é a de Sérgio como crítico literário. Dessa atividade, ele extraiu ferramentas que moldaram sua escrita como historiador, principalmente em *Visão do Paraíso*.

O *topos* do historiador-viajante faz-se presente na formação intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, pois a cada viagem ele ampliava seu leque de conhecimento, sua

¹⁵⁷ RUSSO, Renan. “Sérgio Buarque de Holanda, o pai fodão do Chico Buarque”. IN: <https://papodehomem.com.br/sergio-buarque-de-holanda-homens-que-voce-deveria-conhecer-41/>, acesso em 09/02/2017, às 23:16.

experiência de pesquisa e a coleta de novas documentações. O que seria de *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, sem a viagem à Alemanha em 1930? O que seria do projeto sobre a expansão das fronteiras no Brasil iniciado em *Monções* sem as diversas documentações encontradas na América Latina? Enfim, as viagens aos EUA em 1941 e à Itália, entre 1952 e 1954, definiram fundamentalmente sua prática como crítico literário e como historiador.

Ressalva: não se deve pensar na crítica literária e na prática historiográfica como compartimentos aos quais Sérgio Buarque recorria separada e conscientemente para ler determinado tipo de texto ou documento. Tanto a crítica literária quanto a análise histórica, além de outros saberes, são utilizadas livremente na leitura de Sérgio Buarque e em sua exposição textual. *Visão do Paraíso* é obra privilegiada para o estudo nesse sentido, pois exemplifica o uso dessas influências diversas.

2.2 A crítica literária em Sérgio Buarque de Holanda

A crítica literária na obra de Sérgio Buarque de Holanda só começou a ser analisada e estudada profundamente a partir da década de 1990, tomando ritmo ainda mais intenso na virada do século.¹⁵⁸ A maioria dos textos que Sérgio Buarque produziu no âmbito da crítica literária foi publicada em conjunto no ano de 1996, sob os auspícios de Antônio Arnoni Prado. Os textos eram publicados em revistas literárias e jornais da época, entre 1920 e 1959. Antes disso, alguns exemplos já iniciavam timidamente a analisar a crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda: publicada em texto no de 1987, a conferência de Alexandre Eulálio, “Sérgio Buarque de Holanda escritor”, proferida na inauguração da Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda, que guarda o acervo pessoal do autor na UNICAMP. Esse e um texto de Rosemarie Erika Horch publicado em *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra* atentavam para a crítica literária do autor destacando o fator da escrita em Sérgio Buarque e suas relações com os movimentos literários nacionais e estrangeiros. A publicação de *Capítulos da Literatura Colonial* em 1991 e a já citada coleção organizada por Arnoni Prado em 1996 estimularam a produção acadêmica sobre tais textos, além de terem provocado os estudos da ligação de Sérgio Buarque com o movimento modernista brasileiro,

¹⁵⁸ GALVÃO, Walnice Nogueira. “Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. IN: MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas – SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008, p. 117-134.

materializados em uma gama de dissertações, teses e textos publicados sobre o assunto.¹⁵⁹ A obra acadêmica de Thiago Lima Nicodemo, sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado, são incontornáveis para qualquer estudo sobre *Visão do Paraíso* ou sobre a crítica literária na obra de Sérgio Buarque de Holanda e ela esclarece muito da relação entre o historiador e o crítico literário.

Segundo Nicodemo, o material da crítica literária do historiador paulista pode ser dividido em três partes: a primeira parte vai da publicação de “Originalidade Literária” em 1920, quando Sérgio Buarque tinha apenas 18 anos, até 1930, quando o historiador viaja à Alemanha, e tem como interlocutor principal o movimento modernista; a segunda fase é bem específica e corresponde aos textos publicados entre 1940 e 1948, mas com uma produção bem descontínua, marcada por poucos textos, em sua maioria publicados no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro entre 1940 e 1941, substituindo Mário de Andrade; finalmente, entre 1948 e 1959, Sérgio Buarque contribuiu massivamente com o *Diário de Notícias* até 1952, quando viajou para a Itália e enviou alguns artigos só publicados em *Capítulos de Literatura Colonial* de 1991, entre 1954 e 1959, o escritor teve uma produção mínima, finalizando com apenas um artigo no ano de 1959.¹⁶⁰

Os ensaios críticos de Sérgio demonstravam erudição, vasto conhecimento em literatura ocidental, não só da Europa, mas também da América Latina¹⁶¹, além de atualização de acordo com os acontecimentos literários que ocorriam no Brasil, com atenção para os “futuristas” de São Paulo, embrionários do movimento modernista na literatura. Em outro nível de leitura, os ensaios reunidos de Sérgio Buarque, quando recolocados em seu contexto intelectual, demonstram as redes discursivas em que Sérgio Buarque se inseriu e nas quais iniciou suas investigações intelectuais.

2.3 A importância de ser modernista

Estabelecidas as fases definidas por Nicodemo, é útil pensar as relações do futuro autor de *Raízes do Brasil* com a evolução do pensamento modernista no Brasil, mormente sua relação com Mário de Andrade e os debates daí surgidos. Pode-se dizer

¹⁵⁹ Para uma ótima revisão bibliográfica sobre a diversidade de textos produzidos nessa temática cf. PAIXÃO, Graça Alves. “O que dizem da crítica buarqueana”. IN: *Presença Francesa na Crítica Literária de Sérgio Buarque de Holanda (1920-1930)*. Tese de doutorado da USP. 2015, p. 23-39.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 29-30.

¹⁶¹ Os ensaios iniciais do primeiro volume de *O Espírito e a Letra* demonstram as abordagens de Sérgio Buarque de Holanda nessa temática.

que nessa intersecção reside a emergência das condições de possibilidade do Sérgio Buarque historiador e intérprete do Brasil, além de ser um guia para entender a escolha dos variados problemas que giraram em torno do ato de compreender e explicar a constituição do Brasil na obra do autor.

No Brasil, a modernização e os sinais do modernismo aparecem historicamente no final do Império e nos inícios da República, tanto na política quanto nos meios intelectuais.¹⁶² A famigerada Semana de Arte Moderna que ocorreu em São Paulo, de 12 a 17 de fevereiro de 1922, é o grande marco do movimento. O Brasil entrava na chamada crise dos anos 1920, um conjunto de acontecimentos que passou a questionar e minar as bases da estrutura oligárquica brasileira como desenhada no período histórico conhecido como República Velha. Não só política, mas também culturalmente, a efervescência tomava conta dos centros do país e a sociedade passava por um momento de redefinição de suas estruturas sociais e de seu passado.¹⁶³

Interessa-me menos aqui traçar uma definição do modernismo e caracterizar a Semana de Arte Moderna do que atentar para o desenvolvimento dos debates em que se envolvera Sérgio Buarque de Holanda depois dela. De fato, o jovem paulista nem ao menos compareceu ao evento, pois prestava exames na faculdade.¹⁶⁴ No entanto, com Mário de Andrade, ele desenvolveu uma amizade e uma intensa troca de cartas que se estende do fatídico ano de 1922 até o falecimento de Mário em 1944. Sérgio Buarque, que havia se mudado para o Rio de Janeiro com sua família em 1921, tornou-se o representante estadual da revista modernista *Klaxon*, concebida por Mário de Andrade e uma das mais conhecidas do movimento modernista.¹⁶⁵

Pedro Meira aventa a hipótese de que, no conjunto de missivas entre Mário e Sérgio, pode-se ler “*o grande impasse do modernismo brasileiro, cujo grito inicial, se tomado como um impulso irresistível, encontraria seus limites no discurso construtivo, no cenário de 1930, mostrava-se incontornável*”.¹⁶⁶ É justamente em torno desse discurso construtivo, sua forma de viabilização e seu modo de desenvolvimento que

¹⁶² Para um texto geral e introdutório sobre o Modernismo no Brasil, cf. VELOSO, Mônica. “O Modernismo e a Questão Nacional”. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 1, p. 351-386.

¹⁶³ Sobre a Crise da década de 1920, ver no mesmo volume citado acima FERREIRA, Marieta de Moraes & SÁ PINTO, Surama Conde. “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”.

¹⁶⁴ MONTEIRO, Pedro Meira (org.). *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: Correspondência*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.8.

¹⁶⁵ *Ibid.* As primeiras cartas trocadas entre Mário de Andrade e Sérgio Buarque demonstram, entre outros temas, os trâmites que envolviam a representação da revista. Sobre a *Klaxon*, ver a nota 3 da p. 21.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 275, grifo do autor.

surgirá o conteúdo das polêmicas e debates encabeçadas por Sérgio Buarque de Holanda, Mário de Andrade e um terceiro interlocutor, Alceu de Amoroso Lima, dono do pseudônimo Tristão de Athayde. Nessa discussão são postas em jogo categorias que iriam nortear os termos do debate sobre a definição de uma cultura, de um passado e de um destino para a sociedade brasileira. Oposições como ordem e desordem, destruição *versus* construção e temas como o “primitivismo”, engendraram a questão racial, o gosto pelo exótico e a dominação dos impulsos e instintos sociais, o que, em última instância, despertariam o interesse pela figura de negro, do africano e do índio, esta última recorrente no trabalho historiográfico de Sérgio Buarque de Holanda. O modernismo, por fim, coloca a questão do passado e de suas significações. Daí também, em uma espécie de repaginação brasileira das querelas entre antigos e modernos, o modernismo colocou frente a frente, com uma dose muito alta de polêmica, a intriga entre os “futuristas” e os “passadistas”.

Entre 1924 e 1925, Sérgio Buarque dedica-se à publicação da revista *Estética*, inspirada pelo poeta estadunidense, T.S. Eliot, os artigos expostos nas poucas edições da empresa colocaram a crítica de Sérgio Buarque em um novo patamar e algumas divergências de pensamento trouxeram ao debate questões fundamentais para o modernismo brasileiro.¹⁶⁷ Abre-se, pois, a problemática da construção, da necessidade de resignificar e até erigir uma ideia de cultura brasileira que contivesse uma estética e ao mesmo tempo fosse um ato político. O projeto de Mário de Andrade voltava-se ao universo popular, traçando a caracterização do país a partir desse eixo cultural, avesso à linguagem acadêmica. Adentrar tal universo “sugeria, portanto, um regresso fantástico à própria pátria, como se fosse possível aniquilar a angústia da impertinência através da busca convicta das origens”¹⁶⁸

Sérgio Buarque não se incomodava com a aproximação ao popular, o problema, para ele, aparecia em outro nível. No artigo “Perspectivas”, de 1925¹⁶⁹, Sérgio Buarque questionava as limitações da linguagem escrita e falada, da “letra”, como chama o autor. Frases como “as palavras depositaram tamanha confiança no espírito crédulo dos homens, que estes acabaram por lhes voltar às costas”¹⁷⁰ ou “nada nos constrange a que nos fiemos por completo na suave engenhosa caligrafia que os homens inventaram para

¹⁶⁷ *Ibid.*, p. 195.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 198.

¹⁶⁹ “Perspectivas” foi publicado no terceiro e último volume da *Estética* de Abril-Junho de 1925. Está presente no volume 1 de *O Espírito e a Letra*, p. 214.

¹⁷⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque. “Perspectivas” IN: PRADO, Antônio Arnoni (org.). *O Espírito e a Letra*, p. 214.

substituir o desenho rígido e anguloso das cousas”¹⁷¹ colocavam em xeque o poder da linguagem e advogavam que a “arte poética” deveria prezar pelo estudo e explanação das “regiões inexploradas”, por uma “declaração dos direitos do Sonho”. Uma afirmação desse artigo impõe um dever valioso e indica, provavelmente de forma inconsciente, uma das buscas do Sérgio Buarque historiador em *Visão do Paraíso*: “Depois de tantos séculos em que os homens mais honestos se compraziam em escamotear o melhor da realidade, em nome da realidade temos de procurar o paraíso nas regiões inexploradas”. Trinta e três anos depois, Sérgio Buarque defendia sua tese de doutorado, procurando as descrições paradisíacas nos escritos de viajantes do Novo Mundo. As “regiões inexploradas” podem ser lidas como os próprios labirintos do pensamento e suas formas de transmissões, que Sérgio Buarque traduziu na investigação da “biografia de uma idéia”, a ideia do paraíso.

O questionamento do poder da linguagem, de acordo com Pedro Meira, punha as ideias de Sérgio Buarque em contraposição, ao menos parcial, ao ideário de Mário de Andrade. A recusa de uma fórmula geral que abarcasse todas as expressões do particular era uma das críticas de Sérgio Buarque à ideia de construção por meio de arranjos e vetores sociais que controlassem os impulsos do corpo social e guiassem o advento cultural do país.¹⁷² Há, em Mário de Andrade, ainda, a ideia da liberdade poética, porém Sérgio Buarque estabelece uma separação mais impactante e trágica entre realidade e linguagem, chegando a invocar a mítica do diabo e do demônio.¹⁷³ Esse linguajar voltará à luz em *Visão do Paraíso*. Para Sérgio, enfim, a busca por um sentido possuía muitos pontos de tensão, principalmente quando embasadas na ideia de uma construção da cultura nacional. No entanto, Sérgio Buarque não deixa de se colocar uma questão que é própria do sentimento moderno, isto é, o que a busca pelo sentido pode se revelar e como ela se revela; uma problemática que, em certo nível, impõe a investigação sobre os limites da linguagem.¹⁷⁴ As respostas a essa indagação podem ter variadas formas que, no caso específico do modernismo brasileiro, relacionavam-se às ideias de sentimento religioso, legado do romantismo, visão orgânica da sociedade e, finalmente, das variações entre ordem e desordem social.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 213.

¹⁷² MONTEIRO, Pedro Meira. *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda*, p. 200-213.

¹⁷³ *Ibid.*, p. 206.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 224.

É notável o papel de um texto de Sérgio Buarque de Holanda, “O lado oposto e outros lados”, publicado em 1926, na *Revista do Brasil*.¹⁷⁵ Nesse ensaio, Sérgio Buarque dividia os intelectuais modernistas entre aqueles que simplesmente reproduziam de forma pomposa e altiva aquilo que os ventos iniciais do movimento queriam dissipar – Guilherme de Almeida e Ronald de Carvalho – e os que ainda permaneciam fiéis aos parâmetros destrutivos do modernismo brasileiro – Oswald de Andrade, Prudente de Moraes Neto, entre outros. A questão de fundo era o binômio ordem e desordem na sociedade brasileira. Há de se ter em mente que Sérgio Buarque demonstra ter grande desconfiança nas ideologias construtivistas que aceitam fórmulas e “esquemas sábios e de virtude provada”. E dentro dessa ideia de ordem, Pedro Meira vê uma questão importante para entender o pensamento de Sérgio Buarque no período:

Na fraca assimilação das instâncias normativas, no esvaziamento dos mecanismos internos de controle (instâncias superegóicas no jargão psicanalítico), residem, para Sérgio Buarque, muito antes de Antonio Candido, e num diálogo sinuoso com Mário de Andrade, o segredo e o futuro do modernismo brasileiro e – por que não dizê-lo? – da modernidade no Brasil. Segredo, em suma, ligado ao *desvio* em relação à norma, e à sultura diante do controle e do poder interiorizado.¹⁷⁶

A crítica de Sérgio Buarque em “O lado oposto e outros lados” vai de encontro aos pensamentos do maior defensor dessa “ordem” na experiência brasileira, o Tristão de Athayde e, em última instância, Mário de Andrade. No ensaio “Política e Letras”, publicado em 1924, Athayde destacava o quanto a convivência social brasileira era marcada pela coexistência de povos selvagens e civilizados e isso engendrava uma “consciência temporal” que diagnosticava uma “desordem temporal” ou um “tempo desorientado” danoso ao futuro da sociedade.¹⁷⁷ Ademais, Sérgio Buarque ressaltava o fato de que Tristão de Athayde, além de ser um devoto da ordem, acreditasse, influenciado pelo catolicismo, que o sentido se mostraria por meio de uma revelação, como a revelação bíblica. O sentido parte de um sentimento religioso, gerando para Sérgio Buarque uma “atitude intelectualista” que se achava no direito de ditar o papel da

¹⁷⁵ O artigo também está no primeiro volume de *O Espírito e a Letra*.

¹⁷⁶ MONTEIRO, Pedro Meira. *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda*, p. 208.

¹⁷⁷ NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória o ensaio. Sobre Casa-Grande e Senzala e a representação do passado*. Tese de doutorado. UFRGS, 2008, p. 1-2.

cultura e o formato dos arranjos sociais.¹⁷⁸ Mário, conforme Sérgio, também deslizava bastante para esse sentimento, apesar de que Pedro Meira sempre enfatize que o problema de Mário e Sérgio era bem parecido, tendo apenas respostas diferentes. O primeiro seguia firme em sua busca incessante pelos diversos significados da cultura popular, enquanto o segundo recusava as fórmulas e sublinhava as armadilhas da linguagem no entendimento da realidade.

A polêmica desencadeada por “O lado oposto e outros lados” seguiu até o final da década de 1930, com as respostas de Tristão de Athayde, primeiro no artigo “Construtivismo e Destrutivismo” publicado ainda em 1926 e depois no texto de “Adeus à disponibilidade” endereçado diretamente a Sérgio e publicado em 1929.¹⁷⁹ Basicamente, os três interlocutores aqui citados seguiram os caminhos que iam reafirmando em seus artigos. Tristão de Athayde aumentava o seu desejo pela imposição de uma ordem que realinhasse homem e sociedade¹⁸⁰; Mário de Andrade buscava a infundável caracterização do brasileiro, que teve seu ápice com o lançamento de *Macunaíma*, em 1928; Sérgio Buarque, por fim, seguia na busca de um caminho um pouco menos movediço para trilhar e acabou na Alemanha em 1929, quando o contato com a sociologia alemã tornou-se a bússola de suas indagações.

Durante a década de 1930, há desdobramentos dessa discussão sobre a ordem, deveras balizado pelas teses de Alberto Torres, que enfatizavam a desorganização da sociedade brasileira e dessa forma clamava por um papel do Estado. A conjuntura política de 1930, mundial e brasileira, colocava novas questões aos intelectuais da época, principalmente no âmbito das experiências totalitárias vividas na Europa e no Brasil. Sérgio se distanciou das discussões modernistas para tocar os inícios de seu projeto historiográfico, que avançou com a publicação de *Raízes do Brasil* em 1936. Fortemente embasado no conhecimento na viagem de Sérgio à Alemanha, em 1929-30, e de tom sociológico e ensaístico, manteve o intelectual paulista ocupado durante a década seguinte, quando, na segunda edição de *Raízes do Brasil*, publicada em 1948, Sérgio respondia às críticas de Cassiano Ricardo às ideias sobre o homem cordial.

O que se deve reter da experiência de Sérgio Buarque com o movimento modernista no Brasil é que ela marcou, fundou ou sugeriu ao intelectual paulista a necessidade de estabelecer uma leitura do presente, a partir do estabelecimento da busca

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 214.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 231.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 256.

por um sentido do passado, levando em conta, sobretudo, a história do Brasil e seu passado colonial, mas introduzindo o entendimento da conjuntura presente do autor, o que possibilitava novas leituras nas pesquisas empreendidas. Dessa forma, por meio da atividade de crítico literário, Sérgio Buarque pode fazer uma leitura da prosa e da poesia produzidas no Brasil durante a década de 1940, momento em que desenvolveu sua crítica literária no *Diário de Notícias* e no *Diário Carioca*, enquanto a produção literária se renovava tanto na prosa quanto na poesia com a chamada “geração de 1945” e as alcunhas do “Neomodernismo”.

2.4 Entre o crítico e o historiador, mais uma vez

A década de 1940 é essencial para o entendimento da formação de Sérgio Buarque como historiador e intérprete do Brasil, mormente no desenvolvimento de características chave de seu método, tendo em vista os objetivos aqui propostos de analisar o texto de *Visão do Paraíso*. Alguns momentos marcantes como o I Congresso Brasileiro dos Escritores em 1945, organizado pela Associação Brasileira dos Escritores, fundada em 1942 por um grupo do qual Sérgio Buarque fazia parte, e a morte de Mário de Andrade em 1945, marcaram a trajetória do historiador paulista. O sentimento de dever com os ideais do movimento modernista de 1920 desabrochou em Sérgio Buarque e impôs-se a tarefa de trabalhar pela profissionalização dos escritores a partir de uma “verdadeira consciência técnica profissional” que engendrasses uma “estetização literária” dos valores nacionais. Tal proposta emergia durante as turbulências políticas do Estado Novo, quando há também uma preocupação com a institucionalização das universidades no Brasil, característica ligada diretamente à profissionalização do escritor e da modernização das letras no país.¹⁸¹ Dentro desse panorama político-intelectual, Sérgio Buarque envolvia-se institucionalmente como responsável do setor de publicações do Instituto Nacional do Livro, entre 1939 e 1944, quando passou a ocupar cargo na Divisão de Consultas da Biblioteca Nacional.¹⁸²

Em 1945, Sérgio Buarque publica sua primeira obra de cunho mais histórico, *Monções*, que contava as experiências de portugueses e índios que se aventuravam nos rios e cachoeiras das fronteiras ocidentais da América Portuguesa. A partir de então, seu

¹⁸¹ NICODEMO, Thiago Lima. *Alegoria Moderna*, p. 33-36. O principal artigo em que Sérgio Buarque expõe os aspectos que preza nessa profissionalização é “Missão e Profissão”, publicado em 1948 e inserido no segundo volume de *O Espírito e a Letra*.

¹⁸² NICODEMO, Thiago Lima. *Alegoria Moderna*, p. 45.

texto passa a ser mais calcado na documentação pesquisada e perde um pouco o caráter ensaístico de *Raízes do Brasil*. A publicação de *Monções* foi o passo inicial de um de seus projetos dentro do arcabouço geral de interpretação do país a que se propôs o historiador. Ainda nesse sentido, Sérgio Buarque assume o Museu Paulista em 1946, o que possibilitou aumentar seu material e documentação de pesquisa, ampliou sua rede de contatos tanto nacional quanto internacionalmente e lhe deu a oportunidade de promover a cultura de forma condizente com os ideais de modernização intelectual do país.

Os anos 1940 são uma década crucial para Sérgio, pois se inicia o processo de fusão entre crítica literária e pesquisa histórica na formação intelectual do autor, processo importante para a concepção de *Visão do Paraíso*. Ele se intensificará na década seguinte, quando o historiador cristalizará algumas leituras importantes no âmbito da crítica literária mundial e envolver-se-á com a elaboração de uma história da literatura brasileira, ao mesmo tempo em que desenvolverá os artigos, do final de década de 1940, que irão compor *Caminhos e Fronteiras*, publicado em 1957, e retomarão os temas e tópicos tratados em *Monções*.

Mais uma vez o ato da viagem. Em 1941, o historiador paulista permaneceu três meses nos Estados Unidos, participando de debates, ministrando palestras nas universidades de Columbia e Wyoming. Ademais, Sérgio teve a possibilidade de conhecer a Biblioteca do Congresso em Washington e a Biblioteca Pública de Nova Iorque. Nesta viagem, Sérgio Buarque entrou em contato com a crítica literária do chamado *new criticism*. O *new criticism* é um movimento com diversas fases e acepções e, portanto, deve-se balizar exatamente o que Sérgio Buarque apreendeu do *new criticism* e como ele estabeleceu um diálogo crítico com tal tendência de pensamento.¹⁸³

Basicamente, o *new criticism* estava ligado aos ideais modernistas no âmbito da crítica literária anglo-saxã na primeira metade do século XX. O movimento, nem sempre perfeitamente articulado e consciente de seu caráter de grupo, prezava pela “leitura imanente do texto”, considerando-o de forma orgânica e intentando desvendar as estruturas que definem a constituição do texto em seus aspectos estéticos. Considerar o texto como um dado em si não significa a exclusão da historicidade do texto, muito pelo contrário. Para Nicodemo, o *new criticism* busca justamente a historicização das estruturas semânticas do texto, mas evita a contaminação da teleologia do contexto na

¹⁸³ *Ibid.*, p. 49.

análise. Mas o fator importante é que o *new criticism* era devoto da institucionalização do estudo da língua inglesa nas universidades estadunidenses e, decorrentemente, da profissionalização da figura do escritor. Tal qualidade corroborava com os anseios de Sérgio Buarque, que buscava se inserir da mesma forma na conjuntura institucional brasileira. Por último, a ligação de muitos representantes desse grupo com o ideal patriarcal e reacionário dos estados sulistas dos Estados Unidos como uma forma de criticar o processo de industrialização dominante no país no início do século XX. Sérgio Buarque enfatizou diversas vezes o conservadorismo e o tradicionalismo de muitos dos autores do *new criticism*, e também caracterizando seu método como positivista¹⁸⁴

Ainda segundo Nicodemo, a avaliação crítica do *new criticism* por parte do historiador paulista foi fecunda a partir de 1948 até 1952, em que o crítico tratou de “temas centrais do movimento, como o enraizamento no movimento regionalista sulista, o papel da história na análise, o *close reading*, a prevalência da linguagem poética e a relação com o Modernismo”.¹⁸⁵ Nicodemo nota que Sérgio Buarque deixa de perceber, por vezes, que o *new criticism*, por ser um movimento de crítica ao capitalismo industrial, está intrinsecamente ligado ao Modernismo. Apesar do conservadorismo de suas posições, sempre enfatizadas por Sérgio Buarque, o *new criticism* surgia num contexto pós-Primeira Guerra e carregava uma ambivalência típica dos anos 1930 e das experiências prévias ao totalitarismo que predominou durante a Segunda Guerra.¹⁸⁶

Um elemento mais importante para os objetivos aqui traçados relaciona-se à crítica de Sérgio Buarque quanto ao tratamento da história na crítica literária do movimento anglo-saxão. O caráter conservador do movimento estava ligado, para Sérgio Buarque, à “ideia de autonomia do texto literário”, à “tendência a evitar a projeção de elementos históricos e biográficos” e à “tendência a uma análise formal”.¹⁸⁷ O historiador paulista expôs sua visão sobre o assunto em artigos como “Caso Pound” de 1950, “Sobre História da Literatura” de 1948 e, principalmente, em “Universalismo e Provincianismo na Crítica”, de novembro de 1948, sobre a obra crítica do já citado Alceu de Almoroso Lima. Para Sérgio Buarque, a obra do crítico equilibrava os aspectos formais e estéticos com características biográficas, históricas ou psicológicas durante a leitura, explorando a influência cultural francesa em contraposição às

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 50-56.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 57.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 61-62.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 63.

premissas dos anglo-saxões.¹⁸⁸ Do ponto de vista do desenvolvimento da obra de Sérgio Buarque, “deve-se atentar para o fato de que parte da crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda dos anos de 1940 e 1950 é campo de experimentação e reflexão sobre a viabilidade e a atualidade da escrita de uma história da literatura”¹⁸⁹, porquanto em meados dos anos 1940, há as requisições de Álvaro Lins para que o crítico produzisse um volume sobre história da literatura colonial para a editora José Olympio.

Pelos elementos expostos até aqui, ainda não se pode definir qual a concepção ou quais as concepções de história que Sérgio Buarque defendia e praticava, mas já se sabe que, para ele, elementos históricos são indispensáveis para uma análise mais completa e complexa dos documentos literários. Nada muito improvável para um intelectual que desenvolvia projetos paralelos, entre a história e a crítica literária. Resta definir mais precisamente que elementos históricos o historiador paulista contabilizava em sua pesquisa. A concepção de Sérgio Buarque não corresponde à da história tradicional, metódica e positivista que privilegiava os grandes homens e os grandes feitos da história política. O historiador paulista, durante o desenvolvimento de sua obra histórica, foi incorporando as leituras e os modos de leitura que ia conhecendo e passando por seu filtro crítico, nunca hesitando em incluir novas documentações pesquisadas ou em refazer seus próprios textos numa busca pela palavra precisa para a expressão de uma ideia, numa relaboração constante de suas análises e conclusões. O mesmo padrão que encontramos nas posições do Sérgio Buarque envolvido no movimento literário modernista na década de 1920 quanto ao método, à forma e o “como” na busca pelo sentido da nação e de seu passado, encontraremos na prática historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda, ou seja: o molde deformável e deformado constante e insistentemente, a negação de um padrão definido, a análise atenta às novas tendências e tipos de leitura. O contato de Sérgio Buarque com a crítica literária ajuda a iluminar tais características do pensamento do autor.

Se o historiador e crítico literário paulista criticava o *new criticism* por excluir elementos históricos da análise, ele também não acreditava que os elementos históricos deveriam ser determinantes na abordagem dos documentos literários. O que Sérgio Buarque defendia era um equilíbrio entre uma análise formalista e uma análise apoiada em elementos de historicidade.¹⁹⁰

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 66.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 65.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 71.

Uma questão mais importante que aparece na análise de Nicodemo, uma de suas problemáticas que interessa a todos aqueles que pretendem indagar sobre a influência da crítica literária no pensamento histórico de Sérgio Buarque de Holanda, é como o questionamento da teoria literária de seu tempo pode influenciar no “encontro do crítico com o historiador”. Expressão muito utilizada pelos críticos da crítica literária de Sérgio, isto é, como o historiador paulista percebia a teoria literária e como isso permaneceu no seu próprio método histórico. A resposta de Nicodemo é que, ao enfatizar o viés ideológico conservador do *new criticism*, Sérgio Buarque está criticando a análise literária de acordo com as características de seu lugar de produção, os termos de seu “campo”, na acepção de Bourdieu. Nesse sentido:

A crítica da teoria literária do *new criticism* corresponde ao esforço do crítico de historicização das condições sociais de produção de suas ideias. Muito além da compreensão dos polos da produção e recepção das obras, a crítica de Sérgio Buarque vai pouco a pouco se desenhando como um processo de investigação histórica.¹⁹¹

O objetivo dessas observações sobre a crítica literária na obra de Sérgio Buarque é precisamente captar quais concepções e noções de história o historiador absorvia e apreendia em seus estudos e leituras de literatura e também iluminar como a própria pesquisa em campos diversos do conhecimento revela características do modo de investigação de Sérgio Buarque. Para Nicodemo, a crítica ao *new criticism* torna-se uma investigação histórica que busca as condições sociais de um determinado fenômeno. Claramente, Sérgio Buarque não baseia toda a sua crítica em aspectos históricos, pois não acreditava que apenas um dos fatores da análise seria determinante. Contudo, as condições sociais, o lugar dos agentes, seus objetivos, seu pensamento, em suma, a história e seus variados ângulos são imprescindíveis para o desenvolvimento da análise de qualquer fenômeno. Há de se equilibrar também o peso das condições sociais na obra do historiador paulista, porquanto ele desenvolveu uma obra de alcance amplo abordando o mundo político, passando pela geografia da fronteira e chegando até à imaginação, à mentalidade.

Mais informações sobre as reflexões de Sérgio Buarque sobre a história aparecem ao se explorar a ideia de “ajuste” na análise crítica, a que vários críticos da

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 74.

obra de Sérgio (Nicodemo, Antonio Arnoni Prado, Antonio Candido) referem-se quando tratam da crítica literária do escritor. Para Sérgio Buarque há de se ter consciência das transições entre análise crítica e criação literária que o próprio autor faz quando expõe suas conclusões. Há, logo, uma preocupação com o trabalho de escrita e do escritor. Um pressuposto básico é que não há modelo prévio a ser seguido durante a análise, o importante é o ajuste entre a crítica e a criação. Pode-se dizer também que deve haver um ajuste entre as perspectivas existentes no presente do autor e os fatores constituintes do texto analisado, considerando o estatuto da arte da obra em questão. Na crítica literária do historiador paulista, esse ajuste estava intrinsecamente ligado à historicidade dos textos investigados. Assim, cada perspectiva, tendência literária ou concepção estética deveria ser entendida como uma estrutura histórica. A historicidade deveria estar sempre no horizonte do crítico, mas sem redução da crítica à história e sem esquecer os aspectos formais das obras. Na análise do texto de *Visão do Paraíso* poderemos ver como Sérgio encontra uma forma de historicizar os próprios aspectos formais dos textos para entendê-los em sua constante transformação e reapropriação. O que o historiador paulista rejeita invariavelmente é o ditame dos modelos, das regras, das leis gerais como imperativo para a análise, por isso a sua crítica a uma linha de pensamento tão influente como o *new criticism*. Simultaneamente, aspectos formais abordados pela crítica literária anglo-saxã são utilizados nas considerações feitas por Sérgio Buarque ao chamado “Neomodernismo” ou “Geração de 1945”, principalmente das obras de João Cabral de Melo Neto, Graça Aranha, Domingos de Carvalho e Carlos Drummond de Andrade.¹⁹²

Mais dois pontos são importantes ressaltar, ainda na esteira de Nicodemo. A ligação de Sérgio Buarque com o seu presente, seu contexto político; sua missão intelectual e, decorrentemente, seu papel como intelectual modernista. Nicodemo lê a obra do historiador paulista como “uma vasta radiografia dos dilemas modernistas”, já que, “o Modernismo condiciona [...] os temas a serem avaliados como ruptura com cânones e lugares-comuns poéticos, busca da representação do cotidiano e da realidade local, entre outros”.¹⁹³ Dessa forma, o historiador paulista adota uma “ideia de um fazer da história modernista”, desenvolvendo uma quebra do simbolismo autoritário que se ligou às experiências totalitárias da época da Segunda Guerra Mundial. A luta pela

¹⁹² Sobre a noção de ajuste cf. NICODEMO, Thiago. *Alegoria Moderna*, p. 122-123. Nicodemo realiza uma análise abrangente da crítica de Sérgio Buarque a chamada “Geração de 1945”, cf. p. 91-120.

¹⁹³ *Ibid.*, p. 125.

especialização e profissionalização do escritor foi acompanhada pelo desenrolar de uma crítica literária e, finalmente, de uma obra histórica erudita, abrangente e consistente, que Sérgio Buarque desenvolveu desde *Monções* até o momento em que nos deixou. Thiago Nicodemo ressalta que pelo viés do resgate do Modernismo na obra de Sérgio Buarque, pode-se ver uma unidade no projeto do crítico literário e do historiador.¹⁹⁴

De fato, Sérgio Buarque demonstrou essa característica modernista nas diversas vezes que abordou a história. No artigo “Crítica e História”, publicado em 1950, o autor inicia o texto com uma forte crítica ao tradicionalismo e reativa o *topos* da querela entre os antigos e modernos:

No domínio da literatura temos visto frequentemente como a ambição de se preservarem formas consagradas pela tradição guarda ainda hoje inabalável prestígio. Não há quase movimento inovador que não se pretenda ao mesmo tempo restaurador. Quando não restaurador de idéias, de escolas ou estilos remotos – Humanismo, Barroco, Classicismo, até Romantismo –, ao menos de alguma tradição recôndita e esotérica, só agora recuperável em toda a sua extensão. A querela dos antigos e modernos conserva sua atualidade, mas apenas nas aparências vistosas e enganadoras: no fundo, quase todos fazem empenho em reivindicar para si as galas de algum passado ilustre e venerável.

Esse tradicionalismo aparente tem raízes, talvez, no sentimento generalizado de que atravessamos uma fase histórica de desintegração e crise. Sua própria vivacidade prende-se à vivacidade de tal sentimento. É claro que por essa intenção, corretiva e compensatória, os restauradores não precisariam de defesa. Nós sabemos o preço da segurança e da estabilidade que vem da obediência, quero dizer da obediência espontânea a cânones antigos, e conhecemos, por outro lado, o risco das liberdades caóticas e tantas vezes irresponsáveis. Sabemos ainda que disciplina e aventura raramente se conciliam.¹⁹⁵

No trecho pode-se ler o rechaço do historiador ao tradicionalismo, retomando temas que eram desenvolvidos desde *Raízes do Brasil*, quando ocorre a crítica à sociedade patriarcal brasileira. Quando o autor escreve sobre a incongruência entre disciplina e aventura, lembra-se instantaneamente da metáfora que define comparativamente as colonizações portuguesa e espanhola na América, isto é, o

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 127.

¹⁹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Crítica e História”. IN: *O Espírito e a Letra* (vol.2), p. 303.

semeador (português, aventureiro) e o ladrilhador (disciplinado, espanhol). Vale sublinhar que o capítulo “O Semeador e o Ladrilhador” só foi inserido, reformulando algumas proposições do texto, na segunda edição de *Raízes do Brasil*.

Outro rechaço, dessa vez no âmbito da crítica literária, é quando o autor cita os restauradores dos estilos literários transfigurado em escolas. Entende-se bem tal argumento quando temos em vista que Sérgio Buarque desenvolveu uma história da literatura avessa à recomposição das escolas literárias em uma linha progressiva e sucessiva. Subjaz, nesse sentido, uma própria crítica à linha progressiva, horizontal, composta por fases definidas, como representante da evolução do tempo histórico. No entanto, o historiador paulista não abdicava dos termos da história da literatura, apenas os subvertia, demonstrando as raízes e a extensão de determinado estilo muito além de sua fase definida ou seu pretense lote na linha do tempo da história. Trabalha, nesse momento, a concepção do estilo literário como estrutura histórica. É o caso da Poesia Épica, do Arcadismo e do Barroco, quando tratados por Sérgio Buarque em *Capítulos de Literatura Colonial* e, de um modo apropriado, em *Visão do Paraíso*.

Por último e mais importante é o diagnóstico que Sérgio Buarque realiza sobre o seu presente e a situação histórica em que vive: uma “fase histórica de desintegração e crise”. Afirmação compreensível para quem vivia os efeitos de duas guerras mundiais, de um mundo que se reorganizava economicamente e já adentrava na iminência constante de guerra, tendo de enfrentar as adversidades e possibilidades de extermínio dos povos por meio do racismo estatal e da humanidade inteira por meio das armas de destruição em massa. Em seu país, além de também viver a experiência autoritária do Estado Novo, Sérgio Buarque também se deparou com uma frágil democracia ainda envolta e crente nas eficiências do personalismo de Getúlio Vargas e sempre assolada por movimentos conservadores que cogitavam a subversão do sistema instaurado. Paralelamente, a sociedade brasileira se modernizava por meio da crescente urbanização e industrialização que demandava vultosos investimentos na infraestrutura de transporte do país e também nas áreas de pesquisa e tecnologia, com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), em 1951. Sérgio Buarque de Holanda seguia na sua missão pela profissionalização do escritor e especialização da pesquisa com participação ativa nos meios da crítica e nos quadros institucionais, prezava, em meio a essa transformação global e local, por uma teoria e um método que se distanciasse dos

“absolutismos” históricos e do “exacerbado historicismo” que colocasse a história em uma espécie de pedestal inabalável.¹⁹⁶

Do ponto de vista da história da evidência histórica, há de se ressaltar como a história foi se evidenciando para Sérgio Buarque por diversos meios que se complementavam em alguns momentos e se distanciavam em outros. Primeiramente, deve-se reconhecer que Sérgio Buarque tinha fortes inclinações pessoais aos estudos históricos por questões de gosto e afinidade, elegendo a disciplina como sua vocação: “Quanto a mim, julgo que o exercício da crítica, mesmo que não a aperfeiçoasse, não transtornou minha vocação principal, de historiador. Inclino-me à suposição de que ela me foi ao cabo proveitosa, embora não seja eu o melhor juiz para dizê-lo”.¹⁹⁷ As palavras de Sérgio Buarque sobre a profissão de crítico literário iluminam ainda mais a preferência do escritor pela história, classificando alguns temas do campo da crítica como fora de sua especialidade:

A função, que desempenhei por algum tempo, de analisar obras alheias no rodapé de crítica, foi-me útil porque me obrigou a variar, mas confesso que tive de fazer um grande esforço para exercê-la. Obrigado a tratar de assuntos que não eram, muitas vezes, de minha especialidade, a crítica, para mim, foi uma experiência interessante e fecunda. Abandonei-a, porém, porque nela não me sinto à vontade. E deste então venho recusando sempre as oportunidades que me têm surgido de voltar a esse gênero.¹⁹⁸

Sérgio era ligado à história por vocação e à crítica literária por necessidade e também por questões conjunturais de contexto social e intelectual. De qualquer forma, o crítico e suas aprendizagens foram gradativamente incorporando-se à pesquisa do historiador justamente no momento em que ele estava pesquisando sobre as questões de fronteiras no Brasil. Esse amálgama aparecerá fortemente em *Visões do Paraíso*. A

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 306. Nicodemo comenta os parágrafos finais desse artigo em *Alegoria Moderna*, p. 82-84.

¹⁹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de Mitologia*, p. 32. Antonio Candido também utiliza parte dessa citação na introdução de *Capítulos de Literatura Colonial*, p. 11.

¹⁹⁸ SENNA, Homero. Apud. SCHAPOCHNIK, Nelson. “Sérgio Buarque de Holanda um crítico impertinente”. In: FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina de; LOKOI, Zilda Gricoli (orgs.). *Encontros com a história, percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1999. pg. 182. Apud. BRAGA LIMA, Rafael Fernando. *As consonâncias entre o historiador e o crítico literário: o olhar móvel e a imagem transcendental de Sérgio Buarque de Holanda na geração de 45*, p. 10.

história está mais evidente para Sérgio Buarque, mas a história que para ele se evidencia é balizada pelas experiências de sua carreira intelectual. O exercício da crítica literária é fundamental na gênese do Sérgio Buarque historiador. Mas a história de Sérgio Buarque não é a História com “h” maiúsculo a que se pretendiam as metodologias tradicionais da história do século XIX. Sérgio Buarque reportava-se bastante aos seus estudos sobre literatura e sobre como a história deveria ser medida na investigação.

A função da história na análise literária confunde-se com a própria história do termo “literatura”, ao menos em seu aspecto moderno. Os fragmentos de Friedrich Schlegel, publicados entre 1797 e 1798, instauraram uma redefinição do entendimento do termo “literatura”, quebrando o padrão antigo em que a literatura era entendida como belas-letas, na época do Renascimento, quando o termo era utilizado genericamente para cobrir o campo do uso da retórica. A literatura, a partir de Schlegel, mistura-se com a poesia, pois antes estavam apartadas, e com o gênero literário mais expressivo da modernidade, o romance, para definir um campo de estudos que se ligaria intimamente à ficção e à imaginação. No entanto, o termo ainda carrega o sentido antigo de abranger a filosofia, a história e outras ciências ligadas à retórica.¹⁹⁹ Tal duplicidade se apresenta na análise literária do Romantismo, tanto do lado alemão quanto do lado francês, nas figuras de Chateaubriand e Mme. De Staël e carregando peculiaridades importantes. Genericamente, vale lembrar que estavam em voga no período a ideia do sujeito criador guiado pelo subjetivismo e a concepção moderna de história fundamentada no progresso linear e na divisão em fases. Essa duplicidade gera uma contradição que evidencia a querela entre antigos e modernos e põe em jogo a função da história na análise.

Comparando-se os fragmentos de Schlegel com *De la littérature*, vemos que a propagação do romantismo trazia consigo uma contradição: tratava-se de explicitar por que os autores se insurgem contra os critérios da tradição retórico-humanista e introduzem a literatura ao lado da poesia, ou de explicar aquela insubmissão à tradição por esta não levar em conta o efeito da obra sobre o receptor? A primeira linha envolvia um pensamento potencialmente reflexivo, passível de iluminação interna; a segunda visava às instituições, procurando uma iluminação externa.²⁰⁰

¹⁹⁹ LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*. “[...] o termo “literatura” assume uma duplicidade que não o abandonará até hoje. Por um lado, adquire o sentido restrito que desconhecia mesmo antes do final do século XVII; por outro, guarda a promessa de se estender além”, p. 326.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 328.

Na continuidade da elaboração do conceito, Schlegel busca uma definição mais precisa para o termo literatura e, nesse sentido, formula uma noção que, além de ser dependente do efeito emotivo da obra, é dependente de um fator externo: a História. Logo, é necessário definir a que história Schlegel está se referindo. Os cursos de Schlegel de 1803-4, quando o autor expõe tal pensamento, seguiam um padrão “diacrônico e nacional”, bastante calcado nos espaços geográficos. Tal visão seria hegemônica nas histórias da literatura no século XIX, marcadas pela linearidade, nacionalidade, factualismos, desprezando o valor formal e estético das obras. É na história que reside o “essencial” das obras. Costa Lima dirá que a teoria preocupada com o valor formal-estético voltará com força entre 1960 e 1980. Do ponto de vista da teoria da história, poderíamos pensar no “estrago” feito pela obra de Hayden White ao abalar as certezas da história. No caso aqui proposto, pode-se pensar na história da literatura feita por Sérgio Buarque de Holanda na década de 1950, que carregou o pensamento do “ajuste” como marca do desenvolvimento da crítica literária de Sérgio na década anterior.

A experiência da viagem é outra vez fundamental para a formação intelectual de Sérgio Buarque. Em 1952, o historiador embarca para a Itália onde permanecerá por dois anos como professor da cátedra de Estudos Brasileiros, na Universidade de Roma. Tal cátedra fazia parte de um programa cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que, em parceria com as Nações Unidas e a UNESCO, buscava disseminar os estudos culturais sobre o Brasil em diversas cidades do mundo. Sérgio Buarque fora escolhido para representar o Brasil na Itália. Era uma oportunidade de frequentar arquivos e bibliotecas que enriquecessem suas investigações sobre a literatura colonial, realizadas a partir da encomenda de Álvaro Lins, desde o início da década de 1940.²⁰¹ Tal história seria o que postumamente Antônio Candido organizaria em 1991. Como o volume não fora publicado em vida, permanece a incógnita de quando teriam sido escritos tais textos. Thiago Nicodemo acredita que o historiador tenha iniciado a redação dos textos no início da década de 1950 e durante a viagem tenha aperfeiçoado a escrita e seu arcabouço documental. Para tanto, Nicodemo argumenta que o trabalho desenvolvido por Sérgio na segunda década de 1940 foi o que culminou na publicação de *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial* em 1952, que também colaborou na elaboração dos textos de *Capítulos de Literatura Colonial*. A correspondência do

²⁰¹ NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do Vivido*, p. 72.

início da estada na Itália, entre Sérgio Buarque e Álvaro Lins, também não mostra um diálogo sobre o desenrolar do trabalho. Isso só aparece em carta de 1954, final da estada italiana, de Sérgio à Editora José Olympio, quando o escritor pede livros e documentos para complementar seu projeto. Dessa forma, “tudo leva a crer que os originais hoje publicados em *Capítulos de Literatura Colonial* foram escritos em sua maior parte na Itália, especialmente em 1953”.²⁰²

O programa do curso, ministrado em parte por Sérgio Buarque de Holanda em Roma, define a amplitude do pensamento do autor sobre a história do Brasil e bastante do que viria a ser a obra do historiador, ao mesmo tempo em que retrabalhava algumas pesquisas já desenvolvidas em *Raízes do Brasil*, por exemplo. A peculiaridade histórica da nação brasileira era destacada principalmente a partir da comparação com o caso espanhol e com os desenvolvimentos ulteriores da vida política na América, ressaltando idiossincrasia do Brasil como caso monárquico do continente. A influência econômica e intelectual dos modelos italianos, principalmente dos genoveses também é objeto de estudo de Sérgio Buarque de Holanda, um tema que será fundamental em *Visão do Paraíso*. Além de um amplo espectro sobre a formação da sociedade brasileira em suas várias qualidades econômicas, sociais, políticas, raciais e geográficas, o historiador paulista esboçou um amplo panorama da literatura brasileira desde os cronistas, passando pelos padres jesuítas, pelo Barroco e pelas academias literárias, chegando até o movimento modernista e as tendências mais contemporâneas da literatura nacional.²⁰³

A década de 1950 é fundamental para entendermos o caminho da obra de Sérgio Buarque de Holanda tanto no espaço da crítica literária quanto no da investigação histórica. Sérgio Buarque estava com diversas demandas além do projeto sobre a literatura colonial. No ano seguinte ao retorno da Itália, Sérgio Buarque ainda deveria entregar os originais para a publicação da terceira edição de *Raízes do Brasil* e de *Caminhos e Fronteiras*, publicado em 1957. Os textos de *Capítulos de Literatura Colonial*, não foram entregues, mas o que restou da obra é essencial para entender a noção de literatura que Sérgio Buarque desenvolveu e que marcou especialmente a feitura de *Visão do Paraíso*.

²⁰² Todas as informações do parágrafo encontram-se em NICODEMO, Thiago Lima. *Alegoria Moderna*, p. 133-166. A citação final é da p. 164.

²⁰³ O programa do curso fora enviada pela Embaixada do Brasil na Itália em ofício ao ministro das Relações Exteriores e está reproduzido na íntegra em NICODEMO, Thiago Lima. *Alegoria Moderna*, p. 148-150.

A própria estrutura de *Capítulos* demonstra uma quebra com o sentido linear e progressista da sucessão dos períodos e estilos literários, tomando apenas seu valor explicativo, mas não se prendendo ao modelo horizontal da divisão dos estilos.²⁰⁴ Candido indica o ponto de vista vertical de Sérgio Buarque de Holanda em sua história da literatura.²⁰⁵ No entanto, podemos ampliar essas metáforas geométricas e pensar numa circularidade dos objetos investigados durante o texto ou até nas linhas de um eletrocardiograma em que os objetos vão aumentando e diminuindo sua intensidade de atuação conforme as variáveis. A metáfora melhor se define pela explanação de quais objetos o historiador privilegia em sua história da literatura. Primeiramente o autor destaca a função exercida pelo gênero épico, que “perpassa a cronologia e a rigidez dos estilos e tem um comportamento de estrutura histórica”²⁰⁶. Assim, a épica é definida em suas aparições e em sua função política, já que ela serve para justificar o “corpo místico” do reino português.²⁰⁷ A épica ou epopeia, gênero ligado à retórica, é vista como uma das estruturas narrativas de longo prazo, em termos mais históricos, que se estabelece como estrutura narrativa para enaltecer feitos e acontecimentos provedores de legitimidade ao regime estabelecido. Se pensarmos na existência de camadas do discurso literário, pode-se dizer que Sérgio Buarque definiu outras estruturas históricas que também permeavam a literatura colonial brasileira, mormente na definição do “mito americano”, que era uma “fórmula literária comprometida com a suposta descrição da natureza brasileira”.²⁰⁸ O “mito americano” é outra estrutura histórica que, apesar de funcionar dentro da épica, aparece de forma diversa e também pode ser independente, apresentando-se em outras estruturas discursivas. No “mito americano” está a base dos motivos edênicos estudados em *Visão do Paraíso*, não só pela semelhança temática da descrição paradisíaca da natureza brasileira, mas também pelo instrumento metodológico utilizado nessa leitura, a saber, a tópica, os *topoi* ou “lugares-comuns”, que Sérgio Buarque apreendeu de suas leituras sobre retórica e, sobretudo, da obra de Ernst Robert Curtius, *Literatura Europeia e Idade Média Latina*, de 1948.

Outras estruturas ou camadas de menor peso como a tópica do “não sei que”²⁰⁹ também são do interesse de Sérgio Buarque. Há também o estudo sobre o Arcadismo,

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 168.

²⁰⁵ CANDIDO, Antonio. “Introdução”. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Literatura Colonial*.

²⁰⁶ NICODEMO, Thiago. *Alegoria Moderna*, p. 170.

²⁰⁷ *Ibid.*, p. 175.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 176.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 200-202.

que se divide de maneira incomum, visto que o primeiro capítulo sobre o assunto, “Arcadismo Heróico” está na parte I do livro intitulada “Poesia Épica”, enquanto o segundo capítulo sobre o assunto, “O Ideal Arcádico”, aparece na parte II do livro, daí sim intitulada “Arcadismo”. Sempre há de se ter em mente que *Capítulos* é uma obra inacabada, editada postumamente. Mas não há como negar a precisão de Antônio Candido ao fazer tal divisão dos capítulos nomeados pelo próprio Sérgio Buarque. Ademais, o historiador não rejeita o ponto de vista do indivíduo, muito pelo contrário, o maior estudo de *Capítulos de Literatura Colonial* é sobre Cláudio Manoel da Costa. Capítulo homônimo, que se estende por quase 200 páginas, nele Sérgio Buarque se debruça sobre a obra e a vida do poeta, mas sempre priorizando seu objetivo de estabelecer as características da obra, suas estruturas históricas e as condições intelectuais, bem como o momento e o significado da obra em relação ao seu tempo. Num jogo entre texto e contexto, Sérgio Buarque vai definindo a posição de Cláudio Manoel da Costa entre as qualidades barrocas e arcádicas, sem deixar de se remeter à biografia do poeta, às circunstâncias estranhas de sua morte, sua relação com a Academia dos Renascidos e suas referências às literaturas portuguesa, espanhola e italiana. Entre o esclarecimento sobre a suposta tradução da *Riqueza das Nações* de Adam Smith, corrigindo José Veríssimo, e a análise formalista da métrica dos versos e das rimas de Glauceste Satúrnio, Sérgio Buarque reinterpreta a obra de Cláudio Manoel da Costa e remolda a própria forma de se fazer história da literatura. Ainda do ponto de vista do indivíduo, há o pequeno estudo sobre o Padre Antônio Vieira, que Sérgio Buarque deixou redigida apenas a parte biográfica.²¹⁰

Outro problema suscitado pela obra literária de Sérgio Buarque corresponde aos modos de configuração da consciência histórica que cada gênero literário produz.

A epopeia corresponde ao *modus operandi* de uma sociedade do Antigo Regime, pois é indissociável do “corpo místico”, ou seja, da doutrina da fundamentação do poder monárquico absoluto. O “gosto arcádico”, por sua vez, tem como interface o Iluminismo e corresponde ao modo figurativo da modernidade, rompendo com o dogmatismo da tradição em uma concepção de poder eminentemente secularizada.²¹¹

²¹⁰ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura Colonial*. Ver os capítulos: “Cláudio Manoel da Costa” e “Antônio Vieira”.

²¹¹ NICODEMO, Thiago Lima. *Alegoria Moderna*, p. 222.

A literatura está duplamente ligada à história: primeiro, no momento da investigação, os aspectos históricos da obra e de seu autor são extremamente relevantes e devem se manter em equilíbrio com a análise textual e formal da obra; em segundo lugar, o estudo dos estilos literários revela uma forma de consciência histórica. Se o estudo dos estilos literários é marcado pela flexibilidade, a revelação da consciência histórica é marcada pela tensão. Um exemplo dessa tensão está na análise da obra de Cláudio Manoel da Costa, quando o historiador paulista o considera ainda sob os auspícios do Barroco, classificando as características arcades de Glauceste apenas como seu “disfarce externo”.²¹² O espaço dessa tensão criada entre a épica e o Arcadismo é precisamente o que Sérgio Buarque chamou de “mentalidade barroca”, que deriva do caráter patrimonialista que o historiador atribui ao processo de colonização brasileiro.²¹³

Em suma, a obra literária de Sérgio Buarque de Holanda, mesmo que inacabada, dialoga com debates intelectuais brasileiros e europeus. A “tópica do sentimento nacional” ou “silva” que caracteriza o “mito americano” tem a função de desbancar as teses da história da literatura produzida no século XIX no Brasil, que via tais descrições como o início de um sentimento nacional, enquanto Sérgio Buarque a define apenas como sintoma da legitimação do “corpo místico” do reino de Portugal.²¹⁴ Outro ponto é a caracterização das canções populares ou “modinhas” que se desenvolveram como parte fundamental da cultura europeia do século XVIII. A tradição romântica brasileira via nesse tipo de música traços da originalidade brasileira, enquanto Sérgio Buarque mostra que o lirismo emotivo das canções eram lugares-comuns, tópicos convencionais que remetem ao trovadorismo lusitano.²¹⁵

Se as histórias da literatura no século XIX foram dominadas pelos nacionalismos e pelo factualismo, como destacamos, o início do século XX já demonstrou sinais de crítica ferrenha a tais postulados. Luiz Costa Lima destaca as críticas de Marcel Proust e Paul Valéry.²¹⁶ O primeiro defendia o estudo da literatura como um incessante trabalho sobre a linguagem em todos os aspectos possíveis, sua gramática, seu potencial em descrever as ilusões da vida real, sua classificação como coloquial ou culta, entre outros; Paul Valéry já é mais radical e põe em xeque o princípio do sujeito uno pelo

²¹² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Literatura Colonial*, p. 281. “Não haverá erro em dizer que, fundamentalmente, Cláudio Manoel da Costa, ainda pertence à era barroca: as formas arcádicas, ou que supunha sinceramente arcádicas e modernas, representariam, nesse caso, apenas um disfarce externo”. O caso à que Sérgio Buarque se refere é o do poema Vila Rica.

²¹³ NICODEMO, Tiago Lima. *Alegoria Moderna*, p. 222.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 185.

²¹⁵ *Ibid.*, p. 205-206.

²¹⁶ LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*, p. 336-344.

exame da produção da obra, dos problemas da ideia de recepção e de uma reformulação do conceito de “poética”. Em linhas gerais, seguimos com a ideia do “ajuste” que Sérgio Buarque operou em sua história da literatura, analisando caso a caso o melhor caminho a seguir de acordo com o que havia estudado e com as pesquisas que ia desenvolvendo. O contato com autores como Proust e Valéry é mais do que evidente. Sobre o último, Sérgio Buarque escreveu na resenha do livro de Alfred Droin, *M. Valéry e la Tradition Poétique Française*, num artigo publicado em 1924, na revista *Estética*; sobre o mundo de Marcel Proust, Sérgio Buarque dedicou três artigos de maior fôlego, destacando a tradução para o português de *Em Busca do Tempo Perdido*, num artigo de 1948, publicado no Diário de Notícias.²¹⁷

Resta uma pertinente pergunta sobre a relação entre a crítica literária praticada por Sérgio Buarque e as perspectivas da evidência da história. A história é evidente? Perguntava François Hartog. A história era evidente para Sérgio Buarque? Pergunto-me. Ela foi se evidenciando, além da inclinação aos estudos históricos, há de se iluminar que os condicionamentos sociais e os objetivos pessoais de Sérgio Buarque confluíram para tanto. Sua busca por especialização e profissionalização da figura do escritor encontrou um terreno fértil na história como investigação e como disciplina universitária. O tipo de história praticada pela matriz francesa dos *Annales*, mas não só ela, expandia as temáticas pesquisadas, o que ia ao encontro das preocupações do historiador paulista, impulsionando seu interesse por características sociais, econômicas, mentais e imaginativas do Brasil em seu processo histórico de colonização e formação nacional.

A experiência como crítico literário, mesmo que abandonada a partir do final da década de 1950, remete à questão da história entre a ciência e a ficção. Tal experiência ofereceu ao historiador diversas possibilidades de leitura das evidências. No caso de *Visão do Paraíso*, a utilização da tópica é o exemplo mais significativo e desse uso também surgem os diversos jogos que há na literatura sobre Sérgio Buarque entre o crítico e o historiador, o historiador encontrando o crítico. Metodologicamente, a história e a crítica literária, a apreciação da literatura (em suas várias acepções), da poesia e do romance (a partir dos tempos modernos) e os estudos da investigação histórica são inseparáveis se quisermos explorar as possibilidades de leitura tanto do material histórico quanto do literário, se é que essa separação é possível. Afinal, trabalha-se sobre um mesmo campo, o campo da escrita, da expressão da linguagem

²¹⁷ A resenha sobre Valéry está no volume I *O Espírito e a Letra* e o artigo sobre Proust está no volume II, assim como os outros dois artigos sobre o escritor francês, “Proustiana” e “Tapete Cortado”.

escrita, seja ela em documentos sobre a expansão territorial ou em poesias da época colonial brasileira. Estamos sob o guarda-chuva das artes retóricas, uma expressão talvez mais feliz do que “ciências humanas”. Sérgio Buarque lia a literatura religiosa, a literatura dos viajantes e a literatura artística como documentos históricos, como evidências históricas, com instrumentos da crítica literária. Isso é possível, pois a heterogeneidade da literatura em seu sentido moderno possibilita que as obras “mudem sua inscrição originária”.²¹⁸ Uma poesia pode ser lida como sinal de uma consciência histórica. Mas não foi só por meio da crítica literária que Sérgio Buarque desenvolveu sua operação historiográfica. Nas décadas de 1940 e 1950, a história se evidenciava de outras formas para o historiador paulista.

2.5 As primeiras evidências da história em Sérgio Buarque de Holanda.

As aventuras de Sérgio Buarque de Holanda com a investigação histórica propriamente dita começam em 1945, com a publicação de *Monções*. Obviamente não se pode negar o caráter histórico apresentado em *Raízes do Brasil*, de 1936, mas foi só com *Monções* que Sérgio Buarque passou a se fiar mais detidamente na análise da documentação e a se preocupar com uma escrita mais focada nas peculiaridades, nos episódios e nas particularidades. Outra característica que permeia o texto de *Monções* é o diálogo contínuo com os estudos antropológicos, principalmente com a antropologia alemã do início do século XX, bastante lida por Sérgio Buarque. Esse fator gerou uma discussão em torno do peso que a antropologia alemã tem na obra do historiador paulista, sobretudo na escrita de *Monções*. O diálogo com a antropologia também vai ao encontro das discussões que se desenvolveram ao longo da segunda metade do século XX a partir dos questionamentos postos à história pela obra de Lévi-Strauss. Questionamentos que configuraram parte a reflexão contemporânea sobre a evidência da história.

Como toda boa aventura historiográfica, a de Sérgio com a pesquisa histórica ficou inacabada. Na verdade, *Monções* foi só o passo inicial da investigação de Sérgio sobre as bandeiras, entradas e monções. Essa investigação ainda prosseguiu em *Caminhos e Fronteiras*, publicado em 1957 e *O Extremo Oeste*, publicado postumamente em 1986 e organizado por José Whitaker. Ela ainda foi reforçada pela

²¹⁸ LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*, p. 349.

reescrita de três capítulos de *Monções*, publicados separadamente do texto original. Segundo Laura de Mello e Souza, que trabalhou diretamente com Sérgio Buarque, ela sentia a relutância do historiador em considerar os seus textos sobre a expansão das fronteiras como finalizados. Em outra camada, a investigação de Sérgio Buarque pode ser lida como a história da adaptação do adventício, do português com a geografia humana e física de uma nova terra, assim como uma história dos contatos e dos conflitos entre o gentio e os viajantes que chegaram ao mundo ainda desconhecido pelos europeus. Com certeza, o aspecto antropológico de *Monções* reside nessa possibilidade de leitura.

Do ponto de vista da evidência histórica, o objetivo é mostrar como Sérgio Buarque pode ser um exemplo de uma escrita da história sempre em movimento, isto é, que busca se reinventar e sempre se atualizar de acordo com a ampliação dos documentos estudados e com as novas interpretações presentes no lugar em que o historiador ocupa quando escreve seu texto. As próprias edições de *Monções* demonstram o quanto Sérgio Buarque se preocupava com os textos que redigia. A primeira edição de 1945 é seguida de uma edição de 1976 em que o historiador decide não alterar o texto original, mesmo com o avanço de suas pesquisas. Essas novas pesquisas eram sempre anunciadas como integrantes de uma futura obra que pode ser reconhecida na obra póstuma publicada em 1986, *O Extremo Oeste*, apesar dos aspectos ainda não decifrados que rondam o espaço e o tempo de produção desse escrito.²¹⁹ A terceira edição de *Monções*, organizada por Antonio Candido, finalmente contém os três capítulos reescritos de *Monções* e foi publicada também postumamente em 1989. Mas ainda assim, o texto original não fora alterado, já que Candido decidiu incluir os capítulos reescritos como apêndice da obra devido ao fato de que somente um desses capítulos tenha sido considerado como finalizado: “Caminhos do Sertão”, publicado na *Revista de História* em 1964. Os outros dois textos, “O transporte fluvial” e “Estradas móveis” nunca vieram a público antes do falecimento de Sérgio Buarque.²²⁰

Finalmente, a última edição de *Monções*, publicada em 2014 e organizada por Laura de Mello e Souza e André Sekkel Cerqueira, reúne o original de *Monções* e outro volume intitulado *Capítulos de Expansão Paulista* em que estão contidos *O Extremo Oeste* e os três capítulos reescritos de *Monções*. Tal edição pretende mostrar ainda mais

²¹⁹ SOUZA, Laura de Mello. “Prefácio Estrela da vida inteira”. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Monções*, p. 32-34.

²²⁰ *Ibid.*, p. 17.

a unidade do projeto inacabado, porém fértil e inovador, bem como demonstrar, nos termos de Laura de Mello, a roupagem histórica que foi redefinindo as sucessivas reescritas do texto. As notas de André Sekkel, indicando as semelhanças intratextuais entre *Monções*, *O Extremo Oeste* e *Caminhos e Fronteiras*, reforçam a ideia de que os textos foram pensados em conjunto e muitas vezes recortados, remontados, reescritos buscando maior nível de precisão.²²¹ Dois pontos enfatizam a caracterização da roupagem histórica do texto: a remissão a um tema consagrado e fundamental da história da formação do Brasil – o estudo da expansão fronteiriça da América Portuguesa; a constante ampliação dos arquivos consultados por Sérgio Buarque em suas diversas viagens.

No prefácio à segunda edição de *Monções*, Sérgio Buarque já relatava:

Assim é que realizei, depois, três viagens a Cuiabá, que tornaram possível a coleta e o exame demorado do material que, sobre o assunto guarda a Biblioteca e Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. [...]. Em Portugal, pude examinar, fichar, fazer microfilmar e (antes da revolução xerográfica) obter fotocópias de imensa documentação existente, sobretudo no Arquivo Histórico Ultramarino e entre os “reservados” da Biblioteca Nacional de Lisboa.²²²

Em seguida Sérgio Buarque agradece às instituições que patrocinaram suas pesquisas e viagens como a Fundação Calouste Goubekian de Portugal e a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), além de citar mais alguns arquivos no Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional de Assunção, que Sérgio lamenta não ter consultado.²²³ A questão da FAPESP torna-se significativa, pois demonstra o valor que as instituições de pesquisa iam criando com o seu desenvolvimento. A FAPESP fora criada em 1960 e se consagra como “uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país”.²²⁴ Em 1965, Sérgio Buarque apresentou à instituição um projeto que visava ampliar as pesquisas de *Monções* pelo custeio de suas viagens pelos arquivos espanhóis, paraguaios, portugueses e brasileiros. O projeto de Sérgio Buarque fora aceito e determinava uma ajuda no período de 18 meses para a execução do projeto “A navegação fluvial entre

²²¹ Ver as notas das páginas 43 e 44 em HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*.

²²² HOLANDA, Sérgio Buarque de, “Nota à segunda edição”. IN: *Monções*, p. 10.

²²³ *Ibid.*, p. 11.

²²⁴ SOUZA, Laura de Mello. “Prefácio Estrela da vida inteira”. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Monções*, p. 27. Ver também o site da www.fapesp.br acessado em 19/01/2017, às 14:32.

São Paulo e Cuiabá nos séculos XIX e XX”. Quanto às justificativas, o historiador paulista assinalava que seu propósito era esclarecer “aspectos fundamentais da formação da unidade nacional” e realizar uma “contribuição para melhor conhecer o Brasil no passado e no presente”.²²⁵ A partir dessa menção de Sérgio ao presente e ao passado, podemos interpretar como o historiador concebia a questão da temporalidade em suas obras. Em outras palavras, é de se perguntar qual a função da pesquisa histórica e da obra histórica em seu tempo?

A história para Sérgio Buarque (lembrando que estamos em 1965, quando o autor já ocupava há 7 anos a cátedra na USP) era um instrumento de saber para o entendimento da história da nação. O passado não trabalha como fornecedor de exemplo como ditava a *historia magistra vitae*, agora esvaziada, no conceito antigo de história. O passado codificado pela escrita da história é uma chave de leitura da situação presente. A situação presente instiga a interpretação do passado, agora analisado a partir de uma visão retrospectiva, que vai do presente até o passado e volta do passado para o presente, abrindo novas possibilidades de interpretação da situação atual. Sob o guarda-chuva dos regimes de historicidade, Sérgio está na iminência da crise do regime moderno que, segundo François Hartog, desmorona, perde sua evidência, entre 1990, com a queda do muro de Berlim, e 2001, com a queda das torres gêmeas do World Trade Center. A separação entre passado e presente é típica do regime moderno e o historiador paulista trabalha nesses termos designando uma função específica à pesquisa histórica.²²⁶ Essa questão da temporalidade terá outros desdobramentos, especificamente em *Visão do Paraíso*. A relação entre Sérgio Buarque e a FAPESP também concretiza a busca que o historiador paulista se colocava desde a década de 1940, quando passou a militar pelo desenvolvimento das pesquisas especializadas no Brasil a partir do desenvolvimento de instituições dedicadas a tal propósito, concatenando a profissionalização do escritor e o trabalho nas instituições de ensino.

Com *Monções*, Sérgio Buarque dialogou com uma historiografia já consagrada sobre o bandeirantismo como as obras de Alfredo Ellis Jr., Afonso de Taunay e Alcântara Machado, porém deslocando a análise para a adaptação dos adventícios na nova terra após o encontro com os gentios. Sérgio dialogava também com Capistrano de

²²⁵ *Ibid.*, p. 26.

²²⁶ Vale frisar que os regimes de historicidade não podem ser vistos como uma sucessão estática de modelos, mas sim como uma “hipótese” para melhor esclarecer o enigma do tempo histórico em suas diversas acepções, admitindo até a coexistência dos regimes de historicidade e sua necessidade de validação caso a caso, já que “o historiador aprendeu a não reivindicar nenhum ponto de vista predominante”. HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*, p. 37.

Abreu, sobretudo em *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* (1899), pois passou a se preocupar com a interiorização da América Portuguesa.²²⁷ Se compararmos com as referências de *Raízes do Brasil*, mais voltadas às tendências ensaísticas, sociológicas e de conclusões generalizantes, ver-se-á que o texto de *Monções*, mesmo em sua primeira edição, está muito mais adepto da roupagem histórica a qual Laura de Mello alude. Contudo, se a história ficava mais evidente para Sérgio Buarque de Holanda por meio do instrumento da pesquisa histórica, a interdisciplinaridade, um dos fatores fundamentais da evidência da história, também está presente em *Monções*. Na mesma época em que Sérgio desenvolvia sua crítica literária nos artigos de jornais, ele também descobria a novidade dos estudos antropológicos, que incitaram intensos debates com os historiadores no século XX.

O encontro de Sérgio Buarque com a antropologia foi bastante marcado por sua atuação nas instituições de ensino e pesquisa durante as décadas de 1940 e 1950. Seu contato com o Museu Paulista, que dirigiu entre 1946 e 1956, e com a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), onde defendeu sua dissertação de mestrado em 30 de julho de 1958, definiu as bases da historiografia que desenvolveria durante esses anos. Claramente, a herança modernista e os temas desenvolvidos em *Raízes do Brasil* ainda permanecem como pontos de referência para o entendimento do conjunto de sua obra, porém, a etnologia, mormente a alemã, destaca-se na produção do historiador paulista a partir dos anos 1940.

Como diretor do Museu Paulista, Sérgio Buarque se alinhou aos estudos etnológicos produzidos no Brasil até então, ajudando também na tarefa de especialização e profissionalização desses tipos de estudo. O Museu Paulista, desde 1989, está incorporado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. A partir de 1947, já na direção do museu, o historiador paulista decidiu reeditar a *Revista do Museu Paulista*, que passou a se dedicar quase inteiramente aos artigos sobre antropologia.²²⁸ Dentro desse campo, os artigos sobre etnologia indígena dominavam e diversos autores estrangeiros e brasileiros se destacavam. Dois deles, Sérgio Buarque havia contratado assim que iniciara seu mandato como diretor: o alemão Herbert Baldus e o gaúcho Harald Schultz. O primeiro, especialmente, foi fundamental para o desenvolvimento do Museu Paulista, pois atuou como editor na *Revista do Museu Paulista*, selecionando e

²²⁷ SOUZA, Laura de Mello. “Prefácio Estrela de uma vida inteira”. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*, p. 20-28.

²²⁸ A revista havia sido publicada entre 1895, ano de fundação do Museu, e 1938, quando Afonso de Taunay assumiu o cargo de diretor do museu.

traduzindo muitos artigos de etnólogos alemães exibidas na publicação. Inclusive foi Baldus quem substituiu Sérgio na direção do museu em 1956. O etnólogo alemão também ampliou os contatos com etnólogos europeus, o que inseriu as atividades do Museu Paulista em uma rede internacional de debates sobre o assunto.

Já na ELSP, fundada em 1933, Sérgio Buarque defendeu sua dissertação de mestrado e no histórico do curso, que não se sabe ao certo se efetivamente assistiu às aulas, há disciplinas ligadas à cultura indígena e suas transformações com o processo de colonização que se refletem bastante o que o historiador paulista tratou em *Caminhos e Fronteiras*. A ELSP mantinha um debate saudável com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, fundada em 1935. As duas apresentavam similaridades e diferenças. Enquanto a Faculdade de Filosofia da USP produzia mais trabalhos teóricos, a ELSP estava mais voltada para a criação de subsídios técnicos e profissionais destinados à execução de políticas públicas em São Paulo. As similaridades entre as duas instituições estão no perfil dos alunos que frequentavam as escolas, de classe social média e baixa, composto também por mulheres e descendentes de indígenas e negros. Outro ponto em comum é que ambas as escolas pautaram-se pela contratação de professores estrangeiros como o próprio Herbert Baldus, que lecionou na ELSP, enquanto na USP temos a presença da chamada missão francesa, que trouxe antropólogos como Claude Lévi-Strauss para lecionar no Brasil.²²⁹

O trabalho de Sérgio Buarque com as instituições supracitadas é o lugar onde se fundamenta parte seu ofício. Esse fator está imbricado com a outra parte da operação historiográfica, a escrita. Assim, a antropologia não deixou de permear e aparecer na obra histórica de Sérgio Buarque sobre o bandeirantismo. Para Mariana Françaço, os autores que Sérgio leu e conheceu por meio de suas viagens, das revistas e dos contatos que estabeleceu nessas instituições influenciaram não só a temática e o conjunto de referências de *Monções* e *Caminhos e Fronteiras*, mas também sua metodologia.

Segundo Françaço, Sérgio Buarque se utilizou de dois conceitos essenciais ao desenvolvimento da etnologia alemã do início de século XX. Primeiramente, Sérgio Buarque dialogou com diversos tipos de pensamento teórico da etnologia alemã, entre eles, o método difusionista, do qual um dos maiores expoentes é o padre alemão Wilhelm Schimidt, cuja obra *Etnologia Sul-Americana*, publicada em 1942 pela Editora Nacional, fora traduzida por Sérgio Buarque.

²²⁹ FRANÇOZO, Mariana de Campos. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação de mestrado da UNICAMP, 2004, p. 55-77.

Originalmente um artigo do volume de 1913 da revista *Zeitschrift für Ethnologie*, este livro propõe um tipo de análise das culturas indígenas sul-americanas baseada no estudo de sua vida econômica e material. O objetivo da análise seria descobrir, através da observação de objetos e técnicas comuns a mais de um grupo, quais povos teriam entrado em contato entre si, identificando assim as rotas de migração dos povos dentro do continente. As conexões históricas seriam a explicação de fatos como a transmissão de mitos indígenas, e da mudança cultural entre os grupos indígenas. Em última análise as semelhanças e diferenças entre os povos se deveriam também a estas ligações.²³⁰

Com base na leitura do conjunto das obras de Sérgio Buarque sobre a expansão das fronteiras da América Portuguesa não é difícil notar a existência desse tipo de análise como um dos fios condutores da obra de Sérgio Buarque. Em *Monções*, o exemplo do modo de feitura das canoas, o tipo de madeira a se utilizar, o costume de andar a cavalo, andar de pés descalços, esse de *Caminhos e Fronteiras*, e até o consumo e o comércio de gêneros alimentícios, são ilustrações do objetivo que Sérgio Buarque percorria ao tentar analisar na documentação como o contato entre o adventício e o gentio influenciou na formação dos costumes do novo povo que se ia formando, como essa transmissão ocorria e quais mudanças culturais operavam-se.

Na primeira versão do capítulo “O transporte fluvial”, contudo, Sérgio Buarque relativiza as teorias difusionistas²³¹ quando faz referência a outro etnólogo alemão, Georg Friederici, que se reportava à tese das teorias elementares de Adolf Bastian, da segunda metade do século XIX. Segundo a teoria, uma “lei psíquica geral” regula, de acordo com o ambiente de desenvolvimento também, a resposta de adaptação dos homens, gerando as semelhanças e dessemelhanças entre os povos. Dessa forma, como aponta precisamente Mariana Françaço:

O que importa ressaltar, com a afirmação de que Sérgio Buarque estava familiarizado com mais de uma teoria da etnologia alemã, é que de fato o conjunto de ideias antropológicas formadas por esta corrente serviu de base para o historiador formular sua própria maneira de entender o processo estudado.²³²

²³⁰ *Ibid.*, p. 89.

²³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*, p. 53.

²³² FRANÇOZO, Mariana de Campos. *Um outro olhar*, p. 94.

Um conceito etnológico mais fundamental, que Sérgio Buarque utilizou em sua obra histórica é o de “cultura material”, que consiste em descrever detalhadamente objetos e técnicas dos povos gentios. Os relatos de viajantes, etnólogos alemães, ao Brasil do século XIX utilizavam largamente esse conceito. Autores como Karl Von Martius, Johann Spix, Karl Von den Steinen, Paul Enrenreich, que eram citados por Sérgio Buarque ou publicados pela *Revista do Museu Paulista*, traduzidos por Baldus, são exemplos disso. As descrições de viagens continham mais aspectos da terra inaudita, especialmente a referência à natureza e à geografia, o que também refletiu na ideia para o texto de *Visão do Paraíso*. Porém, a descrição da cultura material é, segundo a “convicção” de Sérgio Buarque, o caminho mais fértil para ler as idas e vindas da transmissão e da mudança cultural entre índios e portugueses.²³³ Finalmente, Sérgio Buarque, em uma atitude que faz alusão ao Sérgio Buarque interlocutor do modernismo da década de 20 e do concomitante crítico literário da década de 1940, mais uma vez apropria-se de um tipo de conhecimento e vai ajustando-o aos seus interesses de pesquisas e às informações da documentação que vai levantando. No caso da antropologia, Sérgio Buarque utilizou-se de conceitos correntes na etnologia alemã do século XIX e início do século XX para determinar o surgimento de novas formas interculturais de viver, admitindo o aspecto predatório de tais contatos, mas preferindo destacar os modos de transmissão, as transformações culturais e a lenta formação da identidade sertanista e brasileira.²³⁴

2.6 *Entre a história e a antropologia: uma discussão bibliográfica*

Há um último ponto a se considerar sobre o trabalho de Mariana Françaço, que justamente levar-nos-á a esclarecer a relação entre Sérgio Buarque, pesquisa histórica e estudos antropológicos. Para Laura de Mello e Souza, Mariana Françaço exagera ao exaltar o caráter antropológico na obra do historiador paulista, que gradativamente se preocupava em dotar seu texto da dita roupagem histórica. Conforme Laura de Mello, Sérgio Buarque enfatizava, em suas pesquisas sucessivas, a atuação de personagens e feitos, além de recorrer “à erudição clássica do trabalho do historiador”. Assim, “a

²³³ *Ibid.*, p. 104.

²³⁴ *Ibid.*, p. 113.

análise da cultura material serve à tentativa de compreensão dos processos históricos”.²³⁵

O argumento de Françoço segue com a tese de que os etnólogos alemães, além de influenciarem a temática e o método de Sérgio Buarque, também influenciaram na organização formal do texto, recebendo o *status* de documento privilegiado entre o conjunto de referências exposto por Sérgio Buarque, composto pela documentação de arquivo e pela já existente historiografia das bandeiras. Segundo Françoço, quando o historiador paulista remete e cita os textos de etnólogos alemães, ele utiliza expressões como “relata o observador”, “afirma uma testemunha fidedigna”, conferindo a esses textos maior autoridade que as outras fontes utilizadas. Para Mariana, Sérgio considerava os estudos etnológicos como parte do *corpus* científico da antropologia, que se firmava como disciplina acadêmica. Ademais, a autora considera que o historiador paulista tenha lançado “mão do recurso, muito empregado pelos antropólogos do chamado período moderno da disciplina, de atribuir ao observador a autoridade sobre o assunto de que ele trata tendo por base sua presença concreta no momento da ocorrência dos fatos”.²³⁶ Mesmo que se admita que Sérgio Buarque esteja utilizando a etnologia alemã como a fonte que confere verdade e autoridade ao seu texto, talvez o modo pelo qual ele se expresse textualmente remeta a outra tradição, que também utiliza o mesmo recurso.

Fundamentados na teoria da evidência histórica, podemos interpretar que, quando Sérgio Buarque destaca a posição de testemunhas *in loco* dos fatos, observadores que viram com seus próprios olhos os atos que descrevem, ele está se remetendo ao *topos* antigo da autópsia, que determina o acontecimento pela supremacia da visão, sentido preferido por Tucídides e Ranke, em detrimento daquilo que o ouvido

²³⁵ SOUZA, Laura de Mello. “Prefácio Estrela da vida inteira”. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Monções*, p. 28-29. A questão, no meu ponto de vista, põe-se de maneira tênue. Mariana Françoço apoia-se em uma citação tirada da página 12 de *Caminhos e Fronteiras*, de 1957, na sua edição de 2001, em que Sérgio Buarque afirma sua convicção no estudo da cultura material, pois, diferentemente das instituições e da vida social, é ali que se abre uma brecha nos contatos entre portugueses e índios, deixando o primeiro mais suscetível à aceitação das técnicas e práticas indígenas. Eu diria que, enquanto Françoço classifica essa susceptibilidade como a possibilidade do estudo da transmissão e das mudanças culturais, apoiada em toda a explicação sobre a relação entre Sérgio Buarque e a etnologia alemã, Laura de Mello, baseada na aproximação da tarefa de Sérgio Buarque com a pesquisa histórica, indica que Sérgio esteja em busca do esclarecimento dos processos históricos. Se tais ponderações são apenas terminologias diferentes para um mesmo fenômeno, só saberemos se analisarmos a relação entre mudanças culturais e processos históricos, o que se põe além de meu escopo. Inclino-me mais à interpretação de Laura de Mello e Souza por motivos que explicitarei no corpo do texto.

²³⁶ FRANÇOZO, Mariana de Campos. *Um outro olhar*, p. 122. O exemplo que Mariana dá de obra moderna que faz essa utilização é *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Bronislaw Malinowski, de 1922.

apreende. A crença na autópsia remete ao fazer ver: aquele que viu com os próprios olhos tem mais poder para descrever o ocorrido de forma mais fiel ou a referência àquele que viu confere mais poder à descrição que a utiliza. Por esse caminho, a autópsia se relaciona à *enargeia*, o artifício retórico que cria a ilusão da realidade, a vivacidade da narrativa, que faz o leitor tomá-la como verdadeira. A tradução de Cícero para o latim com a expressão, *evidentia in narratione*, e o desenvolvimento do ofício do historiador na modernidade, que valoriza as notas de rodapé e a citação documental como fator privilegiado na busca e na aporia da verdade histórica transformaram a evidência como principal veículo da autópsia. Finalmente, a evidência é utilizada como vestígio, sinal ou até prova daquilo que está sendo afirmado. Logo, aceitando essas sentenças, constatam-se os três sentidos da evidência no uso feito por Sérgio Buarque: a evidência como visão, como artifício retórico e como análoga ao recurso jurídico moderno da prova.

Ora, de acordo com minhas leituras, não temos afirmativas explícitas de Sérgio Buarque sobre a utilização dessas expressões de autoridade, por que as utilizou ou qual era o seu objetivo ao escrevê-las. Podemos, por aproximação, definir a plausibilidade das hipóteses. Acredito que exista um conjunto de razões para afirmar a proximidade de Sérgio Buarque com as metodologias do historiador e que tais metodologias tenham influenciado sua maneira de escrever sobre o que havia pesquisado. Das já citadas aqui, ressalto a própria relação com a crítica literária, em que o conceito de história e de como ele deveria ser incorporada à investigação atuaram como um aspecto fundamental para Sérgio Buarque; a própria afinidade vocacional confessada pelo ofício do historiador; o fato de ter escrito e reescrito a maioria de seus textos; sua atuação institucional na USP como catedrático.

Há outros fatores que colaboram com a tese. Em artigo para o Correio da Manhã do Rio de Janeiro, publicado em 1951 com o nome de “Cultura Brasileira” e reproduzido na coletânea *Perspectivas* com o nome de “O Pensamento Histórico no Brasil nos últimos 50 anos”, lê-se muito do conhecimento e das ponderações de Sérgio Buarque sobre a historiografia brasileira e suas potencialidades, demonstrando também um pouco de suas referências estrangeiras. Já no início do texto, o historiador paulista ressalta a erudição no trabalho histórico de Capistrano de Abreu, que recebe os predicados de “pesquisador constante e nunca inteiramente satisfeito”:

Não é fácil distinguir a situação do pensamento histórico no Brasil durante este meio século sem fixar o papel eminente de quem deu o primeiro passo para ampliar decisivamente suas perspectivas. Na obra de Capistrano de Abreu, é certo que a erudição teria de predominar de modo absorvente sobre a especulação, e só por vias indiretas é possível determinar razoavelmente o que fosse o “pensamento” histórico nela representado.²³⁷

Logo depois, o historiador paulista ressalta que só o “testemunho documental” não é o bastante para definir uma obra histórica, já que o historiador deve manter um “inquérito que tenha uma direção definida”, porquanto os “documentos só falam verdadeiramente aos que ousam formular-lhe perguntas precisas e bem pensadas”.²³⁸ Além de considerações sobre os estudos e textos importantes que eram publicados desde o final do século XIX, Sérgio Buarque pondera sobre a influência da documentação no desenvolvimento da história brasileira. Quanto à história geográfica e social, ele comenta a importância da “divulgação de documentos capazes de abrir novo sulco para estudos de história social ou econômica e não apenas política, bélica e genealógica”²³⁹ e, em relação aos estudos sobre as Companhias de Jesus, lamenta a falta de documentação para o enriquecimento da pesquisa: “Não dispondo, contudo, de novas peças documentárias, os autores pouco acrescentaram, do ponto de vista informativo, ao que já se sabia da atividade colonial dos inacianos”.²⁴⁰ Sérgio destaca que os autores nada acrescentaram do ponto de vista informativo, perspectiva dependente do documento. O ponto de vista interpretativo, por exemplo, pode ser enriquecido mesmo sem novas documentações.

Sérgio Buarque traça um panorama geral da historiografia brasileira até o seu presente momento, mostrando os caminhos e as potencialidades da história colonial, política, econômica e social e ainda destacando a contribuição de estudos sociológicos e antropológicos como a obra de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Para Sérgio Buarque, a investigação do passado do Brasil estava no início de sua exploração mais ampla e abrangente nas temáticas abertas pelo aumento da documentação e pelo desenvolvimento das pesquisas especializadas, constatando que:

²³⁷ HOLANDA. Sérgio Buarque de. “O Pensamento Histórico no Brasil nos últimos 50 anos”. IN: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, p. 601.

²³⁸ *Ibid.*, p. 602.

²³⁹ *Ibid.*, p. 604.

²⁴⁰ *Ibid.*, p. 605.

A complexidade desses assuntos está a requerer cada vez mais a utilização dos métodos que se vêm desenvolvendo em países onde exista longa tradição dos estudos históricos especializados. E a preocupação de assimilar alguns desses métodos e aplicá-los a problemas brasileiros já é hoje aspecto dominante e creio que o mais auspicioso do pensamento histórico entre nós. A esse propósito não se poderá acentuar demasiado a influência que tem cabido nos últimos anos aos mestres estrangeiros contratados para os institutos universitários.²⁴¹

Sérgio Buarque estava imerso na cultura histórica do Brasil em vários sentidos: nas instituições, nas pesquisas, na publicação de obras históricas, enfim, na tarefa de especialização e profissionalização da figura do escritor no país, mantendo diálogo permanente com o que se desenvolvia em território estrangeiro. Apesar de se inserir na interdisciplinaridade típica do momento em que os diversos tipos de pesquisas sociais estão se afirmando no país, Sérgio Buarque encontrava-se cada vez mais com a história, com a necessidade da leitura de ampla documentação e com suas intermináveis obras e pesquisas.

Laura de Mello e Souza destaca, voltando ao caso de *Monções* e sua reescrita, como a roupagem histórica é mais forte nos capítulos reescritos e publicados apenas em 1990 com a exceção de um deles, “Caminhos do Sertão”. Justamente nesse capítulo, Sérgio Buarque repagina seu aspecto antropológico e o enriquece com a pesquisa de manuscritos e fontes primárias. Mas a mudança maior está na chave explicativa, já que na segunda versão, o historiador demonstra a importância de se relacionar a história de dos bandeirantes ao desenrolar da colonização da América Portuguesa. Dessa forma, Sergio Buarque “contemplava ao mesmo tempo ‘a grande história’ e ‘o amor à minúcia significativa’”, numa atitude que se assemelha, sem relação direta, aos historiadores ligados à micro-história italiana e sua premissa metodológica de variar as escalas de análise entre o macro e o micro.²⁴²

Outro capítulo reescrito, não publicado em vida por Sérgio Buarque e por isso não se sabe se ele o considerava acabado, é “O transporte fluvial”, que trata basicamente da construção de canoas e outras embarcações para atravessar os rios fronteiriços, das técnicas indígenas em confronto com as necessidades exploradoras e comerciais dos adventícios e também de algumas tentativas de povoamento das regiões sertanistas.

²⁴¹ *Ibid.*, p. 614-15.

²⁴² SOUZA, Laura de Mello. “Prefácio Estrela de uma vida inteira”. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*, p. 29.

Como indica Laura de Mello, grande parte do que se vê no capítulo é um enriquecimento do texto com informações das pesquisas adicionais feitas pelo historiador paulista. A primeira versão conta com 32 notas de rodapé enquanto a versão reescrita contém 111 notas. Sérgio Buarque não modifica substancialmente sua argumentação sobre a adaptação às técnicas indígenas que os adventícios tiveram de enfrentar para suceder nos caminhos fluviais. No entanto, os reflexos metodológicos do ofício do historiador como ele se fez nos tempos modernos mostraram-se deveras presente no texto reescrito. O historiador paulista parte de alguns parágrafos já estabelecidos na primeira versão para então ampliá-los com o aparato documental e até precisar melhor alguns termos que não o satisfaziam.

O parágrafo inicial da versão reescrita segue a mesma linha geral da primeira versão, mas define com mais exatidão alguns termos. Na segunda frase da primeira versão temos: “O certo, porém, é que entre nós, fora da Amazônia, os cursos d’água raras vezes chegam a constituir meio ideal na comunicação”²⁴³; enquanto na versão reescrita a tinta segue assim: “É certo, no entanto, que fora da Amazônia raramente chegaram aqueles cursos d’água a representar caminho ideal para transportes a longa distância”.²⁴⁴ A troca da palavra “comunicação” pela expressão “transportes a longa distância” demonstra o apreço do historiador em especificar melhor o tipo de comunicação a que estava se referindo, no caso, o transporte fluvial usado nos tempos da colonização.

Mas a força da argumentação baseada nos documentos aparece no desenrolar seguinte do capítulo. Na primeira versão do capítulo, Sérgio Buarque utiliza um recurso da história comparativa, muito de seu feitio, ao expor a situação do uso das canoas de casca nos rios do Canadá, informação que é suprimida da versão reescrita.²⁴⁵ Logo em seguida, o historiador passa, durante quatro pequenos parágrafos, à caracterização do rio como obstáculo para o avanço dos sertanistas, além de citar suas formas de superação. Ao pouco uso do rio como canal de transporte, o historiador paulista arrisca afirmar que a causa do fato pode ser “a certa incapacidade dos povos de origem ibérica para seu aproveitamento”.²⁴⁶ Na versão que viria a público em 1990, Sérgio Buarque discorre

²⁴³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*, p. 47.

²⁴⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Expansão Paulista*, p. 247.

²⁴⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. “Do Canadá, cortado por um magnífico sistema de rios e canais, mas onde não faltam os rápidos ou as quedas-d’água, já afirmou um historiador que só pode ser desvendado em toda a sua extensão pelos coureurs de bois, graças à presença dessas embarcações verdadeiramente providenciais”, p. 47-48.

²⁴⁶ *Ibid.*, p. 49-50

sobre o feito e as capacidades da canoa de casca durante algumas páginas e insere mais de 20 notas durante a argumentação, reduzindo a ponderação sobre os rios a apenas dois parágrafos, um mais longo e outro pequeno, que se limitavam apenas a informar as peculiaridades dos rios e as dificuldades que eles impunham. Logo, vê-se que Sérgio Buarque elimina a conjectura de hipóteses causais e fia-se mais no conteúdo da documentação, guiado pelo objetivo de escavar na sua pesquisa a cultura material indígena que influenciou nas atividades portuguesas e na criação dos sertanistas.

Por último, um fator que corrobora com a hipótese de que o texto reescrito de “O transporte fluvial” fosse considerado inacabado pelo historiador paulista é comparar o final das duas versões. No final desse capítulo, em ambas as versões, Sérgio Buarque retrata as tentativas sucessivas de povoamento do interior da América Portuguesa a fim de manter o controle e a comunicação com os territórios do sertão, por meio da navegação fluvial. A primeira versão termina da seguinte maneira: “A navegação fluvial já não oferecia poderoso atrativo aos homens do planalto e, mesmo durante a Guerra do Paraguai, a vantagem estratégica das duas colônias militares não conseguiu impor-se de forma a patentear a necessidade absoluta de sua manutenção”.²⁴⁷ E assim, Sérgio parece fechar seu argumento inicial do capítulo que sustentava que o aproveitamento das capacidades fluviais na América Portuguesa era muito baixo, também pelas dificuldades de explorá-lo. Na versão reescrita, o historiador paulista reproduz a mesma frase citada acima, porém insere mais duas páginas de informações sobre a o povoamento dos fluxos fluviais e acaba com uma notícia sobre a dificuldade de enfrentar alguns saltos e cachoeiras com as embarcações mais civilizadas dos europeus.²⁴⁸ O volume de documentação pesquisado por Sérgio Buarque aparece fortemente do início ao fim do texto do capítulo, inserindo mudanças sutis nas construções dos parágrafos e utilizando-se continuamente de expressões como “acresce-se que”, “importa acrescentar que”, “outro testemunho”, “escreve um cronista”. Expressões que retomam o valor da autópsia na escrita da história desde o ofício dos antigos, porém transmutada no valor de veracidade incorporada ao fator documental pela prática moderna. O texto mais conjectural, com mais descrições geográficas, é substituído pela peculiaridade do episódico proveniente da avalanche documental exposta por Sérgio Buarque.

Se o que apresentei até o momento ainda não foi suficiente para relativizar as afirmações de Mariana Françoze, farei, agora, a exposição dos últimos argumentos do

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 72.

²⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque d. *Capítulos de Expansão Paulista*, p. 289-292.

capítulo, mais relacionados diretamente a essa dissertação. Primeiramente, vale lembrar que a prática antropológica e etnológica cunhou-se já sob a égide da ciência moderna. Portanto, ela atua dentro dos padrões modernos de verificação e prova que a prática científica contemporânea ainda endossa. A evidência tem um papel preponderante em todos os ramos da ciência moderna e não somente nas operações historiográficas. Desse modo, a antropologia, com a peculiaridade de seus métodos e objetivos variados, também produz e reproduz princípios geradores de evidência que se formaram interdisciplinarmente. Porém, outro aspecto mais específico complica ainda mais a relação entre Sérgio Buarque e a antropologia.

A dissertação de Mariana Françaço, de 2004, não cita a obra de Robert Wegner, *A Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, publicada no ano 2000, e fornecedora de informações e afirmações valiosas sobre a relação de Sérgio Buarque e a tese da fronteira do historiador estadunidense Frederick Jackson Turner. Wegner expõe também notícias do contexto de Sérgio Buarque nos anos em que emergia a ideia de *Monções* e a reformulação de *Raízes do Brasil* para sua segunda edição de 1948, contrastando um pouco com o contexto exposto por Françaço, que ressalta o trabalho institucional de Sérgio Buarque no Museu Paulista.

Sobre a viagem, já citada aqui, de Sérgio aos Estados Unidos, em 1941, Wegner comenta o seguinte:

O ponto que é necessário sublinhar diz respeito à possibilidade dessa visita aos Estados Unidos ter permitido a Sérgio Buarque um contato mais continuado com a historiografia americana num momento em que esta se preocupava em produzir reflexões sobre os países latino-americanos.

A imersão na historiografia estadunidense, segundo Wegner, permitiu que Sérgio Buarque encontrasse caminhos para a interpretação dos contatos entre o adventício e o nativo. A referência é explícita quando o historiador cita Turner em *Caminhos e Fronteiras*, estabelecendo uma comparação entre a história brasileira e a história dos EUA. Wegner admite que o historiador paulista “concebe as duas experiências como sendo da *mesma natureza*, embora com uma forte *variação de intensidade* dos contatos entre o adventício e o nativo e de adaptação daquele a este

último”²⁴⁹. O tema da adaptação cultural com certeza tem a sua cota de etnologia, contudo, em outro nível, tal temática, na obra de Sérgio Buarque, está conectada à tese da fronteira de Turner, que engendra uma discussão da experiência da colonização das Américas com recursos de comparação e analogia. A falta de menção, no trabalho de Mariana, às considerações feitas por Wegner talvez ajudem a explicar por que Laura de Mello afirmou que Mariana França deu um peso excessivo à etnologia alemã no trabalho de Sérgio Buarque em seu projeto sobre o desbravamento das fronteiras terrestres e aquáticas da América Portuguesa.

A relação de Sérgio Buarque com os escritos de Frederick Turner, se analisada pelo viés da evidência histórica, também carrega um significado diferente da simples interpretação e utilização da tese da fronteira. Turner era um dos maiores representantes da historiografia moderna nos EUA e, além de ser uma forte voz intelectual, também mantinha uma prática institucional ativa nas universidades estadunidenses, participando do fortalecimento e da profissionalização do pesquisador de história. Quanto à sua concepção de história, Turner era conhecedor de historiadores antigos como Tucídides e modernos como Niebuhr e Ranke e propagava uma aceção aberta da história. Ele entendia que as diversas visões de história se colocavam em diferentes tempos e lugares, além de frisar que ela está sempre em construção, sempre em movimento, dependente do andamento das pesquisas, porém não determinada inteiramente por elas. Mais importante ainda: Turner preconizava o estudo dos aspectos socioeconômicos da história, pois, em seu presente, esses aspectos eram essenciais para compreender o desenvolvimento da sociedade que se fundava em uma atividade econômica apoiada na tecnologia das máquinas e das indústrias de produção em massa. Turner viveu entre 1861 e 1932, justamente o período em que os EUA estavam finalizando sua expansão territorial, resolvendo os conflitos entre o norte e o sul e desenvolvendo o sistema capitalista em sua nação e fora dela. Turner não colocava a história econômica e social em um pedestal intangível, admitindo a importância de todos os tipos de histórias, da política à artística. O que determina qual tipo de história será feito é a subjetividade do historiador e as características de seu presente.²⁵⁰

A leitura atenta que Sérgio Buarque fez dos textos de Turner, indicam que a operação historiográfica do historiador paulista, pelo menos em seu âmbito

²⁴⁹ WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 122.

²⁵⁰ TURNER, Frederick Jackson. “O Significado da História”. IN: *HISTÓRIA*, São Paulo, v.24, N. 1, p – 191-223, 2005. Apresentação e Tradução de Arthur Lima de Avila.

socioeconômico, teve uma influência considerável da historiografia moderna estadunidense representada por Turner. Não só a escola francesa dos *Annales*, principalmente a partir da leitura de Marc Bloch e dos contatos com Lucien Febvre, ajudou a moldar os princípios geradores de evidência que Sérgio ativava em seus escritos, mas também as vertentes norte-americanas incentivavam o estudo do funcionamento social e econômico da sociedade em uma perspectiva histórica. Os estudos etnológicos alemães e a atividade de crítico da literatura contribuíram para a formação das obras do Sérgio Buarque e para os modos de evidenciação de sua história para os outros e para si.

Visão do Paraíso assume uma posição fundamental na evidência da história em Sérgio Buarque, pois dialoga com essa gama de saberes que o autor havia conhecido até o momento de sua publicação em 1958 e também na intensificação de sua atividade histórica como professor da USP até a segunda edição do livro, de 1969, ampliada e acrescida de um prefácio elucidativo sobre o significado da história para o historiador. Por ser uma tese de doutorado, *Visão do Paraíso* também se apresenta como um bom vestígio dos parâmetros acadêmicos exigidos no Brasil na década de 1950, sobretudo na história como disciplina.

Capítulo 3 – A evidência histórica em *Visão do Paraíso*

3.1 Os princípios geradores de evidência em *Visão do Paraíso*

Na introdução utilizei as expressões “operações historiográficas” e “princípios geradores de evidência” praticamente como sinônimos. Uma distinção é necessária. A primeira expressão serve muito para remeter ao tripé definido por Michel de Certeau composto pelo lugar, pela prática científica e pela escrita. Desse modo, o princípio gerador de evidência sempre estará relacionado a esses três fatores. Ao conferir um sentido novo à operação historiográfica, o da mobilização das palavras que geram explicações, introduz-se a noção de princípios geradores de evidência, que determina textualmente como o historiador define a legitimidade de suas pesquisas.

A própria palavra operação considera o manual e o mecânico. Lembre-se do sentido médico da palavra, que a torna um sinônimo de uma cirurgia. A palavra também tem outros sentidos em campos distintos: operação comercial, operação matemática, operação policial. Mas e quanto ao sentido da palavra especificamente para este estudo e para o campo da história? A operação historiográfica é justamente quando o historiador faz seu trabalho manual, que no nosso caso tem muito de intelectual, de formular seu problema de pesquisa, pesquisar as fontes, manter relações institucionais, até a parte da escrita. A operação historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda corresponde, nesse sentido, ao que foi descrito no capítulo anterior. As operações historiográficas produzem os princípios geradores de evidência, que se apresentam no texto do historiador, autorizando sua escrita. Desse modo, a operação historiográfica está mais ligada ao movimento, enquanto o princípio gerador de evidência está mais perto do estático, estabelecido definitivamente na inscrição textual. Recorrendo a um clichê linguístico pode-se dizer que os princípios geradores de evidência são operações historiográficas, mas que as operações historiográficas não são princípios geradores de evidência.

Refletir sobre a operação historiográfica é refletir sobre o ofício do historiador e seus objetivos. Em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque apresenta considerações que definem a finalidade do historiador, caracterizando também uma função social para a história. Tais aspectos estão relacionados a uma noção de temporalidade. A citação já é clássica para qualquer estudioso da tese:

Esta espécie de taumaturgia não pertence, em verdade, ao ofício do historiador, assim como não lhe pertence o querer erigir altares para o culto do Passado, desse passado posto no singular, que é palavra santa, mas oca. Se houvesse necessidade de forçar algum símile, eu oporia aqui à figura do taumaturgo a do exorcista. Não sem pedantismo, mas com um bom grão de verdade, diria efetivamente que uma das missões do historiador, desde que se interesse nas coisas de seu tempo – mas em caso contrário ainda se pode chamar historiador? –, consiste em procurar afugentar os demônios da história. Quer isto dizer, em outras palavras, que a lúcida inteligência das coisas idas ensina que não podemos voltar atrás e nem há como pretender ir buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento que corre.²⁵¹

Esse parágrafo não está na versão original da tese, defendida em 1958 e publicada em 1959. Ela se apresenta somente no prefácio da segunda edição do livro, escrito em 1968 e publicado em 1969, após dez anos de docência na USP e um ano antes de Sérgio pedir desligamento da universidade devido às atrocidades da ditadura civil-militar brasileira. Na edição de 1969, a tese de Sérgio Buarque foi bastante acrescida de novas documentações que suas viagens aos EUA a partir de 1965 propiciaram, por meio de pesquisas em arquivos e bibliotecas do país.²⁵² Essa revisão de *Visão do Paraíso* se molda à característica de Sérgio Buarque como historiador do fragmento e do retalho, que vai recosturando suas peças até formar o molde desejado, sempre variável.

Percebe-se que o ofício do historiador, para Sérgio Buarque, é balizado pelo seu presente, afinal, ele questiona se o historiador que não se preocupa com o presente pode receber tal alcunha. Sobre o tempo presente como determinante das perguntas formuladas pelo historiador, Sérgio Buarque leu, com certeza, em *Apologia da História* de Marc Bloch, largamente citado pelo historiador paulista. Bloch reconhecia a volatilidade do presente, pois é apenas, “no infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente, um instante que mal nasce morre”²⁵³ Mesmo assim, o historiador francês acreditava que a compreensão do presente era essencial para se compreender o passado. Essa noção permaneceu nas reflexões de Sérgio Buarque, que entendia as misérias que corriam no Brasil de seu tempo. Sérgio Buarque assina o

²⁵¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 21-22.

²⁵² LIMA, José Adil Blanco de. *Entre a Crítica e a História: a construção de Visão do Paraíso de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação de mestrado da UFJF, apresentada em 2013, p. 72.

²⁵³ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 60.

prefácio da segunda edição em novembro de 1968, e, no mês seguinte, no dia 13 de dezembro mais precisamente, o general Costa e Silva outorgava o Ato Institucional nº5 (AI-5), que desencadeou os anos mais opressores da ditadura de 1964. O historiador paulista se posicionava politicamente, o maior exemplo disso é seu pedido de afastamento da USP em solidariedade aos colegas perseguidos pelo regime. Sérgio nunca foi militante, mas sempre manteve uma consciência política e uma ideologia mais ligada à democracia e a uma moralidade mais liberal.²⁵⁴

Atento ao seu presente, o historiador paulista sabe que esse presente fugidio, é sempre um “passado recente”, como afirma Marc Bloch. O conhecimento do presente condiciona e é condicionado pelo conhecimento do passado. Por isso, Sérgio Buarque tem uma compreensão específica do passado, inserida numa concepção crítica da história moderna: devota da modernização das estruturas sociais e humanas, mas também questionadora dos limites desse processo. O passado, para Sérgio Buarque, é vazio, deve ser preenchido continuamente pelos seus estudiosos. O livrar-se do passado dos taumaturgos é não compreendê-lo como uma “representação ideal, ‘espontânea’, ou refletida”, para erigir nostálgicamente um “passado perdido”²⁵⁵, tarefa que Sérgio Buarque evitou ao perscrutar a história das mentalidades (palavra que tomava no “sentido mais amplo”) dos descobridores e colonizadores do Brasil. Segundo Thiago Nicodemo, a função de exorcista que Sérgio Buarque atribui ao trabalho historiador busca “desconstruir, pôr em evidência a artificialidade da história taumatúrgica”, que “refere-se a uma concepção tradicionalista da história na qual a reconstituição do passado produz uma espécie de modelo (muitas vezes cívico) de conduta”.²⁵⁶ Os princípios geradores de evidência da história antiga, que sustentavam as premissas da *historia magistrae vitae*, são devidamente enterrados pela “lúcida inteligência das coisas idas”. Ela nos demonstra que a solução para os problemas presentes não está no passado.

Dentro dos parâmetros da modernidade, Sérgio Buarque admite a descontinuidade entre o passado e o presente. No entanto, embasado nas reflexões historiográficas de Friederich Meinecke, Benedetto Croce e Marc Bloch sobre a obra de Goethe e seu papel na definição da modernidade, o historiador paulista problematiza um pouco mais a questão.

²⁵⁴ CANDIDO, Antonio. “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda”. IN: MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, p. 29-36.

²⁵⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*, p. 21.

²⁵⁶ NICODEMO, Thiago Lima. *Urduidura do Vivido*, p. 40.

A articulação central da modernidade – livrar-se do passado contido no presente – sofre um deslocamento de sentido e é incorporada dentro de uma nova concepção de história, uma história necessariamente consciente de que é produzida no presente e que por isso deve ter um papel modificador da sociedade. A nova ciência histórica produz uma crítica interna à modernidade, anunciando-se como desconstrutiva e como um instrumento de luta contra o mau uso da história. A historiografia liberta da história, como havia anunciado Croce, ou, nos termos de Sérgio Buarque de Holanda, “afugentando do presente os demônios da história”²⁵⁷

Sérgio Buarque desenvolve uma concepção de história que já habita o pós-moderno, em seu sentido mais literal possível. Essa concepção, conforme Nicodemo, não aparece subitamente no prefácio de 1968, demonstrando seus primeiros sinais no ano de 1950, em um artigo publicado no *Diário Carioca* com o título sugestivo de “Ofício do Historiador”. Nesse texto, o historiador paulista já refletia sobre a historiografia comprometida com o presente, mostrando um otimismo em relação à institucionalização da pesquisa histórica acadêmica no Brasil, função que já praticava desde 1937.²⁵⁸ Essa reflexão sobre a temporalidade da história, as relações entre o passado e o presente na modernidade e a função social da história, acompanhará Sérgio Buarque até o fim de sua vida. *Visão do Paraíso* representa a “maturação de uma concepção histórica presente embrionariamente em seus primeiros escritos”. Estabelece-se uma linha de continuidade entre *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso*, sendo que a primeira pregava uma “perspectiva da modernização, mesmo que constituída por meio da dissolução de algumas de nossas raízes ibéricas”, enquanto a segunda sugeria a função exorcista como “posição desmistificadora do processo modernizador”.²⁵⁹

Em 1982, ano de seu falecimento, Sérgio Buarque, em uma entrevista a Richard Graham para a *Hispanic Historical Review*, fornece mais elementos sobre o que seria o “exorcismo” do passado. Richard Graham pergunta: “Como você vê a conexão entre o trabalho do historiador e a evolução do seu país?” e Sérgio responde:

Como Croce disse, toda história é história contemporânea. O historiador sempre escreve com a visão de sua época. O historiador está dentro da

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 41.

²⁵⁸ *Ibid.*, p. 37-38.

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 42.

história. Mas o passado não é o presente e o bom historiador sabe disso. O passado, é claro, leva ao presente e ajuda a explicá-lo. A função do historiador, no entanto, é nos fazer esquecer do passado, nos libertar dele. No caso do Brasil, nosso passado é tão triste que é melhor esquecê-lo.²⁶⁰

Friedrich Nietzsche, no final do século XIX, dissertava sobre a função do esquecimento na espécie humana. O filósofo alemão, no primeiro parágrafo da segunda dissertação de *Genealogia da Moral*, publicado em 1887, caracteriza o esquecimento como uma “força inibidora” que atua ativa e positivamente na psique humana. Em contraposição à memória, o esquecimento permite que o humano feche “temporariamente as portas e as janelas da consciência”, abrindo lugar à novidade, aos novos pensamentos e agindo como uma “espécie de guardião da porta, zelador da ordem psíquica, da paz, da etiqueta”.²⁶¹

Sérgio Buarque de Holanda era leitor de Nietzsche. Antes mesmo de sua viagem à Alemanha em 1929, Sérgio Buarque já lia as obras de filósofo alemão que circulavam pela vanguarda modernista. Em sua biblioteca, o historiador paulista mantinha livros sobre a obra do filósofo e questões controversas como o cristianismo e a apropriação das ideias de Nietzsche por parte da ideologia nazista. Mais especificamente, a influência weberiana do historiador remetia indiretamente aos últimos estudos publicados por Nietzsche, quando se afastava das alcunhas de irracionalista que ganhou em sua juventude. Uma referência final é bem esclarecedora da influência do filósofo alemão na obra de Sérgio Buarque. No artigo sobre Ranke, em 1974, o historiador paulista cita Nietzsche três vezes, sendo a última delas a mais importante. Nietzsche é citado indiretamente, quando Sérgio Buarque está comentando a introdução do *Léxico dos conceitos fundamentais de história*, publicado a partir de 1972 na Alemanha. A citação “denegada”, como afirma Ernani Chaves, é justamente da segunda dissertação de *Genealogia da Moral*, mas referente ao tema do historicismo e não à função do esquecimento.²⁶²

²⁶⁰ GRAHAM, Richard. “Uma entrevista”. IN: *Revista do Brasil*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/RIOARTE – Fundação Rio. Ano 3, nº6/87, p. 108.

²⁶¹ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. Tradução e comentários de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. 1998, p. 47-48.

²⁶² CHAVES, Ernani. “O historicismo de Nietzsche, segundo Sérgio Buarque de Holanda”. IN: MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, p. 397-412.

Elucidar a relação de Sérgio Buarque de Holanda com a obra de Nietzsche não permite afirmar com certeza absoluta que o esquecimento do passado a que almejava o historiador paulista era o esquecimento ativo do filósofo alemão. Entretanto, Sérgio conhecia plenamente a segunda dissertação de *Genealogia da Moral* e ecos do parágrafo sobre o esquecimento ativo podem ter permanecido em seus pensamentos. De fato, afirmar simplesmente que o passado deve ser esquecido é perigoso, pois abre caminhos para interpretações extremamente relativistas. Tal discurso pode servir para apagar os crimes e atrocidades do passado, salvando a pele de quem os perpetrrou.²⁶³ O próprio lema dos 40 e 50 anos da ditadura civil-militar de 1964 no Brasil, que Sérgio Buarque presenciou e sofreu os efeitos, também rejeita o sentido do esquecimento ativo que Nietzsche preconizava. “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça” assinalava que a memória ativa e a rememoração histórica contínua ajudam a garantir que os acontecimentos indesejáveis não se repitam, enfatizando a responsabilidade dos sujeitos e as condições históricas de surgimento do fenômeno. É praticamente uma *historia magistrae* ao contrário, na qual os exemplos do passado servem para indicar algo que não deve ser feito. Porém, essa reativação é bastante calcada nas noções de memória e de patrimônio.

Pela postura ideológica e política de Sérgio Buarque de Holanda, sabemos que a necessidade de esquecer o passado não significa apagá-lo para absolver os responsáveis. Devemos contextualizar as afirmativas de Sérgio Buarque, pronunciadas em uma entrevista, numa conversa mais informal onde a espontaneidade atua de forma predominante. A maneira como Sérgio complementa sua resposta também deve ser levada em conta: “No caso do Brasil, nosso passado é tão triste que é melhor esquecer-lo”, depois de relacionar esquecimento e libertação, pois também devemos libertar-nos do nosso passado, como afirmava Croce. As metáforas são muitas: “esquecer a tristeza do passado”, “afugentar os demônios da história”, “libertar-se do passado”. Todas indicam uma função social para o historiador e uma posição historiográfica contra a visão tradicionalista do passado como um dado evidente por si só. Sérgio Buarque não achava que o historiador pudesse curar pelo estudo do passado por si só, mas sim

²⁶³ Essa é a posição que Carlo Ginzburg coloca na “Introdução” de *Relações de Força*, quando constata que os relativistas extremos, classificados como pós-modernistas céticos, defendiam uma concepção de verdade que é um devir infinito de interpretações, sem que se possa afirmar qual delas está mais próxima da verdade. Para Ginzburg, os defensores de tal discurso queriam apagar e livrar as nações europeias dos crimes cometidos durante a época das colonizações africanas e asiáticas. Ironicamente, Ginzburg afirma que as raízes desse discurso estão no pensamento de Nietzsche em “Sobre a verdade e a mentira em um sentido extramoral”, de 1873.

apaziguar a consciência histórica pelo estudo do passado calcado na observação do presente e filtrando os aspectos negativos.

Os princípios geradores de evidência em *Visão do Paraíso* trabalharão em busca desse objetivo traçado pelo historiador paulista. Um passado que deve ser continuamente evidenciado em suas particularidades por meio das variadas perguntas do historiador ao seu material de pesquisa. Assim, enfraquecer-se-á a concepção mítica do passado que justifica a aceitação de acontecimentos e processos históricos em que o “vencedor” é venerado como superior e criatura iluminada. O desígnio de uma função para o historiador é a operação historiográfica mais importante em *Visão do Paraíso*, pois guiará de forma geral o funcionamento dos princípios geradores e o que eles devem tornar visível. Os princípios geradores de evidência podem ser vários em uma obra, dependendo sempre da perspectiva de análise. Dos que não irei detalhar aqui, destacam-se como fundamentação da prática historiográfica de Sérgio Buarque as notas de rodapé e o uso das citações, utilizados de forma massiva em *Visão do Paraíso*. Nelas, Sérgio Buarque demonstra sua erudição e seu conhecimento das variadas fontes que compõem sua tese, desde os relatos de viagem, textos medievais e antigos, além de fontes contemporâneas que se assimilam à sua temática. Assim como o ofício do historiador, as notas de rodapé condicionam o funcionamento dos princípios geradores de evidência em *Visão do Paraíso*, pois fornecem sustentação teórica e material aos recursos mobilizados, trabalham como evidência, em sentido amplo, compondo a prova, a convicção dos argumentos juntamente com a exposição textual.

3.2 A tópica e o mito, primeiro princípio gerador de evidência

Ainda no prefácio à segunda edição, Sérgio Buarque afirma que o objetivo de sua tese é realizar a “biografia de uma ideia migratória”, ou seja, a vida do conjunto de “motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil”, que passou por diversas formas de transmissão e apropriações em tempos e espaços diferentes. Os motivos edênicos eram vários: as guerreiras amazonas, mulheres que viviam isoladas em uma ilha sem a presença masculina; a conquista que encontrava na nova terra um paraíso terreal com clima perfeito e fauna e flora exuberantes; a fonte da juventude; a presença das minas de ouro; entre outros. Todos esses motivos foram biografados por Sérgio Buarque em *Visão do Paraíso*. Há de se notar que o termo “biografia” para se referir à história dessa ideia reverbera as considerações de Hannah Arendt sobre o

conceito moderno de história. A emergência do conceito de história como um campo de imortalização para o ser humano, relacionado ao conceito de vida como processo que se estende do passado ao futuro, abre a possibilidade para pensar no termo biografia como sinônimo de história, em um sentido amplo.

O recurso que Sérgio Buarque utiliza para elucidar essa biografia, essa história, como ele mesmo explicita, é a tópica:

Para isso foi de grande serventia o recurso à tópica, no sentido que adquiriu esse conceito, tomado à velha retórica, desde as modernas e fecundas pesquisas filológicas de E.R Curtius, onde, conservando-se como princípio heurístico, pôde transcender aos poucos o cunho sistemático e puramente normativo que outrora a distinguia, para fertilizar, por sua vez, os estudos propriamente históricos.²⁶⁴

Pelas palavras de Sérgio Buarque, podemos ver a tensão que é criada entre a tópica como recurso normativo e a tópica voltada para os estudos históricos. Tal dicotomia demonstra elementos de interseção entre a história e a literatura, o que remete à atividade de crítico literário que Sérgio exerceu. Os textos que já abordaram a questão da tópica em *Visão do Paraíso* exploram essa dualidade.

Pioneiro na abordagem do assunto é um artigo de Luiz Costa Lima, publicado em 2002, na *Revista USP*, defende a hipótese de que a tópica serviu de ferramenta para que o historiador “pusesse em movimento e conseguisse um modo de articular sua imensa erudição, convertendo-a em um precioso instrumento interpretativo sobre a *forma mentis* dos colonizadores ibéricos”²⁶⁵ A tópica se referia aos elementos mais gerais do discurso retórico, podendo ser empregada de variadas formas, sendo argumentos que indicam um propósito. “Tais argumentos são então separáveis do conjunto do discurso; funcionam como peças soltas; passíveis de ser recombinadas”.²⁶⁶ A retórica antiga sofreu modificações com a decadência do Império Romano e no latim a tópica chamava-se *loci communes*. O uso moderno rejeitou a expressão latina e voltou a utilizar o termo grego *topos*, no singular, e *topoi* no plural. Note-se que esse é o termo ao qual se refere Reinhart Koselleck ao classificar a *historia magistrae vitae*, sem a necessidade de citar Curtius ou qualquer outro teórico, o que demonstra a força de

²⁶⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*, p. 24.

²⁶⁵ LIMA, Luiz Costa. “Sérgio Buarque de Holanda: *Visão do Paraíso*”. IN: MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João Kennedy Eugênio. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, p. 523.

²⁶⁶ *Ibid.*, p. 526.

capacidade analítica que o conceito tinha em 1979, ano de publicação do ensaio do historiador alemão. Mais precisamente “a tópica proposta por Curtius é um sistema de identificação e classificação de regularidades discursivas – fórmulas de construção do discurso herdadas da retórica antiga, um dos pilares da cultura latina europeia”.²⁶⁷

É facilmente compreensível e livre de polêmicas a utilização da tópica como ferramenta retórica e de crítica literária. Porém, sua fecundidade para os estudos históricos, ao menos nas décadas de 1940 e 1950, não é assimilada de forma tão natural. Costa Lima afirma que o livro de Curtius só teve respaldo acadêmico, pois recorria a uma análise formal das obras de arte, camuflando os vínculos entre as obras literárias e a história, em uma época e que a consciência histórica alemã ainda estava traumatizada com o fenômeno do nazismo. Mas se a obra de Curtius deixava de lado a historicidade da tópica, pergunta-se Costa Lima, como Sérgio Buarque pode adaptar o recurso às suas investigações de propósitos históricos? A resposta de Costa Lima é dupla. Primeiramente, ele afirma: “O que para Curtius eram os *topoi* constitui para Sérgio Buarque os motivos edênicos”.²⁶⁸ Eu não afirmaria tão categoricamente que os *topoi* são os motivos edênicos para Sérgio, pois igualar os dois termos apaga um pouco a peculiaridade de cada um. Mas, em certo nível, a afirmativa de Costa Lima elucida bastante a questão. Por meio da tópica, Sérgio Buarque identificava os lugares comuns de cada vestígio, todos ligados às mitologias que descrevem o paraíso terreal, a descrição do paraíso e suas características, o mito das amazonas, a fonte da juventude, o eldorado, os tipos de pássaro, a temperatura amena e perfeita do paraíso.

De qualquer forma, a segunda resposta de Costa Lima é mais explicativa. Sérgio Buarque pode utilizar a tópica para fins históricos, porquanto concatenou a exposição dos motivos edênicos com explicações sobre a apropriação dos mitos pelos portugueses de acordo com as idiosincrasias históricas do povo português. O principal modo de análise que Sérgio Buarque nos mostra é o da história comparativa. A colonização portuguesa e a colonização espanhola são colocadas em espectro comparativo para ajudar na definição do caráter do português em contraposição ou analogia ao espanhol.

A indagação de Costa Lima gerou mais comentários sobre a utilização da tópica para a investigação histórica e a relação de *Visão do Paraíso* com a obra de crítica literária de Sérgio Buarque. Para Nicodemo, esse uso peculiar da tópica “se insere em

²⁶⁷ NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do Vivido*, p. 49.

²⁶⁸ LIMA, Luiz Costa. “Sérgio Buarque de Holanda: *Visão do Paraíso*”. IN: MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João Kennedy Eugênio. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, p. 528.

um momento chave da obra de Sérgio Buarque em que sua reflexão em diversas áreas do conhecimento, em especial a literatura, confluem na formação do historiador.”²⁶⁹ A tópica aparece na obra de Sérgio Buarque no momento em que o autor intensificava sua obra de crítica literária e desenvolvia seus primeiros passos na prática historiográfica, durante a década de 1940 e 1950. Destacavam-se duas situações: o debate entre formalismo e determinismo histórico na crítica literária; a feitura de *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*. Quanto à primeira situação, a posição de Sérgio Buarque se definiu pela busca de um equilíbrio entre a análise formal do texto e aspectos biográficos e sociais da vida do autor. É a ideia do “ajuste” metodológico interdisciplinar, que descrevi no capítulo anterior. A leitura que Sérgio Buarque realizou da obra de Curtius foi balizada por esse debate e pela posição do historiador paulista, que prezava pela análise textual livre de qualquer classificação prévia da obra estudada.

Entre 1949 e 1951, Sérgio Buarque dedicou-se a sua primeira obra crítica sobre a literatura colonial. *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*, publicada em 1952, quando o autor já estava na Itália, é um texto importante para entender como Sérgio Buarque começou a utilizar a tópica para fins históricos. Primeiramente, o autor coloca em prática seu método interdisciplinar entre as ferramentas literárias e a análise histórica. “Na *Antologia*, o historiador mobilizou recursos como análise do ritmo, musicalidade, convenções métricas e lexicais que possibilitaram correções de palavras e o estabelecimento de textos mais fidedignos.”²⁷⁰ A crítica textual na investigação histórica e seus processos de evidenciação podem-se servir de diversos instrumentos de outros saberes, não só os da literatura, mas de qualquer campo, principalmente dos que se aproximam do objeto estudado. Dessa forma, Sérgio Buarque utilizou-se da tópica de Curtius na composição de *Antologia*, buscando os lugares-comuns da poesia colonial e balizando suas escolhas já de acordo com a mitologia do paraíso e como ela aparecia nos poemas.²⁷¹ “A reapropriação dos antigos *topoi* em novos discursos somados à representação de elementos ‘ambientais’ locais em um contexto distinto de seus locais tradicionais de enunciação criava um novo *topos* – que Sérgio Buarque chamaria de ‘tópica do sentimento nacional’ ou ‘mito edênico’.”²⁷² Pode-se ver a gênese de *Visão do Paraíso*, ainda impensado com esse nome e em seu formato final, na utilização da tópica em *Antologia*. Seguindo essa linha de raciocínio, como ressaltam Arnoni Prado e

²⁶⁹ NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do Vivido*, p. 52.

²⁷⁰ *Ibid.*, p. 57.

²⁷¹ *Ibid.*, p. 57-63.

²⁷² *Ibid.*, p. 67.

Thiago Nicodemo, a tese de Sérgio Buarque “é resultado de um processo de maturação de mais ou menos uma década, no qual o crítico encontra o historiador.”²⁷³ Portanto, Sérgio Buarque estabelece o uso da tópica de forma diferente da utilizada por Curtius, que via a tópica de maneira estática, dogmática e a-histórica, segundo Nicodemo e Luiz Costa Lima. Os *topoi* aparecem na obra de Sérgio Buarque para definir historicamente o processo de colonização portuguesa em suas características mentais, “eles dão concretude a um determinado tipo de experiência e percepção do homem português na época dos descobrimentos que se enraizava em um gênero de mentalidade eminentemente medieval”.²⁷⁴

Por isso, Sérgio Buarque se pergunta já no início do primeiro capítulo de sua tese:

O que, ao primeiro relance pode passar por uma característica “moderna” daqueles escritores e viajantes lusitanos – sua adesão ao real e ao imediato, sua capacidade, às vezes, de meticulosa observação, animada, quando muito, de algum interesse pragmático – não se relacionaria, ao contrário, com um tipo de mentalidade já arcaizante na sua época, ainda submisso a padrões longamente ultrapassado pelas tendências que governam o pensamento dos humanistas e, em verdade, de todo o Renascimento?²⁷⁵

A tópica, além de esclarecer a biografia da ideia do mito edênico, serve como princípio gerador de evidência histórica, visto que ela engendra uma visão específica e conflitante em relação aos padrões historiográficos e às verdades estabelecidas até então. Em perspectiva comparativa, o historiador paulista opera historicamente, por meio da tópica e de outros instrumentos de análise, uma cisão no ponto de vista da história tradicional, baseada fortemente na noção cronológica de sucessão de períodos históricos bem definidos. Assim como na crítica literária, em que Sérgio Buarque não abandona os estilos literários como categorias explicativas, porém quebra a divisão mecânica entre eles, na investigação histórica de *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque evidencia novos

²⁷³ *Ibid.*, p. 66.

²⁷⁴ *Ibid.*, p. 101.

²⁷⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*, p. 36. As questões da tese central de Sérgio sobre a mentalidade portuguesa ainda enraizada em características medievais foram amplamente analisada por Nicodemo em *Urduidura do Vivido*, explorando a sua recepção a partir da argumentação da banca de doutorado na defesa da tese, composta por Helio Viana, Afonso Arinos, José Wanderley de Araújo Pinho e Eduardo d'Oliveira França. Este último foi um dos mais críticos da tese, afirmando que Sérgio estava equivocado ao afirmar o arcaísmo da mentalidade do colonizador português. Cf. o capítulo II de *Urduidura do Vivido*, “Idade Média, Renascimento e a Escrita da História em *Visão do Paraíso*”, p. 160.

padrões de continuidade e ruptura entre a mentalidade e sua inserção nos moldes medievais ou renascentistas. Trata-se da adoção de uma ferramenta literária que evidencia e legitima o estudo do vestígio em outro nível, que mostra, em última análise, as dificuldades de se classificar a mentalidade do português colonizador exclusivamente sob os preceitos humanistas do Renascimento. Se o Estado monárquico português centralizou-se e se modernizou precocemente em relação a outros Estados da Europa, isso não quer dizer que o âmbito político determine a mudança de outros âmbitos, já que a observação histórica em camadas ou níveis diversos, munida de ferramentas interdisciplinares, demonstra pontos de ruptura ou coexistência de aspectos de períodos históricos que eram vistos como rigidamente separados.

Duas décadas após as reflexões de Sérgio Buarque sobre a tópica e seu uso histórico, o historiador francês Paul Veyne inseria esse instrumento da retórica antiga em suas considerações teóricas sobre a escrita da história. Em 1971, *Como se escreve a história* é publicado, estabelecendo algumas críticas às pretensões científicas da história. Apesar dos rótulos que inseriram a obra de Veyne nos rincões do pós-modernismo e do relativismo histórico, a leitura do texto nos mostra que o professor do *Collège de France* admitia doses de progresso no conhecimento histórico. É na última parte de seu texto, “O progresso da história”, que Veyne reflete sobre a utilização da tópica para fins históricos. Para ele, a cultura histórica vai adquirindo mais experiência de acordo com o passar do tempo. Não que isso garanta um conhecimento melhor ou superior ao conhecimento antigo nem uma sabedoria sobre a finalidade humana, mas os estudos históricos podem progredir, e isso Veyne afirma embasado em Croce, porque “adquirimos uma casuística muito mais rica” dos acontecimentos passados.²⁷⁶

Esse progresso histórico só acontece porque o tempo permite uma “conceptualização progressiva” do conhecimento histórico, calcada na observação, na *autopsia* do historiador ou de qualquer um que se aventure no conhecimento histórico:

É, efetivamente, pela observação do vivenciado que se dá um progresso lento e cumulativo da observação, semelhante aos progressos no conhecimento de si que o diário íntimo possibilita ou à descoberta progressiva de uma paisagem no decurso de uma observação atenta. [...]. A apercepção individual, o enriquecimento da visão, tem como condição que se saiba fazer, a propósito de um acontecimento, mais perguntas do que as que se faz um

²⁷⁶ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora UNB, 2008, p. 169.

homem comum, um crítico de arte vê, num quadro, muito mais do que vê um simples turista; é essa mesma riqueza de visão que tem Burckhardt ao contemplar a Renascença italiana.²⁷⁷

Nota-se que Paul Veyne ativa a evidência histórica para afirmar, com a ajuda da experiência do tempo, que essa visão pode ser continuamente aguçada e modificada como observação histórica, aumentando o arcabouço de suas perguntas em relação ao seu objeto. Não é como no espaço da evidência histórica antiga, em que a visão era um elemento de autoridade para fundamentar a convicção do historiador quanto a suas afirmativas. Não é nem como na *autopsia* moderna de Sérgio Buarque, que ressalta os registros de autores que estavam presentes nas situações descritas. Paul Veyne dota a *autopsia* de uma possibilidade de constante enriquecimento de pontos de vista e formas de visão, por meio da criação progressiva de conceitos emergentes a partir da crescente problematização dos objetos e do alargamento do questionário.

O modo como o historiador deve organizar esses conceitos e questões – e aí está o ponto de ligação do pensamento de Veyne com o uso da tópica em Sérgio Buarque – assemelha-se às “listas de ‘lugares-comuns’ ou *topoi* e de ‘verossimilhanças’ que a retórica antiga estabelecia para uso dos oradores”²⁷⁸ Emerge assim, de forma muito parecida com a tópica de Sérgio Buarque em *Visão do Paraíso*, os “*topoi* históricos” que, “no plano da crítica, permitem remediar o que o estado lacunar de toda documentação tem de mais enganoso: a variação no lugar das lacunas”²⁷⁹ E mais importante ainda, a descoberta dos *topoi* históricos como instrumento heurístico possibilita ultrapassar o que a Escola dos *Annales* chamou de história factual e passa a outro “nível de visão” que perscruta o que Paul Veyne chama de história estrutural.²⁸⁰

Nessa linha de pensamento, a utilização da tópica por parte de Sérgio Buarque admite uma finalidade para o tipo de história que praticava. Uma história que não se concentrava nos acontecimentos políticos, mas, ao mesmo tempo, considerava os conceitos explicativos mais gerais como o de colonização, incorporando aspectos da análise factual e as disposições gerais da política. No entanto, a tópica permitiu que Sérgio Buarque desvendasse as estruturas mentais dos colonizadores portugueses, pois demonstrou que as regularidades discursivas de seus relatos remetiam a outro sistema

²⁷⁷ *Ibid.*, p. 170.

²⁷⁸ *Ibid.*, p. 174.

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 175.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 177.

de pensamento, fator que a análise da história factual, da história política e até da história econômica não chegavam a elucidar e acabavam classificando conforme o desenrolar do âmbito que estudavam. Se o Estado moderno português é precocemente centralizado, a mentalidade obedece aos ditames da modernidade. Se um poema exalta a natureza da pátria, aí está um indício de nacionalismo. É contra essas obviedades que a historiografia de Sérgio se insurge.²⁸¹

3.3 A história comparativa, segundo princípio gerador de evidência

Como já mencionei no tópico acima, o fato de Sérgio Buarque comparar continuamente a experiência da colonização portuguesa e da colonização espanhola – e por vezes também inserindo a colonização inglesa – é uma das bases de sustentação dos resultados encontrados pela tópica histórica em *Visão do Paraíso*. Por meio da tópica, o historiador encontra os mitos edênicos nos relatos dos colonizadores, esclarecendo sua gênese e suas formas de transmissão. Por meio da história comparativa, Sérgio Buarque define o modo de absorção dos mitos edênicos por parte dos portugueses e como esse pensamento, com fortes elementos de fantasia, influenciou a experiência direta da colonização. A história comparativa auxilia Sérgio Buarque a evidenciar as camadas mentais da colonização portuguesa, por isso é um princípio gerador de evidência. Analisar o uso da história comparativa na obra de Sérgio Buarque é evidenciar o quanto o historiador remeteu a um instrumento já bastante difundido na historiografia moderna de Marc Bloch, por exemplo, influência direta de Sérgio Buarque, mas também a um instrumento que já era utilizado na investigação histórica antiga, sobretudo na obra de Heródoto. Assim, demonstraremos um pouco como as diversas camadas de desenvolvimento do conhecimento histórico se sobrepõem, são esquecidas e reativadas, lembradas e desativadas, muitas vezes sem remissão direta ou específica, porque a formação do saber individual trabalha em um infinito campo de influências.

²⁸¹ Não descreverei em detalhes a mentalidade do colonizador português exposta por Sérgio Buarque de Holanda. Esse trabalho já fora feito por alguns estudiosos. Thiago Nicodemo examina detalhadamente a relação das características dessa mentalidade portuguesa com o conceito de Barroco como estudado por Sérgio Buarque de Holanda em sua crítica literária, já que *Visão do Paraíso* era para ser apenas a introdução de um livro que Sérgio Buarque já anunciava em seus lançamentos, *A Era do Barroco no Brasil*. Para mais informações ver o capítulo 9 de *Alegoria Moderna*, “A Era do Barroco no Brasil”. Outros estudos relevantes sobre a mentalidade caracterizada por Sérgio é a dissertação de Luiza Laranjeira da Silva Mello, *Natureza e Artificio: Sérgio Buarque de Holanda e as formae mentis portuguesa e espanhola na conquista e colonização do novo mundo*, e o artigo de Ronaldo Vainfas em *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, “Sérgio Buarque de Holanda, historiador das representações mentais”.

Em seu texto clássico, *Raízes do Brasil*, mais especificamente no capítulo 4, “O Semeador e o Ladrilhador”, o historiador paulista faz uso do recurso para ressaltar vários aspectos da colonização portuguesa em contraste com o caso espanhol. Sérgio Buarque destaca a comparação em características como formação das cidades, legislação, povoações numerosas, estáveis e bem ordenadas. “Em nosso próprio continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa”.²⁸² Apesar de uma caracterização mais minuciosa das ações e dos efeitos da colonização espanhola, esse jogo de comparação é recorrente na escrita do capítulo:

Na América portuguesa, entretanto, a obra dos jesuítas foi uma rara e milagrosa sessão. Ao lado do prodígio verdadeiramente monstruoso de vontade e de inteligência que constituiu essa obra, e do que também expirou a ser a colonização espanhola, o empreendimento de Portugal parece tímido e mal aparelhado para vencer. Comparado aos dos castelhanos em suas conquistas o esforço dos portugueses distingue-se principalmente pela predominância de seu caráter de exploração comercial, [...]; Os castelhanos, ao contrário, querem fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu.²⁸³

É certo que o capítulo 4 de *Raízes do Brasil* só recebe o título de “O Semeador e o Ladrilhador” em sua segunda edição, publicada em 1948. Na primeira edição, o capítulo 4 era intitulado apenas de “Continuação”, fazendo referência ao capítulo anterior, “O Passado Agrário”. No entanto, a parte sobre a comparação entre a formação urbana nas duas colonizações é pouco alterada. A modificação mais substancial está nas últimas páginas do capítulo, quando Sérgio Buarque apresenta uma caracterização mais detalhada da mentalidade portuguesa na colonização. Essas mudanças, consideradas estruturais por estudiosos do texto, inseriam as pesquisas que Sérgio Buarque estava desenvolvendo sobre o Barroco. Dessa forma, as reflexões da segunda edição de *Raízes do Brasil* relacionam-se com a caracterização da mentalidade portuguesa em *Visão do Paraíso*.²⁸⁴

Contudo, os resquícios do recurso à comparação podem ser encontrados nos primeiros textos do jovem historiador paulista. Em seu primeiro artigo, publicado em

²⁸² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26^o Ed. São Paulo: Companhia das Letras, p. 95.

²⁸³ *Ibid.*, p. 98.

²⁸⁴ NICODEMO, Thiago Lima. *Alegoria Moderna*, p. 300-303.

1920 no *Correio Paulistano*, quando tinha apenas 18 anos, o autor já tecia comparações entre os portugueses e os espanhóis:

Em vão, observa o crítico peruano, em vão procurareis em suas obras o sentimento da natureza. “Os poetas imitam, em vez de descrever, o vasto cenário que os rodeia. Raça individualista, a espanhola, aventureira e lutadora, não quer églogas nem aspira a confundir-se com a terra pródiga, num delírio panteísta.” Isso na América espanhola. No Brasil o espetáculo divergiu bastante.

O povo português, menos idealista e, se quiserem, mais prático que o espanhol, não teve uma impressão tão sutil da natureza do novo mundo como aquele. [...]. Os primeiros poemas que merecem, com justiça, esse nome apareceram muito mais tarde, e sua origem devemos nós a fatores muito diversos dos que na América Espanhola produziram à *Araucana*.²⁸⁵

O próprio fato de que Sérgio Buarque tenha utilizado a história comparativa na década de 1930 em *Raízes do Brasil* indica que o recurso à comparação não foi um instrumento que o historiador paulista se apropriou após o desenvolvimento de sua prática historiográfica propriamente dita na década de 1940. A última passagem que citei confirma ainda mais que a ferramenta da comparação, sobretudo entre a colonização espanhola e portuguesa, já habitava o pensamento de Sérgio como uma forma de explicar a colonização portuguesa e a situação presente do Brasil. Isso não quer dizer, por outro lado, que, durante a leitura de textos historiográficos, o escritor não tenha alimentado o recurso à comparação.

Um dos maiores exemplos modernos de história comparativa é o livro *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*, publicado em 1924, de Marc Bloch, cuja obra Sérgio Buarque conhecia bastante. O texto de Bloch também se referia à história das mentalidades e buscava explicar o milagre da cura das escrófulas nas sociedades medievais da França e da Inglaterra. Por isso o historiador francês optou pela “forma de um ensaio de história comparada, tanto porque a França e a Inglaterra tiveram ambas reis-médicos quanto porque a idéia da realeza maravilhosa e sagrada foi comum à toda Europa ocidental”.²⁸⁶ De acordo com seu objetivo de elucidar o milagre das curas pelo toque dos reis, Marc Bloch coloca em paralelo a história dos

²⁸⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Originalidade Literária”. IN: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *O Espírito e a Letra*, volume 1, p. 37.

²⁸⁶ BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 45.

ritos na França e na Inglaterra. Portanto, o recurso da comparação ajuda o historiador a evidenciar seu objetivo. Porém, para que isso aconteça, os objetos da comparação devem possuir uma substância comum, pois o comparatismo de Marc Bloch só trabalhava com o que era comparável. Por isso, Jacques Le Goff nos informa que “o comparatismo de Marc Bloch” lhe parece “essencialmente um pouco tímido”, visto que Bloch “não dispunha de teorias e de métodos que lhe permitissem ir mais longe sem abandonar as regras de prudência e as exigências de historicidade necessárias à reflexão históricas”. De fato o recurso à comparação em Marc Bloch gerou bastante repercussão historiográfica, com diversos artigos publicados entre a década de 1920 e a de 1980, quando surgiram opiniões críticas e legitimadoras do uso da comparação pelo historiador francês.²⁸⁷

Em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque não cita diretamente Marc Bloch, mas o estudo comparativo do historiador francês estava presente no horizonte comparatista do historiador paulista. Ademais, Sérgio Buarque reelaborou sua obra clássica nos anos precedentes à feitura de *Visão do Paraíso* e isso também pode ter colaborado com a reativação do recurso comparativo como um dos fatores predominantes na explicação de sua tese. Em seus primeiros textos historiográficos que caracterizaram o projeto sobre a utilização dos caminhos fluviais e terrestres da fronteira interior do Brasil, o recurso à comparação entre as colonizações portuguesa e espanhola está praticamente apagado. Talvez porque no caso dessas obras a substância comum necessária à comparação inexistia ou não era tão evidente. Entretanto, o uso do recurso não é extinto, basta haver a substância comum. Na primeira versão do texto de *Monções*, o historiador paulista compara a utilização dos rios brasileiros ao caso do Canadá, que também é “cortado por um magnífico sistema de rios e canais”.²⁸⁸ Já em sua tese de doutorado a utilização do recurso é muito mais fundamental e não meramente ilustrativa. No prefácio de 1968, após as três viagens aos EUA que permitiu o acesso a novos documentos sobre o estudo do mito edênico, Sérgio Buarque ensaiou uma comparação com a absorção do mito edênico na colonização inglesa dos EUA e do Canadá.

O capítulo 12 de *Visão do Paraíso* mostra já em seu título a importância do elemento comparativo entre as colonizações portuguesa e espanhola: “América portuguesa e Índias de Castela”. Nessa parte do texto, o historiador paulista reafirma a tese de que a mentalidade portuguesa não foi muito seduzida pelos motivos edênicos

²⁸⁷ Cf. o prefácio de Jacques Le Goff na edição que utilizo de *Os Reis Taumaturgos*, p. 32-33.

²⁸⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*, p. 47.

conforme mostram os relatos dos viajantes e povoadores, pois o que “acabam encontrando nas ilhas e na terra firme do Mar Oceano, é uma espécie de cenário ideal, feito de suas experiências, mitologias ou nostalgias ancestrais”.²⁸⁹ O “conservantismo intrínseco” se refletia nas atividades dos portugueses na colonização “mesmo nas esferas em que chegaram a realizar obra pioneira”, por isso “sua obra ultramarina é eminentemente tradicionalista”:

Ora, a persistência dessa maneira, ainda estreme da influência dos modelos humanístico, em quem já escreve, todavia, na era do Barroco, é tanto mais significativa quanto está longe de ser um caso individual. O que nela parece refletir-se é o modo de sentir e é a *forma mentis* de toda uma sociedade que aparentemente se despojou dos padrões velhos.²⁹⁰

Logo após tal passagem, o historiador paulista passa a um breve esclarecimento das ideologias políticas do Império Espanhol, que, a partir do legado de Carlos V, estabelece o “moderno colonialismo”. E mais uma passagem demonstra como Sérgio Buarque serviu-se da comparação com as características espanholas para “realçar” os aspectos do caráter português:

É sobretudo pelo vivo contraste com as novas perspectivas que à expansão de Castela nos mundos distantes parecem dar aquela experiência e esta consciência imperiais que se realça o caráter disperso, fragmentário, linear, mais de feitorização que de colonização, assumido, quando e enquanto possível, pelas atividades ultramarinas dos portugueses.²⁹¹

O capítulo 12 é o capítulo conclusivo da tese de Sérgio Buarque, o que confere mais importância ao recurso comparativo, pois é por meio dele que o historiador arremata sua tese, evidenciando ainda mais as características da colonização portuguesa, a partir da diferenciação da substância comum entre os termos comparados. Tanto Espanha quanto Portugal viveram a experiência de uma centralização estatal precoce em relação aos outros Estados europeus; de um descobrimento, apenas para o colonizador, para um Novo Mundo; da situação geográfica e de uma fronteira comum na metrópole e na colônia. O esforço comparativo de Sérgio Buarque evidencia a história da

²⁸⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*, p. 443.

²⁹⁰ *Ibid.*, p. 445.

²⁹¹ *Ibid.*, p. 451.

colonização da América Portuguesa, definindo suas particularidades e seu caráter único. Assim, em seu capítulo conclusivo, o historiador paulista elenca uma série de comparações entre as formas das colonizações dos reinos ibéricos. Semelhantemente à escrita de “O Semeador e o Ladrilhador”, Sérgio Buarque compara os recursos humanos e financeiros que cada colonização aportou à sua empresa (os recursos dos espanhóis eram mais abundantes); a importância das colônias para cada reino (Portugal dependia muito mais das riquezas que extraía do Novo Mundo); a capacidade da ação individual dentro de cada processo e o grau de centralização da administração colonial (Espanha incentivava mais a empresa individual e mantinha um controle mais descentralizado); a ocupação geográfica de cada colônia (o interior espanhol e o litoral português).

Porém, a história comparativa em *Visão do Paraíso* não serve só para medir aspectos econômicos, políticos ou geográficos nem somente para concluir a argumentação da tese. O recurso comparatista está presente em diversas partes da tese e ajuda também na elucidação dos mitos edênicos. A substância comum entre Espanha e Portugal quanto à mitologia do paraíso está no fato de que “principalmente nos países ibéricos, [...], mais poderosos se vão fazer os entraves da tradição [...] a certas manifestações extremadas do humanismo”.²⁹² No combate entre o humanismo e escolástica, os viajantes de origem ibérica estão mais propensos a se fiar em descrições paradisíacas e seus mitos relacionados, pois sua imaginação ainda é alimentada por fantasias, mistérios e maravilhas. Sérgio conclui o primeiro capítulo, “Experiência e Fantasia”, em que explica o seu entendimento desse combate ideológico, indagando-se sobre a funcionalidade do recurso comparativo:

Seria possível dizer o mesmo, com a mesma ênfase, a propósito das façanhas náuticas de outros povos, dos castelhanos em particular? Não é precisamente um aguçar-se do senso da maravilha e do mistério o que parece ocorrer, ao menos nos primeiros tempos, quando seus marinheiros entram em contato com os mundos distantes e ignorados? Já ao tempo de Colombo, a proximidade do Paraíso Terreal não é apenas uma sugestão metafórica ou uma passageira fantasia, mas uma espécie de ideia fixa, que ramificada em numerosos derivados ou variantes acompanha ou precede, quase indefectivelmente, a atividade dos conquistadores na Índia de Castela.²⁹³

²⁹² *Ibid.*, p. 38.

²⁹³ *Ibid.*, p. 50.

Durante toda a tese, portanto, o historiador paulista servir-se-á do método comparativo para evidenciar a “biografia” do mito edênico na inserção das Américas nos padrões do Ocidente europeu. O segundo capítulo, “Terras Incógnitas”, trabalha bastante sobre os relatos de Cristóvão Colombo e sua relação com o mito das Amazonas, as mulheres que conviviam isoladas e só encontravam homens para reprodução de seu grupo, já que os filhos eram obrigados a ficar com seus pais, mantendo só as meninas com as mães. Na verdade, quase todos os relatos do primeiro capítulo são de cronistas espanhóis e expõem exemplos de descrições míticas das Índias de Castela. No terceiro capítulo, “Peças e Pedras”, Sérgio Buarque continua definindo a mitologia do paraíso e utilizando o recurso comparativo entre as experiências espanholas e portuguesas para tornar evidente seu objeto. Uma das mitologias mais abordadas é em relação aos descobrimentos de jazidas de ouro, prata e pedras preciosas, quando notícias reais da existência de tais reservas misturaram-se ao pensamento fantasioso e mítico sobre os “Dourados”.²⁹⁴

Não é necessário fazer um rol ou listagem exaustiva de todos os momentos comparativos que Sérgio Buarque apresenta em *Visão do Paraíso*. É mais fecundo refletir sobre como o próprio método comparatista funciona no discurso historiográfico, balizando com o uso realizado pelo historiador paulista, para assim ensaiar uma explicação de como a obra do autor se insere na evidência histórica. François Hartog, em sua tese de doutorado, *O Espelho de Heródoto*, de 1980, disserta sobre os elementos de comparação na obra de Heródoto. A comparação é uma ferramenta do historiador para evidenciar o outro. Ela faz parte de uma “retórica da alteridade” e funciona como um elemento de tradução das características do outro. A utilização do recurso comparativo não é pioneira em Heródoto, caracterizando-se como um pensamento arcaico, antiquíssimo na mente humana, que já aparecia na epopeia homérica ou no conhecimento dos pensadores jônicos. De qualquer forma, Hartog elenca alguns tipos de comparações que o historiador grego expõe: as comparações classificatórias que

²⁹⁴ Esse mito é bastante explorado também no capítulo 4, que tem o título sugestivo de “O ‘outro Peru’”, fazendo menção às descobertas pioneiras de minas de metais preciosos na América Espanhola. Sérgio Buarque chega a afirmar em certo parágrafo: “Confirmadas, bem ou mal as notícias obtidas pela expedição lusitana de 1514 e documentadas na *Nova Gazeta* acerca das terras do ouro e prata, não tardariam muito em manifestar-se os ciúmes e divergências nacionais em torno de sua posse. Entre as Coroas de Portugal e Castela, que eram as diretamente interessadas, conduziu-se a polêmica sem acrimônia visível, como convinha a casas reais tão intimamente aparentadas, e no entanto com obstinada firmeza. A esperança dos maravilhosos tesouros, alvo de todas as ambições, dissimulava-se naturalmente sob raciocínios mais confessáveis, de sorte que não vinham à tona senão argumentos como o da demarcação ou o da prioridade.”, p. 130.

assinhalando as semelhanças, marcam os desvios; as comparações mais ligadas às transposições, mudanças de registro e à analogia.²⁹⁵

Sérgio Buarque realiza também esses tipos de comparações no texto de *Visão do Paraíso*, mas sempre dentro do que é comparável como estabelecia Marc Bloch. Dessa forma, Hartog também informa que a condição do recurso comparativo é o saber partilhado, ou seja, o público leitor ou ouvinte deve conhecer ambos os termos da comparação para compreender o objetivo do escritor. Pensando no caso da obra de Sérgio Buarque, pode-se levantar questionamento sobre o quanto a comparação entre as colonizações espanholas e portuguesas servia como fator explicativo no contexto intelectual e historiográfico do historiador paulista, como outros intelectuais usavam esse expediente na mesma época de Sérgio. A pesquisa seria imensa, podendo virar trabalho de conclusão de curso, dissertação ou, quiçá, tese de doutoramento. Também poderia virar um passatempo de uma vida inteira de um intelectual abastado. Por isso, aqui ela é só abertura de caminhos, sugestão ou possibilidade de investigação. O interesse aqui é na comparação como princípio gerador de evidência histórica em *Visão do Paraíso*.

Logo, o segundo grupo de comparações, o das transposições e analogias, remete diretamente à evidência histórica e indiretamente a muitas questões polêmicas que a compõem: a ideia de representação e as relações entre história e ficção. O exemplo que Hartog nos fornece é o de como Heródoto evidencia a celebração da morte dos issedons (povo da margem nordeste da Cítia, que realiza uma festa canibal para celebrar a morte de seus pais, tendo estes como alimento) ao compará-la com o costume grego de comemorar o aniversário de morte dos pais. Em uma fórmula matemática, *a* é para *b*, o que *c* é para *d*. Ou seja, os povos não são os mesmos, os ritos não são iguais, mas a substância comum, rituais funerários, torna-os comparável por analogia. Na *Retórica a Herênio*, a comparação por analogia está ligada ao paralelo e recebe a função de “pôr a coisa diante dos olhos” (*ante oculos ponere*): “Pôr a coisa diante dos olhos, que seja, mas precisamente pondo uma outra coisa: essa é a originalidade da narrativa de viagem. Como figura desse tipo de narrativa, o paralelo é portanto uma ficção que faz com que o destinatário veja como se estivesse lá.”²⁹⁶ E sobre o papel da analogia no conhecimento humano, Hartog, embasado nos estudos de Michel Foucault assinala: “A analogia

²⁹⁵ HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 256.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 258.

desempenha um papel importante nas origens da ciência grega, em que funciona tanto como método de invenção, quanto como sistema de explicação.²⁹⁷

A comparação está imersa na evidência da história, trabalha com os aspectos visuais da *autopsia* e da *enargeia*, pois ajuda o historiador a evidenciar seu objeto, instrumentaliza “o olho do viajante” e coloca o que viu diante dos olhos de seu público. A comparação coloca-se também como recurso retórico, “ela filtra o outro no mesmo”. No texto, ela atua como método de invenção, “ficção narrativa”, uma ferramenta que trabalha entre os caminhos da arte e da ciência, carrega a evidência na narração. Surgem os problemas da representação e da história entre realidade, ficção e, no período moderno, literatura. Por último, a comparação trabalha como prova, não meramente no sentido de um documento material que ratifica as afirmativas – até porque a comparação é mais baseada em um conjunto de condições e pequenas técnicas do que em elementos materiais – mas em um sentido retórico de argumentação que visa a convencer e persuadir o leitor.

Quando Sérgio Buarque compara as colonizações, os impérios, os relatos de viagem de portugueses e espanhóis, ele insere seu conhecimento nas redes de um saber milenar que ultrapassa as fronteiras da historiografia e, simultaneamente, vai ao seu âmago, porque ativa os elementos da evidência da história, participando das operações historiográficas e dos objetivos do ofício do historiador pela produção da verdade histórica. A comparação é, portanto, princípio gerador de evidência fundamental em *Visão do Paraíso* e seu produto nos leva a outro princípio gerador que trabalha em uma camada do sentido geral da tese, inserindo-a no contexto mais contemporâneo da historiografia brasileira.

O produto dessa comparação é o caráter português traduzido pelas “atenuações plausíveis”, objeto do capítulo 6 de *Visão do Paraíso*, o primeiro parágrafo já assinala:

Ao lado disso, não é menos certo que todo mundo lendário nascido nas conquistas castelhanas e que suscita eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas, fontes de Juventia, tende antes a adelgaçar-se, descolorir-se ou ofuscar-se, desde que se penetra na América Lusitana. Mesmo os motivos sobrenaturais de fundo piedoso, já bem radicados na península, parecem amortecer-se no Brasil e, de qualquer forma, desempenham papel menos considerável na conquista do território.²⁹⁸

²⁹⁷ *Ibid.*, p. 259-260.

²⁹⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*, p. 202.

As atenuações plausíveis são atenuações porque a recepção espanhola é mais emotiva e devota do fabuloso que a do português; e são plausíveis porque a mente do português, pelo menos a partir dos relatos quinhentistas, apega-se menos ao mistério do que ao que é cotidiano, palpável, prático, utilizável. Sérgio Buarque, no entanto, equilibra a equação entre realismo e imaginação na mentalidade portuguesa. Apesar da unificação do reino português sob a Casa de Avis ter ocorrido de maneira precoce, modernizando as estruturas do Estado, essas “formas modernas respeitaram ali, em grande parte, e resguardaram, um fundo eminentemente arcaico e conservador”²⁹⁹ *Visão do Paraíso* evidencia esse arcaísmo pelas fórmulas literárias dos motivos edênicos nos relatos quinhentistas que não têm, nos portugueses, tanto apelo quanto nos espanhóis. Essa falta de interesse, contudo, não significa que os portugueses “praticassem, em geral, uma perfeita ascese da imaginação”, pois:

É indubitável que naqueles tempos as fórmulas literárias queriam ter, não raro, valor literal, mais literal com certeza do que o teriam se empregadas hoje: as próprias metáforas nem sempre eram *apenas* metafóricas. E parecerá difícil compreenderem-se certos aspectos da mentalidade dominante nas épocas que antecederam à revolução científica, quando não se parta dessa circunstância.³⁰⁰

Tal qualificação da *forma mentis* portuguesa como mais “realista” vincula *Visão do Paraíso* com a própria obra anterior de Sérgio Buarque, mormente *Raízes do Brasil* e também indica o caminho para o terceiro princípio gerador de evidência, que é condicionado pelas atenuações plausíveis.³⁰¹

²⁹⁹ *Ibid.*, p. 207. “Tratava-se, não obstante, de uma simples fachada que mal encobria os traços antiquados, sobretudo a *forma mentis* vinculada ao passado e avessa, por isso, à especulação e à imaginação desinteressadas do humanismo renascentista. No íntimo sempre se mostrarão os portugueses pouco afeitos às transformações espirituais que, em muitos outros países, se operam simultaneamente com a grande obra dos navegadores do reino”.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 223.

³⁰¹ No capítulo 4 da segunda edição de *Raízes do Brasil*, há os seguintes parágrafos: “Pode-se acrescentar que tal convicção, longe de exprimir desapego ou desprezo por esta vida, se prende antes a um realismo fundamental, que renuncia a transfigurar a realidade por meio de imaginações delirantes ou códigos de postura e regras formais (salvo nos casos onde estas regras já se tenham estereotipado em convenções e dispensam, assim, qualquer esforço ou artifício). Que aceita a vida, em suma, como a vida é, sem cerimônias, sem ilusões, sem impaciências, sem malícia e, muitas vezes, sem alegria.”

“A esse chão e tosco realismo cabe talvez atribuir a pouca sedução que, ainda em nossos dias, exercem sobre o gosto um tanto romanescos de alguns historiadores muitas façanhas memoráveis dos portugueses na era dos descobrimentos. Comparada ao delirante arroubo de um Colombo, por exemplo, não há dúvida que mesmo a obra do grande Vasco da Gama apresenta, como fundo de tela, um bom senso atento a minudências e um razão cautelosa e pedestre.”, p. 110.

3.4 Os sentidos da colonização e a história econômica, terceiro princípio gerador de evidência

O terceiro princípio gerador de evidência é a ideia ou noção de "sentido da colonização", pois o modo como Sérgio Buarque a trabalha evidencia o próprio sentido da sua tese e seus objetivos como historiador. A noção também funciona como princípio organizador de pesquisas e projetos historiográficos sobre o processo de colonização da América Portuguesa. Nesse sentido, a ideia foi motivo de questionamento por alguns historiadores que contribuíram e contribuem ativamente para o desenvolvimento da pesquisa histórica no Brasil. A tradição se inicia com Caio Prado Jr., passa por Sérgio Buarque de Holanda e chega até Laura de Mello e Souza.

A expressão ganha vida com a obra de Caio Prado Jr. e teve um longo período de maturação. Desde a década de 1930, quando Caio Prado é preso devido às suas atividades na Aliança Nacional Liberal (ANL), ele desenvolve uma intensa produção intelectual que se inicia em 1933 com *Evolução Política do Brasil* e envolve a criação de pequenos ensaios, além da realização de uma sólida pesquisa historiográfica adicional.³⁰² Entretanto, a expressão aparece somente em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942, no primeiro capítulo, que tem exatamente este título: "Sentido da colonização". Para Caio Prado, na evolução de todo povo pode ser encontrado um "sentido", isto é, um apanhado de fatos e acontecimentos fundamentais que formam a linha de desenvolvimento histórico de uma sociedade ao destino que lhe está sendo imposto. Dentro dessa concepção de sentido, Caio Prado vai procurar na evolução do povo brasileiro o sentido posto pela colonização portuguesa. Daí o "sentido da colonização" do Brasil, concentrado no desenvolvimento econômico do Império Português que, no processo de expansão marítima, utilizava suas colônias para extrair as riquezas necessárias ao abastecimento da Corte portuguesa e ao comércio na Europa. O sentido da colonização portuguesa foi essencialmente comercial.

Já no início de sua exposição, Caio Prado justifica o recorte temporal de sua análise, o final do período colonial, sustentando que nesse período está a síntese da linha principal do desenvolvimento histórico da nação. Não se trata de renegar os acontecimentos mais antigos, muito pelo contrário, pois eles fazem parte da “mesma

³⁰² PACHECO, Ismael. *Caio Prado Júnior: do sentido da colonização ao sentido da revolução*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Estadual de Campinas. 2013, p. 13-15.

cadeia que nos traz do nosso mais remoto passado”. O autor chega a afirmar: “Não sofremos nenhuma descontinuidade no correr da história da colônia”.³⁰³

Outros indícios mostram o quanto Caio Prado pôs em relevo o fator econômico. Para ele:

Em suma e no essencial, todos os grandes descobrimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo oceano afora.³⁰⁴

A partir disso, Caio Prado definirá os interesses da empresa colonial portuguesa como basicamente comerciais, apoiados, portanto, na exploração da agricultura e do extrativismo, enquanto os metais preciosos ainda não eram descobertos e inseridos na mesma lógica. O desenvolvimento desses chamados ciclos econômicos exigia um imenso contingente de força de trabalho. Nesse sentido, a mão de obra indígena e escravista se insere como mais um fator de exploração econômica da colonização portuguesa. Esse quadro de análise, formado pela caracterização da base econômica e das relações de trabalho, encaixa-se na vertente marxista em que Caio Prado se inseria.

As polêmicas teóricas do marxismo na historiografia do século XX, a mais famosa delas sendo a entre Edward Thompson e Louis Althusser, já questionavam a supremacia do econômico sobre os outros setores na análise histórica. O economicismo marxista sofreu duras críticas de historiadores como Eric Hobsbawm, que cunhou a expressão “marxismo vulgar” para designar esses teóricos que reduziam a teoria de Marx, distorcendo-a. Caio Prado estabelece em alguns momentos essa supremacia do econômico. A exploração dos recursos naturais da colônia em proveito do comércio europeu é “o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos.”³⁰⁵

Caio Prado foi bastante influenciado pelas obras de Marx, sobretudo a *Contribuição da Crítica da Economia Política* e *O Capital* nos seus métodos e

³⁰³ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Brasiliense, 2000, p. 20.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 22.

³⁰⁵ *Ibid.*, p. 31.

perspectivas teóricas, indo do abstrato ao concreto, construindo a história a partir da situação presente. Ademais, a análise sociológica de Caio Prado se assemelha às investigações de Lukács, pois preconiza a totalidade e não apenas as características econômicas. Assim, temos um argumento contra as possibilidades de leitura do “sentido de colonização” como determinismo econômico marxista. Caio Prado, em vez disso, realiza uma análise global, em termos marxistas, e o fator econômico, no ponto de vista do historiador, é aquilo que se manifesta na história, é o desejo e o interesse do colonizador português, o sentido por si só da colonização.

Sérgio Buarque também flertou com as ideias marxistas, o que não é surpreendente, já que o historiador viveu o momento histórico em que a ideologia socialista e comunista se espalhou pelo mundo inteiro e constituiu uma opção real de modelo econômico e social aos críticos do capitalismo. No entanto, acho um exagero classificar Sérgio Buarque como marxista. O mais preciso é afirmar alguns pontos comuns de reflexão de sua obra com o materialismo histórico. No prefácio de 1968, na segunda edição de *Visão do Paraíso*, o autor escreve um longo parágrafo sobre o assunto:

Não pretende esta ser uma história “total”: ainda que fazendo cair o acento sobre as ideias ou mitos, não fica excluída, entretanto, uma consideração, ao menos implícita, de seu complemento ou “suporte material”, daquilo em suma que, na linguagem marxista, se poderia chamar a infraestrutura. Mas até mesmo entre os teóricos marxistas vem sendo de há muito denunciado o tratamento primário e simplificador das relações entre base e superestrutura, que consistem em apresentá-las sob a forma de uma influência unilateral, eliminadas, assim, quaisquer possibilidades de ação recíproca. Ao lado da interação da base material e da estrutura ideológica, e como decorrência dela, não falta quem aponte para a circunstância de que, sendo as ideias fruto dos modos de produção ocorridos em determinada sociedade, bem pode deslocar-se para outras áreas onde não preexistam condições perfeitamente idênticas, e então lhes sucederá anteciparem nelas, e estimularem os processos materiais de mudança social. Ora, assim como essas ideias se movem no espaço, há de acontecer que também viajem no tempo, e porventura mais depressa do que os suportes, passando a reagir sobre condições diferentes que venham a encontrar ao longo do caminho.³⁰⁶

³⁰⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*, p. 24.

Vê-se no pensamento de Sérgio Buarque, uma relativização das teses marxistas e um reconhecimento do marxismo vulgar e economicista que dominou de veras o pensamento historiográfico do materialismo histórico como atestam as discussões teóricas sobre o assunto. No entanto, Sérgio Buarque não rejeita totalmente a teoria de Marx, e sim, admite sua complexidade ao refletir sobre as possibilidades de ação recíproca entre a base e a superestrutura, entre a materialidade econômica que condiciona os modos de vida, mas também pode ser condicionado pelas ideologias. Sérgio Buarque considera útil expor o “suporte material” de sua pesquisa sobre as ideias e os mitos dos colonizadores portugueses. É nesse sentido e por referência direta que a obra do historiador paulista se relaciona com as reflexões de Caio Prado Jr. sobre o sentido da colonização. Contudo, a veia marxista de Sérgio Buarque de Holanda, em sua tendência a considerar os aspectos materiais, econômicos ou infraestruturais, apresentou-se desde cedo em sua prática historiográfica.

No sexto capítulo de *Monções*, “Comércio de Cuiabá” – um dos capítulos não reescritos, mas que teve seu assunto prolongado em capítulos de obras como *Caminhos e Fronteiras* e *O Extremo Oeste* – Sérgio Buarque já demonstrava simpatia com a história econômica, descrevendo-a de forma bem peculiar, mas que dialogava com os estudos publicados nessa época. O historiador paulista descreve as práticas alimentares das expedições fluviais e terrestres para o interior do Brasil, destacando os gêneros alimentícios consumidos (feijão, farinha de mandioca, arroz, toucinho, charque, galinha) bem como sua disponibilidade geográfica, suas vias e possibilidades de comércio pelas regiões centrais e pelas terras incógnitas do sertão. Havia também uma preocupação com o preço dos alimentos, com o modo de acondicionamento dos víveres, e com a capacidade das embarcações. Porém, a descrição de Sérgio Buarque não chegava nem perto de uma análise mais matemática ou estatística. Seu texto era bem calcado em aspectos culturais e até mentais do novo povo que ia se formando na América Portuguesa. Sua escrita dialogava com as características antropológicas de adaptação do adventício ao alimento existente e possível de ser levado nas expedições. Sérgio também explora as anedotas históricas, definindo particularidades, num estilo que lembra os comentários curiosos de Gibbon sobre a nobreza romana.³⁰⁷ De fato, o historiador paulista fia-se bastante aos depoimentos e a documentação consultada,

³⁰⁷ HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Monções*, p. 143. “Narra-se de d. Pedro I, como exemplo de sua fácil acomodação aos costumes provinciais, que durante uma visita a São Paulo chegou a comer à moda da terra, em jantar público, o manjar local dos paulistas, que consistia em virado de feijão preparado com toucinho e farinha.” Sobre as questões de mentalidade e cultura do comércio cf. p. 148-150.

inserindo suas influências etnológicas, mas privilegiando as citações e as indicações do vestígio material.

A história econômica, portanto, funciona como mais um aspecto a ser considerado na descrição do historiador paulista, com o objetivo de evidenciar o “suporte material” de adventícios e se aproximar de suas formas cotidianas, práticas e utilitárias e de sua constituição material no sentido mais literal da palavra, relacionado à matéria mesmo dos corpos de índios e colonizadores e sua constituição física e alimentar, sua interação com a natureza e com o meio que habitavam. As pesquisas que constituíram o projeto historiográfico de Sérgio Buarque sobre as bandeiras e monções, as quais o historiador realizou até o final de sua vida, também ajudaram a complementar o texto de *Visão do Paraíso*. As considerações sobre a história econômica, especialmente na questão da busca pelos metais preciosos e na captura da mão de obra indígena, estão presentes no texto da tese de Sérgio, com mais ênfase nos capítulos 3 e 4, “Peças e Pedras” e “O ‘outro Peru’”, respectivamente. Elas auxiliam o historiador a demonstrar que paralelamente à investigação sobre as faculdades mentais dos colonizadores, há uma preocupação constante com a materialidade desse processo.³⁰⁸ O sentido da colonização e a função da história econômica adquirem novos significados na obra de Sérgio Buarque, demonstrando a possível complexidade do pensamento histórico de Marx.

A ideia de “sentido da colonização” gerou duas consequências importantes para a historiografia brasileira. Em primeiro lugar, as pesquisas históricas passaram a se concentrar nos aspectos econômicos da colonização portuguesa, formando, por exemplo, chaves explicativas como a ideia de ciclos econômicos fase colonial do Brasil (açúcar, ouro, café). Esse aspecto se concatenou com a disseminação do materialismo histórico na historiografia brasileira, dos quais Caio Prado Jr. foi um dos maiores expoentes. Em segundo lugar, a historiografia brasileira passou a se pautar por análises e conclusões mais gerais sobre a história do país, em detrimento do estudo das particularidades dos fenômenos históricos ou de detalhes considerados como sem importância.

Dessa forma, a tese de Sérgio Buarque sofreu uma espécie de ostracismo intelectual, pois era um texto que destoava bastante da historiografia e dos estudos sociológicos que haviam sido reproduzidos até então. Além disso, a própria tese de um

³⁰⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*, p. 139.

fundo arcaico para as superfícies modernas da mentalidade portuguesa sofreu muitas críticas da banca examinadora, o que dificultou sua aceitação. A temática de *Visão do Paraíso* e seus instrumentos críticos também eram estranhos. Estudar a história de uma ideia a partir de recursos literários estava bem longe das tendências dominantes da época. José Adil Blanco chega a constatar: “Parecia que *Visão do Paraíso* não se atrelava a nenhuma tradição local, não dialogava com nenhuma obra anterior, a não ser as de seu próprio autor”.³⁰⁹ Bom, o diálogo que aqui estabeleço entre a obra de Sérgio Buarque e Caio Prado Jr. refuta um pouco essa aparência constatada. Muito pelo contrário, é justamente a relação entre o pensamento dos dois historiadores que enriquecerá a noção de “sentido de colonização”.

Para Thiago Nicodemo, a obra de Sérgio Buarque, de *Raízes do Brasil à Visão do Paraíso*, pode ser entendida como um projeto de busca pelos “sentidos da colonização” portuguesa nos diversos aspectos da empresa portuguesa, incluindo o econômico, mas expandindo para outros setores até mais inusitados como a mentalidade e a crença dos “descobridores” portugueses. Havia uma forte relação intelectual e também de amizade entre Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., que realizaram trabalhos bem parecidos em sua forma e modo de análise, ou seja, o ensaio e a preocupação com a elaboração de conclusões mais gerais e generalistas sobre a história do Brasil, em *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Raízes do Brasil* (1936), mesmo com as divergências de ponto de vista entre os dois historiadores.³¹⁰

A obra intermediária entre *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso* é *Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimentos*, a dissertação de mestrado de Sérgio. Esse escrito, não publicado e pequeno, de 145 páginas, um texto que Sérgio Buarque provavelmente já tinha pronto e utilizou para preencher as lacunas burocráticas de seu currículo. Esse pequeno texto cumpre o papel de rearticular a historiografia do século XX, aproximando as análises de Caio Prado e Sérgio Buarque na questão de avaliar o “sentido para a colonização brasileira como parte do projeto exploratório e colonizador das nações europeias modernas, em especial Portugal”.³¹¹

Elementos Formadores trata de como se reproduzem as estruturas sociais portuguesas na colônia da América. Tais estruturas seriam importantes para entender as principais instâncias da sociedade brasileira e como os elementos da sociedade

³⁰⁹ LIMA, José Adil Blanco de. *Entre a Crítica e a História*, p. 7.

³¹⁰ PACHECO, Ismael. *Caio Prado Júnior: do sentido de colonização ao sentido de revolução*, p. 36-37.

³¹¹ NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do Vivido*, p. 162.

portuguesa ainda atuam nela. Trata-se, acima de tudo, de especificar a história portuguesa, mormente na época da expansão marítima e nos descobrimentos, diferenciando-o de experiências semelhantes como a dos genoveses. Depois, resta analisar como tal experiência se difundiu na história do desenvolvimento do Brasil como país, desde sua época colonial.

O modo pelo qual o português trouxe sua experiência europeia para o novo mundo é uma das chaves de explicação da obra de Sérgio Buarque de Holanda em relação ao sentido da colonização.

Na realidade, o que faziam os portugueses em sua empreitada colonial consistia na aplicação de uma fórmula tradicional medieval de raízes antigas. Uma espécie de princípio conservador lusitano, diretamente ligado à sua mentalidade medieval. Na ausência de experiências concretas, predominava a aplicação da tradição, assim como sucedeu em outros domínios, como a literatura.³¹²

Segundo Nicodemo, Sérgio Buarque escreveu e desenvolveu *Elementos Formadores* durante a década de 1950, mesmo período em que elaborou as ideias principais de *Visão do Paraíso*. Tal pensamento português arcaico e ligado à experiência direta e prática, as “atenuações plausíveis”, e tem um forte elemento mercantil. O arcaísmo português está, logo, também presente no objetivo econômico nas colônias. Basta pensar no estabelecimento de feitorias, uma prática já utilizada há tempo por italianos e portugueses, ou no estabelecimento de cultivo de produtos agrícolas já disseminados nas outras colônias portuguesas e na busca incessante por metais preciosos, sobretudo após a descoberta de minas na América Espanhola.

Assim, Sérgio Buarque insere sua tese de doutorado dentro da tradição de pensamento de Caio Prado e de seu sentido de colonização, mas trazendo temas extraeconômicos para análise. Em outras palavras, Sérgio Buarque, a partir de suas pesquisas historiográficas, pluraliza o sentido da colonização desenvolvido por Caio Prado. É verdade que, já em *Raízes do Brasil*, o historiador paulista se preocupava em desvendar as características portuguesas que influenciaram na formação do Brasil como o conhecemos. Porém, os termos, categorias e métodos de análise da década de 1930 eram bem diferentes e estavam ainda carentes de elaboração histórica mais precisa,

³¹² *Ibid.*, p. 166.

permanecendo no âmbito das generalizações sociológicas.³¹³ É importante notar que essa pluralização do sentido da colonização foi acompanhada, no caso de Sérgio Buarque, por sua progressiva especialização no ofício de historiador, bem mais calcado na pesquisa documental, e, no caso do contexto historiográfico brasileiro, por um desenvolvimento dos centros de pesquisa e ensino superior nas principais regiões do país, processo que Sérgio Buarque fez questão de participar ativamente, colaborando intensamente com a profissionalização do escritor e do pesquisador no Brasil e formulando respostas históricas às questões que preocupavam a sociedade brasileira no século XX.

Mais especificamente, *Visão do Paraíso* é encerrada com uma referência extraída diretamente de *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado, quando Sérgio Buarque explica a “extroversão econômica e social” existente no reino português e ampliada no contexto colonial. Cito:

‘Se vamos à essência de nossa formação’, diz um historiador brasileiro, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem aquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira.³¹⁴

Sérgio Buarque já havia feito outras referências à obra de Caio Prado Jr. em *Monções e Caminhos e Fronteiras*, mas nunca uma citação tão direta e fundamental como essa de *Visão do Paraíso*, tão relevante na questão do sentido de nossa colonização. O último parágrafo de *Visão do Paraíso* evidencia ainda mais tal relação, pois Sérgio Buarque parece reelaborar em seus próprios termos a citação mencionada acima, inserindo-a na temática de sua tese:

Teremos também os nossos eldorados. O das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão dos milagres há de continuar

³¹³ *Ibid.*, p. 179.

³¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso*, p. 467-68.

assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República.³¹⁵

O final da citação de Sérgio Buarque nos mostra outro aspecto muito importante e definidor da noção de sentido ou, após a pluralização, sentidos da colonização, isto é, a relação do sentido com o presente do historiador. Quando Sérgio Buarque invoca a sucessão Independência e República, ele mostra como o estabelecimento do sentido do passado é feito de forma retrospectiva, partindo da situação presente do historiador, para explicar o funcionamento das estruturas no presente e como as forças do passado ainda atuam. Se pensarmos no contexto político e econômico da década de 1950 no Brasil, vemos as dificuldades da afirmação da democracia com a crise política desencadeada em 1954 com o suicídio de Getúlio Vargas e, no âmbito econômico, a guinada de crescimento a partir de 1955 com o governo de Juscelino Kubitchek e seu lema de crescimento econômico acelerado, os “50 anos em 5”. A questão econômica, portanto, estava na ordem do dia quando Sérgio Buarque defendeu sua tese e assumiu a cátedra na USP, em 1958. A necessidade de superação da condição econômica subdesenvolvida do país ainda estava presente e era papel da historiografia fornecer instrumentos para pensar tais problemas.

Voltamos à questão da história “exorcista”, função primordial da prática historiográfica de Sérgio Buarque. A ideia de sentidos da colonização leva o historiador até o presente, evidenciando que um tipo similar de exploração econômica permanecerá na República do Brasil, momento vivenciado pelo autor. Se o exorcismo histórico procura esquecer ativamente os aspectos negativos do passado, ele primeiro deve também passar pela tristeza de reconhecê-los para assim “afugentar os demônios do passado”. No ponto de vista da atuação da obra de Sérgio Buarque na historiografia brasileira, nota-se que o discurso histórico e a prática historiográfica não têm mais a obrigação de exaltar as figuras públicas e ditar as bases de uma identidade nacional como aconteceu no Brasil do século XIX com a historiografia do IHGB e de Francisco Varnhagen.³¹⁶ Muito pelo contrário, no século XX, os historiadores brasileiros passam a ter consciência do papel ativo que a história desempenha na construção de um novo horizonte.

³¹⁵ *Ibid.*, p, 469.

³¹⁶ Sobre a historiografia brasileira no século XIX e sua relação com o Estado ver GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

A historiografia brasileira do final do século XX e início do século XXI também fomentou o debate sobre o sentido da colonização de Caio Prado. De certa forma, *Visão do Paraíso* torna-se uma inflexão na historiografia brasileira, pois é justamente quando a obra começa a ser lida, estudada e redescoberta que há a emergência de novos campos de pesquisa. Impulsionado por novas temáticas, que Sérgio já estudava desde a década de 1950, como a história do pensamento e das ideias, bem como por assuntos revisitados como a questão da administração e da burocracia colonial, trouxe, a partir de diferentes pontos de vista, esclarecimentos e questionamentos para assuntos bastante estudados e considerados como explicados pela produção historiográfica do século XX.

A questão econômica entrou novamente em pauta com a obra de Fernando Novais – sua tese de doutorado, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1707-1808)*, foi defendida em 1973 –, e de João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, o *Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Outro tema importante é o papel do Estado português no período colonial, juntamente com a questão da própria formação do Estado português na Idade Moderna, um tema que remonta, como vimos, a Sérgio Buarque de Holanda. São exemplos desses estudos a obra do jurista português Antonio Manuel Hespanha, *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal do século XVII*, de 1994; também do grupo de João Fragoso, Maria Gouveia e Maria Fernanda Bicalho sobre as categorias das monarquias compostas e pluricontinentais; e, finalmente, a partir de uma visão mais ousada, temos o *Polycentric Monarchies: how did Early Modern Spain and Portugal achieve and maintain a global hegemony?* de Pedro Cardim e Tamar Herzog, publicado recentemente em 2012.

Dentro desse novo panorama, vale analisar mais detidamente as críticas recentes da historiadora Laura de Mello e Souza em seu famoso livro *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, de 2006, pois elas lidam diretamente com o tema do sentido da colonização. Já na introdução da obra, a historiadora paulista afirma desconfiar da ideia de sentido da colonização, sem fornecer muitas explicações. No primeiro capítulo, então, Laura de Mello justifica seu objeto de pesquisa - a administração da América Portuguesa – tecendo resenhas críticas à historiografia sobre a administração colonial portuguesa. Depois de analisar a obra de Raymundo Faoro, o autor contemplado é justamente Caio Prado Jr.

Para Laura de Mello, Caio Prado teve uma visão estreita da administração colonial portuguesa ao classificá-la como “caótica, irracional, contraditória e

rotineira”³¹⁷ Quando Caio Prado critica a burocracia e o funcionalismo da administração colonial, ele se recusa a ver a lógica própria de desenvolvimento do gerenciamento administrativo das colônias. Laura de Mello tece uma crítica interessante à tese de Caio Prado, utilizando seus próprios termos, ao fornecer o exemplo sobre as instâncias fiscais da colônia. Se o sentido da colonização, seguindo o raciocínio da historiadora paulista, é o de aproveitar o máximo possível das riquezas coloniais, não haveria interesse em aprimorar o sistema fiscal nas colônias?³¹⁸

Em suma, Laura de Mello critica as explicações generalistas de Caio Prado, que entende a administração colonial como conturbada, de difícil análise, sempre funcionando sob alguns princípios norteadores como a pouca distinção da dicotomia público/privado e a falta de unidade administrativa. O sentido da colonização, no entendimento estrito dado por Caio Prado, limita a pesquisa histórica, excluindo temas que podem ser úteis aos próprios propósitos de investigação da economia colonial. É somente com o desenvolvimento da historiografia que os conceitos vão se alargando e abrangendo temáticas fundamentais para compreender a nossa experiência colonial.

A partir da pluralização do sentido de colonização, o desenvolvimento de novas temáticas põe a expressão em um novo horizonte de análise. Então, os estudos de João Fragoso, por exemplo, sobre a “economia do bem comum” e a emergência de um mercado colonial interno questionam as afirmações de Caio Prado de que a economia colonial era totalmente voltada para a exportação e para o monopólio metropolitano. Não se trata de negar a existência do exclusivo colonial e da ação decisiva da metrópole durante o período colonial, mas sim de mostrar suas brechas e fraturas, proporcionando visões mais ricas e completas da complexidade dos fenômenos históricos.

Do mesmo modo, as pesquisas sobre a definição das características e do papel do Estado português fornecem outros elementos para pensar o sentido da colonização. Se admitimos que o Estado português teve facetas policêntricas, como fica a distinção entre metrópole e colônia? E quais os efeitos disso no escoamento da riqueza colonial para a metrópole? São questões que esta dissertação não pode responder, mas que certamente modificam o modo como pensamos o passado e o nosso presente na busca de um sentido para a história. Não se trata de escolher a visão verdadeira que nos trará a explicação total e excluirá as outras perspectivas, taxando-as de falsas. Trata-se de

³¹⁷ SOUZA, Laura de Mello. *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 35.

³¹⁸ *Ibid.*, p. 38.

pensar em termos de equilíbrio e contrapesos, abarcando os variados pontos de vista e definindo dominações, predominâncias e hegemônias.

. Em resumo, a noção de "sentido da colonização" acompanha e se modifica de acordo com os desenvolvimentos historiográficos emergentes desde quando a expressão foi cunhada. Como princípio gerador de evidência em *Visão do Paraíso*, ela contém uma forte ligação com o presente, já que se propõe a explicar uma situação contemporânea a partir de entendimentos de processos passados, acabados ou não. Ademais, tal princípio serve para organizar e balizar o peso da história econômica na descrição e sua posição em relação às teorias sobre o tema. Dessa forma, o "sentido da colonização" conecta-se ao próprio sentido da pesquisa histórica, colocando ao historiador a necessidade de problematizar tanto o seu trabalho quanto o mundo que o rodeia.

Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo erigir uma teoria da evidência histórica. Não uma teoria de modelo rígido, com mecanismos corretos e de funcionamento perfeito, prontos para embalar, rotular e criar um sentido para o objeto elegido, para o que é visto e apreendido durante a pesquisa. A ideia era mais criar um espaço aberto de reflexão do pensamento sobre algumas questões sobre a função do historiador e suas formas de legitimar o discurso histórico e de construir uma narrativa embasada em um material de pesquisa, em tudo aquilo que ele vê. Apropria-se, logo, de uma terminologia circunscrita (evidência, visão, operação historiográfica, prova, vestígio, ficção, realidade) que se coloca em debate, suspendendo por um tempo o estatuto de suas significações até que o resultado da investigação seja apresentado e sua recepção condicione o que será e o que não será aceito como válido, seja por uma instituição e seu *corpus* científico seja por um leitor curioso e solitário. A terminologia também pode ser vista como um fator de originalidade, já que após a apropriação dos conceitos e sua utilização no texto, conferem-se novos sentidos e novas utilidades aos termos, criando novas palavras e expressões que viram instrumento de análise. Os princípios geradores de evidência cumprem esse papel de busca por uma originalidade e por possibilidades de ampliação do espaço de reflexão sobre a teoria da evidência histórica.

O caminho escolhido para ensaiar essa nova abrangência do espaço, como pode atestar o primeiro capítulo, foi o de estabelecer, a partir de uma perspectiva cronológica, a história da evidência histórica, iniciando pelo mundo antigo, passando pelo período moderno, e chegando às considerações do século XX. No entanto, essa cronologia não é rígida e o que se intentou na realidade foi descrever as operações historiográficas como estruturas históricas que, com a variação do espaço e do tempo, condicionam e são incessantemente modificadas por seus agentes. De fato, elas estão sempre em modificação, mesmo que sejam mudanças demasiada lentas e aparentemente imperceptíveis. Nesse sentido, apresentei o desenvolvimento da historiografia antiga, com as operações de Heródoto, Tucídides e as problemáticas levantadas por elas, substanciadas em problemas terminológicos, uma noção de temporalidade que acredita que a história é sempre feita no presente e que a pesquisa do passado é quase impossível e praticamente pouco útil. A crítica moderna foi também detalhada a partir da tradição dos antiquários e apreciando um pouco as relações entre o historiador e os vestígios

materiais com os quais ele trabalha. A grande operação historiográfica da crítica moderna foi a instrumentalização das notas de rodapé como expediente de verificação e legitimação do texto do historiador. O grande artifício textual correlato a essa operação são as citações, que reativam na prática histórica moderna o conceito de *enargeia*, exibindo sua carga de verdade histórica, mas também seu caráter ficcional, em um sentido mais específico do termo e não apenas entendido como trama literária ou pura invenção. Contudo, é importante ressaltar que erudição por si só não é uma garantia de qualidade da análise textual ou de produção de um texto mais verdadeiro. Por isso, a concepção moderna de história se cercou de relações com conhecimentos como a filosofia, o pensamento iluminista, os preceitos da ciência moderna e dos parâmetros institucionais. De tais relações emergem as características de uma pretensão maior ao “realismo”, da crença na ideologia do progresso contínuo e de um regime, um conjunto de regras que defina o trabalho do escritor como de historiador.

Eu poderia ter escolhido outro caminho. Um que não obedecesse muito às cronologias históricas como fio da narrativa e abordasse de forma mais sistemática a relação da evidência com outros campos fundamentais do conhecimento histórico como a retórica ou a literatura. As exigências, no entanto, seriam ainda maiores, visto que isso implicaria uma exposição mais detalhada sobre a história e as idiossincrasias desses outros campos, mesmo sentindo a necessidade de ampliar minhas leituras sobre a evolução da evidência histórica e das operações historiográficas.

Perscrutar a história da evidência por si só estaria fora da minha alçada e deixaria a pesquisa sem um rumo certo e com um aspecto muito generalizante. Por essas razões, decidi estudar a obra de Sérgio Buarque, concentrando-me em *Visão do Paraíso*. Devido às suas características como historiador com diversos projetos sempre em andamento, quase sempre inacabados em um bom sentido, o estudo da obra do historiador paulista mostrou-se bastante fértil para desvendar mais esse episódio da evidência histórica no século XX. O fato de Sérgio Buarque não ter sua primeira formação em história e trabalhar ativamente em campos correlatos também ajudou a vislumbrar interações entre a história e outras disciplinas, principalmente a crítica literária, que mantém uma relação especial com a pesquisa histórica, já que as linhas que separam história, literatura e ficção tornaram-se cada vez mais tênues com os progressos da pesquisa histórica no século passado.

Dessa maneira, o segundo capítulo da dissertação cobre a demanda por esse estudo de caso, privilegiando a formação intelectual de Sérgio Buarque em seu âmbito

institucional e em sua produção textual, dialogando com a história, a antropologia e a crítica literária. Quanto a esta última, abordei a questão do lugar e da utilidade da história no momento da análise literária. Mais do que lugar e utilidade, determinou-se a importância de se trabalhar com uma concepção de história consistente, que ajude a equilibrar a crítica literária, evitando determinismos históricos ou formais. A ideia que permanece é a de “ajuste” metodológico entre as diversas disciplinas e formas de análise, uma percepção dos estudos sobre a crítica literária de Sérgio Buarque que vem desde Antonio Arnoni Prado e Antonio Candido desde a década de 1990 e é endossada pelos estudos Thiago Lima Nicodemo da presente década. O que eu gostaria de enfatizar é que, pela minha leitura da obra do historiador paulista, nota-se que Sérgio prezava muito pela análise textual livre de esquemas pré-definidos, utilizando diversas formas de leitura e chaves explicativas para definir o sentido e a historicidade do texto. Essa liberdade no momento da análise é uma característica que o autor carrega desde seu envolvimento com o movimento modernista brasileiro, em que travou um intenso diálogo com expoentes como Mário de Andrade e Alceu Almoroso Lima. O modernismo é fator fundamental para entender a gênese de algumas formas de pensar do autor, a necessidade de se estabelecer um sentido e o binômio construção/desconstrução também são maneiras de refletir que Sérgio levou até o fim de sua nos diversos campos que atuou. Quanto à história e aos estudos etnológicos, ainda no segundo capítulo, privilegiou-se a ideia de Sérgio Buarque como historiador do fragmento e dos retalhos, concebendo sua historiografia como uma reformulação incessante dos textos a partir das novas documentações pesquisadas e dos novos questionamentos que emergiam do presente vivido pelo autor. Por último, ressaltou-se o caráter de ofício e vocação da história para Sérgio Buarque a partir de seu trabalho no Museu Paulista e das discussões bibliográficas sobre a influência da etnologia sobre seu primeiro livro de história, *Monções*.

O último capítulo com certeza é o mais importante da dissertação, pois expõe a utilidade da análise a partir da teoria da evidência histórica, especificamente em *Visão do Paraíso*. Os princípios geradores de evidência são apresentados e detalhados na primeira parte desse capítulo, estabelecendo seu estatuto de instrumentos textuais e analíticos que o historiador utiliza para evidenciar sua pesquisa e conferir veracidade ao seu texto, nos padrões que o historiador precisa ou deseja se adequar. O fato de *Visão do Paraíso* ser originalmente uma tese de doutorado indica que as notas de rodapé e as citações são princípios geradores de evidências tácitas e condição básica para o

desenvolvimento da tese de 1958. No entanto, a operação historiográfica que mais se destaca na obra em questão mostra-se apenas no prefácio de 1968, escrito para a segunda edição, publicada em 1969, perto do desligamento de Sérgio de sua cátedra na USP em solidariedade aos professores perseguidos pela ditadura civil-militar de 1964. Nesse pequeno texto, Sérgio define a concepção “exorcista” da prática historiográfica que pretende, mantendo a metáfora, “afugentar os demônios do passado”. O historiador exorcista deve reconhecer os acontecimentos negativos do passado, compreendê-los para assim elaborá-los mentalmente e não carregar mais o passado como um peso angustiante, como uma corda que sufoca e enforca o pescoço. Através do esquecimento ativo teorizado por Nietzsche, intentou-se demonstrar que Sérgio Buarque, apesar de manter fortes raízes modernas devido a seu contexto e à sua valorização da situação presente para a análise do passado, já dialogava com posturas críticas à modernidade e suas possibilidades de superação.

Na parte dos princípios gerados de evidência propriamente detalhados buscou-se a convivência com o capítulo anterior, demonstrando como a crítica literária e a história trabalharam na providência de ferramentas para o modo de pesquisa em *Visão do Paraíso* e as formas de explicação textuais que Sérgio Buarque encontrou para elucidar sua tese e conceber seu texto. A utilização da tópica de Curtius, como vimos a partir de Luiz Costa Lima e Thiago Nicodemo, levanta o questionamento sobre utilizar a análise literária em benefício das investigações históricas. A tópica é o princípio gerador de evidência que mostra a influência dos estudos literários do autor em *Visão do Paraíso*, sobretudo de *Antologia dos Poetas Brasileiros na Fase Colonial* e *Capítulos de Literatura Colonial*. Ademais, a tópica foi o instrumento que possibilitou a Sérgio Buarque o acesso à mentalidade do português e suas representações mentais na época dos descobrimentos e da colonização a partir das regularidades discursivas relativas à mitologia do paraíso nos relatos dos viajantes. Então, o historiador paulista pode definir a peculiaridade dos portugueses na época do Renascimento, sustentando que mesmo com uma aparência moderna em sua estrutura estatal e social, as ideias portuguesas ainda carregavam resquícios dos padrões medievais de pensamento.

O segundo princípio gerador de evidência, a história comparativa, tem três funções básicas. Primeiramente, a comparação preferida de Sérgio Buarque, entre as colonizações espanholas e portuguesas, serve para que o historiador realce o caráter português colocando-o em contraposição ao espanhol. Segunda função: estabelecer relações com a obra anterior de Sérgio Buarque, principalmente a segunda edição de

Raízes do Brasil quando o historiador revela aspectos do caráter português que se assemelham às “atenuações plausíveis”, um dos motes de *Visão do Paraíso*. Terceira e última função, a comparação reativa saberes antiquíssimos que se expandem para além das fronteiras do conhecimento histórico. Por meio da apreensão desse tipo de conhecimento, Sérgio Buarque alinha-se a estudos históricos antigos e modernos, de Heródoto a Marc Bloch. Finalmente, o terceiro princípio gerador de evidência insere a obra de Sérgio Buarque na historiografia brasileira produzida em seu tempo, sobretudo nos debates sobre o lugar da economia na análise histórica, de acordo com a ascensão do pensamento marxista nos estudos historiográficos. O historiador paulista de forma nenhuma rejeita as condições econômicas. Muito pelo contrário, Sérgio Buarque dispõe dos fatores econômicos de forma bastante peculiar, demonstrando sua ligação com as capacidades mentais dos portugueses. O sentido da colonização, ou melhor, os “sentidos da colonização” é uma expressão-chave para o entendimento da historiografia brasileira e sua evidência nos primórdios do século XXI. A partir de tal noção, os historiadores brasileiros puderam questionar o desenvolvimento da historiografia sobre o Brasil, principalmente em sua época colonial, e demonstrar como o fator econômico é cheio de possibilidades de leitura. Ao definir os limites dessas possibilidades, a historiografia brasileira do século XXI ilumina outros fatores diminuídos pela análise economicista e amplia o arcabouço conceitual de entendimento do passado do país.

Do ponto de vista da epistemologia da história, a década de 1980 marcou o início de um período de incertezas em relação à história. Era o momento em que não só no saber histórico, mas no próprio âmbito da prática científica, surgiram dúvidas quanto aos paradigmas ou modelos propostos, às supostas objetividades e às pretensões de universalidade das pesquisas científicas. O questionamento e sua tomada de consciência evidenciaram que mesmo o conhecimento mais avançado cumpre sempre uma função social e seus objetivos nem sempre estão a favor da melhoria das condições humanas. Uma nação culta nem sempre preza pela benevolência e pela paz. A condição histórica nos põe em um momento de reflexão, exige uma postura reflexiva diante dos rumos que os estudos históricos tomaram a partir da década 1970. As duas grandes guerras da primeira metade do século XX já sinalizavam que o século passado seriam anos de difícil compreensão. O desenrolar da Guerra Fria e a evidenciação das atrocidades dos regimes capitalistas, nazistas e socialistas anunciavam que os diversos modelos sociais que se propunham a resolver totalmente as mazelas da sociedade não estavam cumprindo sua promessa. Ao invés disso, elas atestavam que a destruição da

humanidade já não era uma impossibilidade histórica, mas ao mesmo tempo, não haveria historiadores para registrarem o fato, pelo menos não retrospectivamente. A queda do muro de Berlim e a derrocada soviética decretaram o fim de uma era histórica, colocando a própria noção de história em xeque.

Sobre as reflexões históricas nessa conjuntura, a recepção da obra de três intelectuais – Paul Ricoeur, Reinhart Koselleck e Claude Lévi-Strauss – reforça a postura reflexiva e epistemológica sobre a história e seus elementos.³¹⁹ Para mim, o episódio mais representativo desse momento é a obra historiográfica de Carlo Ginzburg, sobretudo a partir de 1991, que citei na introdução do texto. O historiador italiano apresenta uma noção de prova histórica que é exposta de duas formas: primeiro a partir da comparação entre o historiador e o juiz e depois por meio de uma reinterpretação da *Retórica* de Aristóteles. As teorizações de Ginzburg envolviam as questões suscitadas pela *Shoah* como acontecimento-limite para os problemas da representação histórica. As interpretações do historiador italiano foram severamente rechaçadas e mostraram-se insuficientes quando colocadas sob o escrutínio de alguns historiadores.³²⁰ O tom mais destrutivo de Ginzburg, que declara uma guerra historiográfica contra os pós-modernistas céticos, só pode ser entendido dentro do contexto do autor: um historiador de origem judaica, que teve membros de sua família perseguidos pelo regime nazista e que, portanto, tinha ligações sentimentais com a discussão do Holocausto e suas consequências políticas e historiográficas. Além disso, Ginzburg lecionou por anos na UCLA nos Estados Unidos, terreno fértil para os estudos da crítica literária desconstrutivista, e sua afirmação pela possibilidade dos historiadores provarem a realidade do passado deveria ser tão intensa quanto a difusão dos estudos linguísticos e formalistas, mormente na historiografia.³²¹

Pode-se continuar a investigação histórica sobre a prova e suas interpretações conflitantes, não sem antes estudar uns bons anos de grego... O mais fértil, no entanto, é “vencer”, elaborar, interpretar, ler incessantemente a obra dos historiadores do século

³¹⁹ HARTOG, François. *Evidência da História*, p. 250-251.

³²⁰ Para as respostas às posições de Carlo Ginzburg cf. PIRES, Francisco Murari. “Indagações sobre um método acima de qualquer suspeita” publicado na revista *História da Historiografia*, nº13, dezembro de 2013. Murari Pires critica as formas de inferência histórica que Ginzburg expõe em seus textos, sobretudo no texto de *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. Outras respostas mais específicas quanto às interpretações suspeitas de Ginzburg sobre a *Retórica* de Aristóteles provêm de um texto de HARTOG, François. “Aristóteles e a história, mais uma vez” também publicado na *História da Historiografia* no mesmo número do texto de Murari Pires. Uma continuação dessa resposta de Hartog pode ser ainda lida em sua última publicação: *Croire en L'Histoire*. Flamariion, 2013.

³²¹ OGAWA, Carlos Eduardo de Almeida. *História, Retórica, Poética, Prova: a leitura de Carlo Ginzburg da Retórica de Aristóteles*. Dissertação de Mestrado da USP, 2010.

XX, pois nela jaz a substância dessa postura reflexiva que o século XXI exige em relação à evidência histórica. O presente texto, já perto de seu ponto final, ensaiou a descrição de um capítulo da evidência da história no Brasil do século XX, por meio do estudo da tese de Sérgio Buarque de Holanda. A obra do historiador paulista, por ser pioneira e inovadora em variados aspectos, serve de exemplo da complexidade que o historiador enfrenta ao conceber sua escrita e, mais ainda, é testemunho de uma concepção peculiar da temporalidade histórica, revelada pelo arcabouço teórico da evidência. Os regimes historiográficos evidenciam os regimes de historicidade.³²²

Bom, é certo que aqueles que se preocupam com os estudos da evidência histórica são, em termos numéricos, inexpressivos. Contudo, a modificação geracional, a mudança em andamento dos regimes de arquivos com a ascensão das bibliotecas digitais, o impacto das redes sociais virtuais na difusão das notícias e a pulverização dos canais que produzem informações demonstram que a análise da evidência, não só para os historiadores, mas para outros tipos de leitores, torna-se um aspecto central da linguagem contemporânea. Diariamente, milhões de notícias falsas, inverificáveis, construídas com poucos fundamentos são espalhadas pela internet, formando a opinião de milhões de pessoas.³²³

Em qualquer momento, fatos e processos históricos já estabelecidos pela historiografia aceita podem ser questionados em sua veracidade por qualquer um que tenha poder de influência na opinião pública. A história brasileira sofreu um ataque desses há pouco tempo, quando, durante seu discurso de votação do *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, em 2016, o deputado federal Jair Bolsonaro levantou a polêmica sobre a relatividade da tortura no Brasil nos anos da ditadura civil-militar de 1964, ainda homenageando o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que perpetrou a violência estabelecida no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna), maior órgão de repressão da ditadura. O livro de Ustra, *A Verdade Sufocada: a história que a esquerda não conta* teve um boom de vendas após as declarações.³²⁴ Até as telas do cinema foram invadidas pela questão da evidência histórica com o lançamento de *Negação* (2016), um filme que mostra a

³²² LENCLUD, Gérard. “Sur les regimes d’historicité: traversées dans les temps”. IN: *Annales: Histoire, Sciences Sociales*. 61^o année, n^o5, septembre-octobre 2006, p. 1053-1084.

³²³ A postura de Donald Trump em relação à mídia dos EUA é exemplo desse conflito. Cf. <http://www.economist.com/news/united-states/21718569-some-republicans-congress-have-become-little-braver-about-saying-so-donald-trumps>, acessado em 18/03/2017, às 21:10.

³²⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1777921-brilhante-ustra-e-o-sexto-autor-de-nao-ficcao-mais-vendido-do-pais.shtml>, acessado em 18/03/2017, às 21:32.

história do julgamento da acusação que o historiador negacionista do Holocausto, David Irving, protocolou na corte britânica pela suposta difamação contida nas afirmações do livro *Denying the Holocaust: the growing assault on truth and memory*, da historiadora estadunidense Deborah Lipstadt.

Peço desculpas aos que não assistiram ao filme e aos que não conhecem o caso, mas devo revelar que, felizmente, o resultado foi favorável à Deborah e sua equipe, que, a partir do escrutínio histórico da evidência da obra de Irving, demonstrou como o historiador distorceu suas fontes para provar uma tese sustentada pelo louvor a Hitler e ao nazismo. A evidência histórica, em seu limite, discorre sobre a liberdade de expressão do historiador, seus pontos de impedimento, até onde podem ir suas afirmações e sobre quais bases elas devem se assentar. Os historiadores que preparem seus arsenais teóricos, pois a prática exige que estejamos sempre prontos para enfrentar os prosélitos dos discursos e das palavras irresponsáveis.

BIBLIOGRAFIA

Obras Consultadas de Sérgio Buarque de Holanda

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O atual e o inatual na obra de Leopold Von Ranke”.
IN: *Revista de História*, 1974.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*.
São Paulo: Perspectiva, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Editora
Perspectiva, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Literatura Colonial*. CANDIDO,
Antonio (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das
Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26º Ed. São Paulo: Companhia das
Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária I,
1902 – 1947*. PRADO, Antonio Arnoni (org.). São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária II,
1948 – 1959*. PRADO, Antonio Arnoni (org.). São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos nos
descobrimientos e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Cobra de Vidro*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de Expansão Paulista*, organização Laura de Mello e Souza, André Sekkel Cerqueira, 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Referências Bibliográficas

ARENDT, Hanna. “O conceito de História – antigo e moderno”. IN: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva, 2005.

BORMANN, Dennis R., "Enargeia: a concept for all seasons" (1977). *Transactions of the Nebraska Academy of Sciences and Affiliated Societies*. Paper 432, p. 155.
Disponível em <http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1436&context=tnas>,
acessado em 19/05/2016, às 13h55.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (1975).

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 1.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação de mestrado da UNICAMP, 2004.

FRIEDLANDER, Saul (org.). *Probing the limits of representation. Nazism and the final solution*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1992.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. IN: *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 151-154.

GINZBURG, Carlo. *Checking the evidence: the judge and the historian*. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/1343716>, 1990.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAFTON, Anthony. *The Footnote: a curious history*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

GRAFTON, Anthony. *What was history? Th art of history in Early Modern Europe*. Cambridge University Press, 2007.

GRAHAM, Richard. “Uma entrevista”. IN: *Revista do Brasil*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/RIOARTE – Fundação Rio. Ano 3, nº6/87.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, “Reinventando a tradição: sobre o Antiquariado e a Escrita da História” IN: *Humanas: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Vol. 23, no.1/2. Porto Alegre: IFCH, 2000.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LANGLOIS, Charles-Victor & SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux Études Historiques*, Disponível em http://classiques.ugac.ca/classiques/langlois_charles_victor/intro_etudes_historiques/intro_etudes_historiques.html, acessado dia 16/09/2013, às 22h35.

LENCLUD, Gérard. “Sur les regimes d’historicité: traversées dans le temps” IN: *Annales: histoire, sciences sociales*. Paris: Armand Colin, 61 année, n° 5, septembre-octobre, 2006.

LIMA, José Adil Blanco de. *Entre a Crítica e a História: a construção de Visão do Paraíso de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação de mestrado da UFJF, 2013.

LIMA, Luiz Costa. *História, Literatura, Ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Rafael Fernando Braga. *As consonâncias entre o historiador e o crítico literário: o olhar móvel e a imagem transcendental de Sérgio Buarque de Holanda na geração de 45*. Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade de Tuiuti do Paraná, 2008.

HARTOG, François “Herodotus and the Historiographical Operation” IN: *Diacritics*, Vol. 22, No. 2 (Summer, 1992), pp. 83-93, published by Johns Hopkins University Press. <http://www.jstor.org/stable/465282>

HARTOG, François. *Évidence de l’histoire: ce que voient les historiens*. Paris: Gallimard, 2005.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARTOG, François. “Aristóteles e a história, mais uma vez” IN: *História da Historiografia*, n°13, dezembro de 2013.

HARTOG, François. *Croire en L’Histoire*. Flammarion, 2013.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: autêntica, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madrid: Editorial Trotta, S.A, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MELLO, Luiza Laranjeira da Silva. *Natureza e Artifício: Sérgio Buarque de Holanda e a formae mentis portuguesa e espanhola na conquista e colonização do Novo Mundo*. Dissertação de Mestrado da PUCRJ, 2005.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *The classical foundations of modern historiography*. Los Angeles: University of Califórnia Press, 1990.

MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas – SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

MONTEIRO, Pedro Meira (org.). *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: Correspondência*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória o ensaio. Sobre Casa-Grande e Senzala e a representação do passado*. Tese de doutorado. UFRGS, 2008.

NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo: EDUSP, 2008.

NICODEMO, Thiago Lima. *Alegoria Moderna: crítica literária e história da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: FAP-UNIFESP, 2014.

NICODEMO, Thiago Lima. “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda” IN: *História da Historiografia*, n°14, abril de 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. Tradução e comentários de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

OGAWA, Carlos Eduardo de Almeida. *História, Retórica, Poética, Prova: a leitura de Carlo Ginzburg da Retórica de Aristóteles*. Dissertação de Mestrado da USP, 2010.

PACHECO, Ismael. *Caio Prado Júnior: do sentido da colonização ao sentido da revolução*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Estadual de Campinas, 2013.

PAIXÃO, Graça Alves. *Presença Francesa na Crítica Literária de Sérgio Buarque de Holanda (1920-1930)*. Tese de doutorado da USP, 2015.

PIRES, Francisco Murari. “Indagações sobre um método acima de qualquer suspeita” IN: *História da Historiografia*, n°13, dezembro de 2013.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REIS, José Carlos. “História da História (1950/1960) História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss” IN: *História da Historiografia*, n. 1, agosto, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Rafael Alves Lima. “Os Demônios da Tradição: o exorcista Sérgio Buarque em Visão do Paraíso. IN: RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Henrique de Faria; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). *Caderno de Resumos & Anais do 6º Seminário*

Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012, p. 1-8.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1897.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.* Brasília: Editora UNB, 2008.

WHITE, Hayden. *Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX.* México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire: theories anciennes du récit historique.* Paris: VRIN/EHESS, 2007.

ZANIN, Caio. *O Guardião da História: a noção de prova na historiografia de Carlo Ginzburg de 1991 a 2006.* UFRGS, 2009. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/21339>.

Documentário e Notícias de Internet

Raízes do Brasil – Uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda.

<http://www.economist.com/news/united-states/21718569-some-republicans-congress-have-become-little-braver-about-saying-so-donald-trumps>, acessado em 18/03/2017, às 21:10.

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1777921-brilhante-ustra-e-o-sexto-autor-de-nao-ficcao-mais-vendido-do-pais.shtml>, acessado em 18/03/2017, às 21:32.

RUSSO, Renan. “Sérgio Buarque de Holanda, o pai fodão do Chico Buarque”. IN: <https://papodehomem.com.br/sergio-buarque-de-holanda-homens-que-voce-deveria-conhecer-41/>, acesso em 09/02/2017, às 23:16.

CIP - Catalogação na Publicação

Zanin, Caio

A Evidência Histórica na Prática Historiográfica
de Sérgio Buarque de Holanda em Visão do Paraíso /
Caio Zanin. -- 2017.
153 f.

Orientador: Temístocles Cezar.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2017.

1. Teoria da História. 2. Historiografia
Brasileira. 3. Sérgio Buarque de Holanda. 4.
Evidência da História. 5. Visão do Paraíso. I. Cezar,
Temístocles, orient. II. Título.